

MARIA CRISTINA CUPERTINO

**JUVENTUDE RURAL QUILOMBOLA: IDENTIFICAÇÃO,
RECONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C974j
2012

Cupertino, Maria Cristina, 1982-
Juventude rural quilombola : identificação, reconhecimento
e políticas públicas / Maria Cristina Cupertino. – Viçosa,
MG, 2012.
xiii, 201f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 172-179.

1. Juventude rural. 2. Identidade social. 3. Quilombolas.
4. Política pública. I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22. ed. 305.23

MARIA CRISTINA CUPERTINO

**JUVENTUDE RURAL QUILOMBOLA: IDENTIFICAÇÃO,
RECONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,
para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

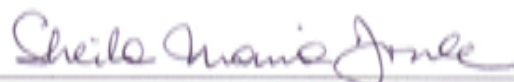
APROVADA: 26 de junho de 2012.



Douglas Mansur da Silva



Jonas Marçal de Queiroz



Sheila Maria Doula
(Orientadora)

A meu esposo

Arlindo Ferreira de Faria

Aos meus pais

Hélio Cupertino

Maria das Graças da Silva Cupertino

A minha irmã

Eliane Aparecida Cupertino

AGRADECIMENTOS

A Deus que é minha fortaleza, guia e proteção. A minha família, em especial o meu esposo, pais e irmã, por todo apoio e dedicação. Vocês são um precioso tesouro. Amo todos vocês.

A minha orientadora, Sheila Maria Doula, pelas suas valiosas contribuições e por nos impulsionar a dar o melhor. Obrigada pela amizade que tens dedicado a seus orientandos.

A todos do observatório da juventude, pelas contribuições nos debates em grupo e pela amizade.

Aos funcionários do departamento de Extensão Rural, em especial a Carminha.

Aos jovens de Santo Antônio de Pinheiros Altos e Santo Antônio de Guiné que me receberam de braços abertos. Sem a participação de vocês não seria possível desenvolver esta pesquisa.

As extensionistas da Emater que me auxiliaram em campo, e por tantas vezes me deram “abrigo” na cidade.

A todos da Assistência Social, em especial aos responsáveis pelas atividades no Projovem-Adolescente em Santo Antônio do Guiné. A Gabriela e sua mãe pelo apoio a pesquisa, amizade, e por me acolher por várias vezes em sua casa.

Ao diretor do arquivo do conhecimento Marco Antônio Gomes pela contribuição com referências bibliográficas sobre o município de Piranga.

A Maria José que gentilmente nos concedeu fotos sobre a cultura da comunidade Santo Antônio de Guiné. Ao Marcos Sanches Abreu pela colaboração com a pesquisa e por todo apoio.

A Wanessa, Ana Lúcia, Adilson, Arlindo, Elaine, Eliane e Diany por todo apoio e ajuda que me deram. Todos vocês são mais que amigos, são irmãos.

Aos membros do grupo de oração Santo Antônio, pelas orações e incentivo, vocês são minha família. Obrigada Érika, Ernando, Everardo, Mateus, Geraldinho, Gorete, Aparecida.

A todos vocês muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
1-INTRODUÇÃO.....	1
1.1-Metodologia Utilizada.....	4
2-IDENTIDADE(S) EM CONSTRUÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO..	6
2.1-Quem Precisa de Identidade?.....	6
2.2-Identidade: Uma Construção Social.....	10
2.3-Identidade Como Identificação.....	14
2.4-Remanescente de Quilombo: Que Identidade é Essa?	15
3-DE QUILOMBOILAS A REMANESCENTE DE QUILOMBO: VISIBILIDADE E LUTAS POR DIREITOS	23
3.1-Resgatando Origens: Os Africanos no Brasil.....	23
3.2- O Quilombo na historiografia	29
3.3-Quilombo em Minas Gerais.....	32
3.4-Os Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais: Localização, Condições Socioeconômicas e Herança Cultural.....	34
3.4.1-Localização.....	34
3.4.2- Condições Socioeconômicas e Herança Cultural.....	36
3.5- Reconhecimento, Certificação e Titulação das Terras Quilombolas: Um Longo Caminho Permeado por Conflitos.....	39

4-JUVENTUDE E AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS.....	49
4.1-A Construção da Categoria Juventude e suas Principais Correntes de Análise: A Corrente Classista e a Corrente Geracional.....	49
4.2-O Conceito de Geração.....	55
4.3-Conflitos Geracionais.....	60
4.4-A Juventude e sua Tematização nos Trabalhos Acadêmicos.	62
4.5-Juventude Rural e sua Tematização.....	67
4.6-Juventude Rural Quilombola.....	73
5-A JUVENTUDE E O QUILOMBO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	77
5.1-As Políticas Públicas Para a Juventude.....	79
5.2- Políticas Públicas e Programas Destinados à Juventude Brasileira.....	83
5.3-Políticas Públicas Para Quilombolas.....	102
5.4-O Quilombo nas Políticas Públicas (1988-2011)	105
6-O UNIVERSO EMPÍRICO.....	113
6.1-Histórico de Piranga: As Formações Quilombolas e o Legado Cultural Negro.....	113
6.2-A Resistência Negra em Gurapiranga e seu Legado Cultural.....	116
6.3-Piranga na Atualidade.....	118
6.4- Santo Antônio de Pinheiros Altos.....	125
6.5- Santo Antônio do Guiné.....	131
6.6-Primeiros Contatos com as Comunidades e algumas observações do trabalho de campo.....	140
6.7- O Jovem Rural Quilombola no Contexto Familiar e Comunitário.....	143
6.8- O Jovem Rural Quilombola visto pela geração mais velha.....	147
6.9- Políticas Públicas nas Comunidades de Santo Antônio do Guiné e Santo Antônio de Pinheiros Altos.....	149
6.10- O Jovem Rural Quilombola e as Políticas Públicas.....	153

6.11-O Jovem Rural Quilombola e os Projetos de Vida Para o Futuro.....	157
6.12-O Jovem rural quilombola e suas Identificações Culturais.....	161
7-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
8-REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	172
APÊNDICE.....	180
ANEXOS.....	192

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Número de Títulos Emitidos por Estado.....	41
Quadro 2: Paradigmas e Estratégias de Políticas de Juventude.....	81
Quadro 3: Resumo das Principais Atividades no Período de 2003-2007.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Causas da Mortalidade de Jovens e não Jovens no Brasil, 2008...	98
Gráfico 2: Número de Homicídios por Idade, 2008.....	98
Gráfico 3: Pirâmide Etária do Município de Piranga.....	119
Gráfico 4: Estrutura Familiar.....	143
Gráfico 5: Renda Mensal das Famílias dos Jovens.....	144
Gráfico 6: Áreas que os Jovens desejam maiores investimentos por parte do Estado.....	156
Gráfico 7: O que Influência os Projetos de Vida dos Jovens.....	158
Gráfico 8: Meios de Comunicação que os Jovens têm Acesso.....	158
Gráfico 9: Definições do que é ser Remanescente de Quilombo Agrupadas em Categorias.....	164
Gráfico 10: Identidade.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Repartição dos Escravos Segundo a Origem.....	28
Tabela 2: Município com o Maior Número de Comunidades.....	35
Tabela 3: Número de Processos Abertos por Região.....	42
Tabela 4: Procedimentos que devem ser tomados, para que uma Comunidade Quilombola conquiste o Título das Terras	46
Tabela 5: Categoria Juventude, Ano e Problemática.....	70
Tabela 6: Programas/Projetos Para a Juventude no Período de 1995-2002	87
Tabela 7: Programas Direcionados à Juventude Rural.....	99
Tabela 8: Procedência Africana dos Escravos em Piranga (1840-1888).....	118
Tabela 9: Elementos Identificatórios da Cultura dos Antepassados.....	161
Tabela 10: Identificações Culturais dos Jovens.....	163
Tabela 11: Definições de Remanescentes de Quilombo segundo os Jovens	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Rota do Trafico de Escravos.....	25
Mapa 2: Nações e Etnias Africanas.....	25
Mapa 3: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII.....	33
Mapa 4: Mesorregião de Minas Gerais.....	35
Mapa 5: Causa dos Principais Conflitos nas Comunidades Quilombolas em Minas Gerais.....	45
Mapa 6: Localização de Piranga	119
Mapa 7: Percentual de Jovens Negros Divididos por Sexo.....	120
Mapa 8: Número de Jovens Negros.....	121
Mapa 9: Percentual de Jovens Negras Alfabetizadas.....	122
Mapa 10: Percentual de Jovens Negros Alfabetizados.....	123
Mapa 11: Números de Domicílios com Renda <i>Per Capita</i> Menor que 1/8 do Salário Mínimo.....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Membros da Associação de moradores colocando leite no Tanque de Resfriamento.....	126
Figura 2: Escola Municipal.....	127
Figura 3: Posto de Saúde.....	127
Figura 4: Igreja Católica.....	128
Figura 5: Interior da Igreja Católica.....	128
Figura 6: Igreja Evangélica.....	129
Figura 7: Construção do Novo Posto de Saúde.....	129
Figura 8: Estrada que dá acesso a Igreja Católica.....	130
Figura 9: Praça da Igreja Católica onde está sendo Construído um Memorial da Escravidão.....	130
Figura 10: Homenagem a Santo Antônio.....	131
Figura 11: Posto de Saúde em Santo Antônio do Guiné.....	132
Figura 12: Igreja Católica.....	133
Figura 13: Calçamento da rua próximo as casas.....	133
Figura 14: Cachoeira.....	134
Figura 15: Casa onde fica o Moinho d'água.....	134
Figura 16: Monjolo onde é produzida a farinha.....	135
Figura 17: Farinha de monjolo já pronta.....	135
Figura 18: Pilão utilizado para triturar o milho.....	136
Figura 19: Dança do congado no interior da igreja católica de Santo Antônio do Guiné.....	137
Figura 20: Benzeção de “espinhela caída”.....	137
Figura 21: Benzenção de “mal olhado”.....	138
Figura 22- Local onde supostamente os negros da época da escravidão jogavam “búzios”.....	138

Figura 23: Pedra esculpida datada de 1888.....	139
Figura 24- Jequitibá.....	140
Figura 25: Espaço ao lado da Igreja Católica.....	146
Figura 26: Jovens do Projovem jogando bola no campo. Santo Antônio do Guiné	154
Figura 27: Campo de futebol, casa de um morador e um espaço aberto e coberto com telhas.	154

RESUMO

CUPERTINO, Maria Cristina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2012. **Juventude Rural Quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Coorientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Neide Maria de Almeida Pinto.

A questão quilombola na atualidade não é algo simples e já resolvido pelos dispositivos legais; ela é permeada por conflitos e lutas por direitos constitucionais. Neste sentido, para garantir o direito de demarcação e titulação de suas terras, as comunidade tem recorrido às suas origens como forma de garantir a preservação, não só da cultura, mas também do território. Mas, para tanto, a política de demarcação e titulação das terras quilombolas exige que a comunidade se autoreconheça como remanescente de quilombo e que preserve a cultura de seus antepassados. Neste processo de preservação cultural e patrimonial, a juventude teria papel importantíssimo, pois é ela que dará, ou não, continuidade à cultura e ao território. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como os jovens rurais de territórios quilombolas do município de Piranga-MG se posicionam diante das exigências legais. A metodologia consistiu em análises bibliográficas e documentais, além de um trabalho de campo, no qual foram utilizadas técnicas de coleta de dados como a observação participante e a entrevista temática. Constatamos que a juventude se autoreconhece enquanto remanescente de quilombo e que ela preserva a cultura de seus antepassados, principalmente no âmbito religioso. Esta dissertação é apenas uma das várias formas de se pensar a juventude, não como problema, mas como potencial de desenvolvimento local que, infelizmente, na atualidade ainda permanece anônima e com um campo de possibilidades muito limitado.

ABSTRACT

CUPERTINO, Maria Cristina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2012.

Quilombola Rural Youth: identification, recognition and public policies.

Advisor: Sheila Maria Doula. Co-advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Neide Maria de Almeida Pinto.

The issue quilombola today is not something simple and already resolved by the legal provisions; it is permeated by conflicts and struggles for constitutional rights. In this sense, in order to guarantee the rights of demarcation and titling of their lands, the communities have resorted to their origins as a way to ensure the preservation, not only of their culture, but also of the territory. But, for that, the policy of demarcation and titling of quilombolas lands requires that the community recognize itself as a remaining of quilombo and preserves the culture of its ancestors. In this process of cultural and patrimonial preservation, youth would have a very important role, because it is it that will continue, or not, the culture and territory. Thus, this study aimed to examine how rural young from quilombola territories, in the city of Piranga, Minas Gerais state, behave before the legal requirements. The methodology used consisted of bibliographic and documentary analysis, apart from field work in which were used data collection techniques as participant observation and thematic interview. We noted that the young recognize themselves as remaining of quilombo and that they preserve the culture of their ancestors, especially in the religious sphere. This dissertation is just one of many ways of thinking about youth, not as a problem, but as a potential of local development that, unfortunately, nowadays remains anonymous and with a very limited field of possibilities.

1- INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar a realidade das comunidades quilombolas surgiu com a participação da pesquisadora em um projeto de iniciação científica, onde se analisou a construção da identidade territorial na comunidade do Buieié, em Viçosa-MG. O interesse por pesquisar a juventude, no contexto das comunidades rurais quilombolas, se deu na participação no grupo de pesquisa “Observatório da Juventude Rural-UFV”, coordenado pela Prof^a. Sheila Maria Doula. Nas temáticas abordadas dentro do grupo percebeu-se que a juventude rural era pouco explorada e que havia várias realidades que necessitavam de maiores investimentos em pesquisas, e as comunidades de remanescentes de quilombo eram uma delas.

O mestrado em Extensão Rural possibilitou aprofundar o conhecimento das transformações ocorridas no meio rural a fim de situar a realidade em que vive a maioria das comunidades quilombolas e problematizar a juventude rural dessas comunidades.

Alguns autores demonstram que as comunidades remanescentes de quilombo passaram a existir enquanto ator social detentor de direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Na Carta Magna o Brasil reconheceu sua diversidade cultural, sendo, portanto, considerado uma nação pluriétnica e multicultural (Sampaio, 2007).

A referida Constituição, ao instituir o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) “reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes de quilombo sobre as terras que vêm ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Sousa, 2007:152). Assim, as terras dos quilombos passaram a ser consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveria ser alvo de proteção por parte do Estado.

O Decreto n. 4887, em seu artigo 2º, conceitua como remanescentes das comunidades dos quilombos aqueles grupos étnico-raciais com critérios de autoatribuição, trajetória histórica própria e relações territoriais específicas.

A partir de então “uma comunidade que apresentasse determinadas características poderia se auto-reconhecer como sendo remanescentes de quilombo”, e ter seus direitos garantidos pelos dispositivos legais (Sousa, 2007:152).

No entanto, muitas das comunidades que hoje são consideradas remanescentes de quilombo vivenciam contextos onde seus direitos são constantemente questionados por fazendeiros, legisladores, grileiros, dentre outros. Na luta por garantir seus direitos as comunidades quilombolas necessitam realçar traços culturais que os diferenciam das demais comunidades. Elas têm recorrido às origens do grupo, assumindo o compromisso de preservar sua cultura e identidade local. Todavia, para a continuidade da tradição local, os quilombolas sentem que é necessário o apoio da juventude para que dessa forma ela permaneça e seus direitos sejam garantidos. Assim, a população mais velha das terras quilombolas espera que os jovens e adolescentes se identifiquem com a cultura afro-descendente, que permaneçam nas tradições rurais agrícolas e que preservem uma identidade herdada dos antepassados, tudo isso de forma a assegurar o território e a posse da terra.

Desse modo, percebe-se que sobre esses jovens recai não só o “peso” de uma herança cultural que deve ser preservada, mas também a manutenção do território, ou seja, o “peso da terra”. Neste sentido, foi imprescindível investigar como os jovens se posicionam diante dos dispositivos legais, pois o que está em jogo é muito mais que a preservação da cultura, é a garantia da posse da terra onde viveram e vivem os quilombolas há gerações, e onde mantiveram certa autonomia e relações identitárias com a cultura afro-descendente.

Além do dispositivo legal e das expectativas dos mais velhos, tem-se as políticas públicas para juventude rural. Estas políticas, na maioria dos casos têm sido formuladas para impedir a saída do jovem do meio rural, por meio do incentivo as atividades agrícolas.

Diante desse contexto, a pesquisa foi norteadas pelos seguintes questionamentos: Como os jovens rurais quilombolas avaliam as imposições legais contidas na política de reconhecimento, titulação e demarcação de terras quilombolas? Como encaram o compromisso que sobre eles recai de salvaguardar a cultura e o território? Que conflitos intra e intergeracionais são decorrentes das imposições legais? Como as políticas públicas estão sendo formuladas para enfrentar o problema da saída dos jovens rurais de seu território?

No intuito de responder os questionamentos acima, o estudo foi pautado no objetivo geral de analisar como os jovens rurais de territórios quilombolas do município de Piranga-MG se posicionam diante das exigências legais para a titulação das terras e especificamente, buscou-se:

- 1- Investigar se os jovens rurais quilombolas têm conhecimento dos critérios apresentados no dispositivo legal e se estão se identificando com alguns desses critérios;
- 2- Identificar e analisar as políticas públicas voltadas para a juventude rural e para as comunidades quilombolas do município de Piranga-MG;
- 3- Investigar se os jovens estão se identificando com alguma destas políticas;
- 4- Analisar as identificações culturais, identitárias e profissionais que os jovens rurais quilombolas estão construindo;
- 5- Identificar os mediadores sociais que estão operacionalizando as políticas públicas junto às comunidades rurais quilombolas e aos jovens;
- 6- Avaliar a eficácia das políticas públicas na formulação de projetos para o futuro junto a esses jovens em termos de trabalho, cultura e territorialidade.

Para a compreensão da realidade na qual se propôs investigar foi necessário articular as categorias analíticas: Identidade, Quilombola, Juventude Rural Quilombola e Políticas Públicas.

No primeiro capítulo a identidade foi compreendida como uma construção, um ato performático. Também se definiu o que na atualidade se concebe como sendo a identidade de remanescente de quilombo e como ela foi sendo tecida ao longo do tempo. Apresentou-se também a definição do que seja essa identidade no Decreto 4887 e para a Associação Brasileira de Antropologia.

No segundo capítulo foi feito um breve resgate da origem dos africanos escravizados que vieram para o Brasil, especificamente para o Estado de Minas Gerais. Caracterizou-se também a localização, as condições sócio-econômicas e herança cultural das comunidades remanescentes de quilombo do referido Estado. Por fim, evidenciou-se a luta e os conflitos decorrentes do reconhecimento, certificação e titulação das terras.

No terceiro capítulo analisamos como a categoria juventude foi construída dentro da corrente classista e a corrente geracional. Aprofundamos o conceito de geração por meio das contribuições de Mannheim e evidenciamos os conflitos geracionais. Realizou-se ainda um levantamento sobre a forma pela qual a juventude e a juventude rural foram tematizadas nos trabalhos acadêmicos e apresentamos a realidade da juventude rural quilombola.

No quarto capítulo, foram apresentadas as políticas públicas voltadas para a juventude rural e para as comunidades remanescentes de quilombos. Evidenciando o que cada uma preconiza.

O quinto capítulo se destina a apresentar os resultados da pesquisa de campo. Esta foi realizada no município de Piranga-MG, nas comunidades quilombolas de Santo Antônio de Pinheiro Altos e Santo Antônio do Guiné. A escolha dos locais de investigação deu-se devido ao fato do município possuir várias comunidades de remanescentes de quilombo sendo que as comunidades citadas já são certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

1.1- Metodologia Utilizada

Como delineamento da pesquisa utilizou-se o estudo de caso. Conforme Gil (2002), este método possibilita maior aprofundamento sobre um objeto, favorecendo um conhecimento mais detalhado. Segundo Bonoma (1985: 207), este método é útil, “quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre”.

Para compor o delineamento utilizamos a pesquisa exploratória, uma vez que, apesar de termos maiores conhecimentos sobre a comunidade Santo Antonio de Pinheiros Altos em virtude de pesquisas já realizadas nesta comunidade pelo programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sobre a comunidade Santo Antônio do Guiné as informações são escassas. Além disso, em relação à juventude quilombola, pouco se sabe, é necessário um levantamento das relações dos jovens com as comunidades e com as políticas públicas atuantes no município. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Na primeira etapa fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre as categorias analíticas. Na segunda etapa foi feita uma pesquisa documental sobre a história do município de Piranga-MG no *Arquivo do Conhecimento Cláudio Manuel da Costa*. Além disso, tivemos acesso a documentos elaborados pela Emater sobre as comunidades estudadas.

Na pesquisa de campo os métodos utilizados foram às visitas e observação participante junto às comunidades quilombolas e algumas atividades nas quais os jovens participaram, com anotações de campo, para entendimento e compreensão da lógica de comportamento dos sujeitos. Utilizou-se entrevistas com roteiro com os representantes da Emater, Assistência Social e com os jovens quilombolas. Foram utilizados, inclusive, registros fotográficos e mapas elaborados exclusivamente para este trabalho pelo doutorando Marcos Vinicius Sanches Abreu, do Departamento de Engenharia Civil, da Universidade Federal de Viçosa.

De acordo com Gil (2002:140), “no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica”. O que é “fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Estes devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos”. Para o autor, é isso que “torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador”. Assim esta pesquisa foi construída utilizando-se mais de uma técnica de coleta de dados.

A amostra foi composta por 28 jovens rurais quilombolas de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 29 anos e que residiam nas comunidades de Santo Antônio de Pinheiros Altos e Santo Antônio do Guiné (Ambas se localizam no município de Piranga-MG). A faixa etária foi escolhida por ser a utilizada pela maioria das políticas públicas voltadas para juventude. Dos jovens entrevistados 13 eram do sexo masculino e 15 do sexo feminino. Entrevistou-se duas extensionistas da EMATER, a coordenadora do Projovem-Adolescente e nove adultos, sendo que cinco eram de Santo Antônio de Pinheiros Altos e quatro de Santo Antônio do Guiné.

2- IDENTIDADE(S) EM CONSTRUÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Vimos na introdução desta dissertação que os jovens rurais que vivem em territórios quilombola são chamados a se autodefinirem enquanto remanescente de quilombo e a preservarem a herança cultural de seus antepassados. Sendo assim, se faz necessário explorar que identidade é essa e como ela tem sido construída. Para tanto, faremos uma breve discussão sobre o que se entende na atualidade por identidade, e depois discorreremos sobre a identidade étnica de remanescente de quilombo.

2.1- Quem precisa de identidade?

Ao investirmos esforços na investigação da forma como o conceito de identidade tem sido trabalhado, podemos verificar, conforme aponta Stuart Hall, a existência de uma explosão discursiva, onde ele tem sido severamente criticado e tem passado por desconstruções; deixando de ser considerada integral, original e unificada, para se tornar performática. Neste sentido, diante das inúmeras discussões sobre identidade e de suas desconstruções e reconstruções, “Onde está, pois, a necessidade de mais uma discussão sobre a ‘identidade’? Quem precisa dela?” (HALL, 2000: 103).

Segundo Hall existem duas maneiras de se responder a estas questões:

A primeira consiste em observar a existência de algo que distingue a crítica desconstrutiva à qual muitos destes conceitos essencialistas têm sido submetidos. Diferentemente daquelas formas de críticas que objetivam superar conceitos inadequados, substituindo-os por outros conceitos ‘mais verdadeiros’ ou que aspiram à produção de um conhecimento positivo, a perspectiva desconstrutiva coloca certos conceitos-chaves ‘sob rasuras’. O sinal de ‘rasuras’ indica que eles não servem mais, não são mais ‘bons para se pensar’, em sua forma original, não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferenciados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles, embora agora em suas formas destotalizantes e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (HALL, 2000: 103-104).

A segunda maneira “exige que observemos onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a irredutibilidade do conceito de identidade”. O autor afirma que a resposta dada neste caso, “está em sua centralidade para a questão da agência¹ e da política”. O autor, ao falar de política, está se referindo “aos movimentos políticos em suas formas modernas, do significante identidade e de sua relação primordial com uma política da localização” (HALL, 2000:104-105).

Woodward (2000) acrescenta que a política de identidade

concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica (WOODWARD; 2000:34).

Política de identidade tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas, o consumidor soberano, o cidadão patriótico, quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas ‘fora da história’ (Rowbotham, 1973) ou que tem ocupado espaços às margens da sociedade (WOODWARD; 2000:37).

Exemplos desses novos movimentos sociais são o movimento das feministas, dos negros e dos homossexuais. No caso do Brasil, além desses temos os remanescentes de quilombo, os indígenas, os ribeirinhos, etc. Esses “novos movimentos” demonstram, conforme apresenta a autora, que a globalização produz diferentes resultados no que se refere à identidade. Ela tanto pode levar ao “distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local”, quanto a uma “resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade” (Woodward; 2000:21). Isso demonstra que a política de identidade é na verdade uma luta pela própria

¹ O autor usa o termo agência para designar o elemento ativo da ação individual. Embora o autor tenha analisado tanto a questão da agência quanto a política, nos deteremos na segunda questão, uma vez que a identidade de remanescente de quilombo está relacionada à esfera da política de identidade.

expressão da identidade (Weeks apud Woodward; 2000:37). Além disso, no caso dos novos movimentos sociais, dos conflitos nacionais e étnicos, as dimensões políticas da identidade estão fortemente baseadas na construção da alteridade. Ou seja, elas “são fabricadas por meio da marcação da diferença” (Woodward; 2000:39).

Na disputa pela identidade estão também em jogo disputas por recursos simbólicos e materiais da sociedade, onde diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, almejam garantir acesso privilegiado aos bens sociais (Silva, 2000).

Nesta luta política, os movimentos sociais podem recorrer à identidade de duas formas distintas, pela celebração da singularidade do grupo, ou por apelos à história. No primeiro caso, “a celebração da singularidade do grupo, que é a base da solidariedade política, pode se traduzir em afirmações essencialistas”. Esse é o caso, por exemplo, de alguns grupos feministas que têm tomado por base a identidade e as qualidades singulares das mulheres para propor um separatismo em relação aos homens. Essa singularidade pode ser marcada de diferentes formas, seja pelo apelo a características biológicas, ou por apelos à história. Neste último caso, as mulheres buscariam estabelecer uma história exclusiva, que os homens teriam reprimido. Isso nos remeteria à ideia de que haveria algo fixo e imutável na posição das mulheres e que isso “se aplicaria igualmente a todas elas, como uma espécie de verdade trans-histórica” (Jefferys apud Woodward; 2000:34-35).

Por outro lado, nem todos os novos movimentos sociais têm se remetido à identidade como essência. Exemplos são alguns grupos de mulheres que têm concebido a identidade como fluida, não como essências fixas, e que “não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas” (Weeks apud Woodward; 2000: 35). Esse é o caso das mulheres negras que têm lutado para terem dentro do movimento feminista sua própria pauta, lutando contra pressupostos de um movimento “baseado na categoria unificada de “mulher”, que implicitamente, inclui apenas as mulheres brancas (Aziz apud Woodward; 2000: 35).

Tal movimento tem questionado concepções que marcam o caráter fixo da identidade. Esse é o caso do reducionismo de classe. Algumas identidades baseadas em raça, gênero, sexualidade e incapacidade física, atravessam o pertencimento de classe. Desse modo já não é mais suficiente pensar as identidades como deduzidas de uma posição de classe (Woodward; 2000).

Em termos políticos as identidades estão em crise. Isso porque “as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de classe, no partido político e na nação-estado têm sido questionadas” (Mercer apud Woodward; 2000).

Conforme veremos neste capítulo, a questão das comunidades quilombolas se insere nessa política de identidade. Trata-se de grupos étnicos que vêm lutando pelo direito de afirmarem suas identidades e garantir direitos constitucionais. Nessa batalha o que está em jogo é muito mais que o reconhecimento étnico, é a posse da terra onde vivem e viveram seus antepassados.

Barth considera um grupo étnico como sendo uma organização social baseada na autoatribuição. Isso se justificaria, uma vez que os atores sociais que compõem cada grupo “usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e outros, com objetivos de interação”. A continuidade dos traços étnicos dependerá da manutenção de fronteiras (fronteiras sociais) (Barth; 1997:194).

O que separa dois grupos etno-culturais “é a fronteira, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade”. As fronteiras são mutáveis, elas são “concebidas como uma demarcação social suscetível de ser constantemente renovada pelas trocas. Qualquer mudança na situação social, econômica, ou política pode provocar deslocamento das fronteiras”. As análises realizadas por Barth nos permitem assim fugir da confusão entre identidade e cultura. (Barth apud Cuche; 2002: 200-201).

participar de certa “cultura” particular não implica automaticamente ter certa identidade particular. A identidade etno-cultural usa a cultura, mas raramente toda a cultura. Uma mesma cultura pode ser instrumentalizada de modo diferente e até oposto nas diversas estratégias de identificação (Barth apud Cuche; 2002: 201).

Uma relação de longa duração entre grupos étnicos diferentes não pressupõe necessariamente um desaparecimento das diferenças culturais. Pelo contrário, muitas vezes essas diferenças se acentuam “através do jogo da defesa (simbólico) das fronteiras de identidade” (Cuche, 2002: 201).

Sansone (2007) demonstra por meio da argumentação de Richard Handler e Paul Giroy que

a identidade não é um conceito transcultural. As fronteiras e os marcadores étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço e, em algumas circunstâncias, a despeito de muitas provas de discriminação racial, as pessoas preferem mobilizar outras identidades sociais que lhes parecem mais compensadoras. Se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica local quanto pela global. A identidade étnica pode ser considerada como um recurso cujo poder depende do contexto nacional ou regional. Ela é, portanto, uma história sem fim (HANDLER e GIROY apud SANSONE; 2007: 12)

Neste sentido, Sansone sugere que “talvez devêssemos usar o termo “eticização, ao invés de etnicidade, o que se justificaria uma vez que “estamos lidando mais com uma dinâmica do que com uma entidade” (Sansone; 2007:12).

2.2- Identidade: uma construção social

A identidade tem sido estudada em três diferentes campos disciplinares, a filosofia, a psicologia e as ciências sociais. Na primeira, a identidade é um princípio lógico; na segunda ela é vista sob o viés pessoal como identidade individual; na terceira ela aparece como uma perspectiva relacional (Freitas, 2006).

Em se tratando das ciências sociais, “o conceito de identidade cultural se caracteriza por sua polissemia e fluidez” (Cuche; 2002:176). Ela também é multidimensional e dinâmica, o que lhe confere sua complexidade, mas por outro lado lhe dá flexibilidade. “A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações” (Cuche, 2002:196). No trecho a seguir isso fica claro, nele podemos verificar as desconstruções e reconstruções do conceito.

A identidade não é uma essência; não é um dado ou fato, seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um defeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A

identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA; 2000:96-97).

A ideia de identidade enquanto construção social também está presente em Castells (2004:23); para o autor identidade é “o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, que prevalecem sobre outras fontes de significados.

Nessa mesma perspectiva, Barth (apud Cuche; 2002: 182) afirma que a identidade é “uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros com as quais está em contato”. Ela é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar as suas trocas.

No processo de construção de identidades os indivíduos recorrem à

matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, memória coletiva e fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos estes materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS; 2004:23).

A identidade não é algo fixo, ela se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. “Ela está sem cessar em movimento, cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente” (Cuche, 2002: 198).

Para Hall identidade significa

o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 1995). Elas são o resultado de uma bem sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso (HALL; 2000:112).

Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja ‘convocado’, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como articulação e não como um processo unilateral. Isso, por sua vez

coloca com toda a força, a identificação, se não as identidades, na pauta teórica (HALL; 2000:112).

O autor, por meio das análises de Butler, vai demonstrar a importância dos discursos na formação de identidades. Na perspectiva desta autora, o sujeito é discursivamente construído, não existe qualquer identidade antes ou fora da Lei. Tal visão, de que

o sujeito é produzido no curso de sua materialização está fortemente fundamentada em uma teoria performativa da linguagem e do sujeito, mas a performatividade é despojada de suas associações com a volição, com a escolha e com a intensionalidade, sendo relida (...) ‘não como o ato pelo qual um sujeito traz à existência aquilo que ela ou ele nomeia, mas ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constringe (BUTLER apud HALL, 2000:128).

Isso demonstra que no processo de construção da identidade, não se trata da produção daquilo que nós somos, mas daquilo no que nos tornamos (Hall, 2000:109). Ou seja, identidade é um ato performativo.

Judith Butler (1999) vai se utilizar do conceito, cunhado por J.A.Austin (1998), para “analisar a produção da identidade como uma questão de performatividade”. Este conceito “desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é, (...), para a ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação” (Silva; 2000: 92). Para Butler, “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Butler, 2003).

As identidades são construídas por meio da marcação da diferença. Essa marcação “ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (Woodward; 2000:39-40).

Na perspectiva de Silva (2000:75), a identidade e a diferença são mutuamente determinadas. Ambas são “o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” que envolve relações de poder. Enquanto produção discursiva elas são marcadas pela indeterminação e pela instabilidade, isso porque a linguagem não é estável, ela oscila (Silva; 2000).

A representação é um sistema linguístico e cultural, arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É por meio dela que tanto a identidade quanto a diferença passam a existir. Representar significa “essa é a identidade, a identidade é isso”. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Silva; 2000: 91).

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição, discursiva e linguística, está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas (SILVA; 2000:81).

Neste sentido, a identidade pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. Ela “é sempre uma concessão, uma negociação entre uma ‘auto-identidade’ definida por si mesmo e uma ‘hetero-identidade’ ou uma ‘exo-identidade’ definida pelos outros” (Simon apud Cuche; 2002:184). Assim, qual delas terá maior legitimidade dependerá da situação relacional entre os grupos envolvidos. Em casos de dominação a hetero-identidade se traduzirá pela estigmatização dos grupos minoritários, que levará a uma identidade negativa. Esta se configura como uma “identidade vergonhosa e rejeitada em maior ou menor grau, o que se traduzirá muitas vezes como uma tentativa para eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores da diferença negativa”. Tal situação poderá mudar caso haja uma mudança da situação de relações interétnicas (Cuche; 2000: 185). É o caso das identidades negras, em especial a de remanescente de quilombo, cujas existências se deram de forma marginal, onde se auto-reconhecer como negro era assumir a condição de excluído, marginalizado, violento, preguiçoso, etc. Isso fez com que muitos negros não se assumissem com tal, negando sua negritude e sua cultura, travestindo sua cultura com elementos da cultura dominante, para não serem alvos de preconceitos e discriminações. Tal situação tem se invertido após a promulgação da Constituição de 1988 e da aprovação do artigo 68 quando a identidade destes atores sociais passou a ser valorizada e assumida como uma identidade positiva.

A identidade também não é monolítica. A “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Pelo contrário, estamos expostos a uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar, pelo

menos temporariamente (Hall, 2006). Para um indivíduo ou um ator coletivo pode haver identidades múltiplas, e essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (Castells; 2004:22).

Já Cuche (2002), ao falar dos jovens migrantes, afirma que a pretensa ‘dupla identidade’ desses jovens, está ligada a uma identidade mista, ao contrário do que certas análises afirmam. Tais jovens não possuem duas identidades opostas entre as quais eles se sentiriam divididos. O que acontece na realidade é que “cada indivíduo que faz parte de várias culturas fabrica sua própria identidade fazendo uma síntese e não dupla” (Cuche; 2002:193). Ou seja, “cada indivíduo integra, de maneira sintética, a pluralidade das referências identificatórias que estão ligadas à sua história” (Simon apud Cuche; 2002:195). O autor ressalta que apesar de ser multidimensional, a identidade não perde sua unidade e sua coerência e é a partir dessa característica que podemos compreender as identidades mistas que são frequentes em toda sociedade.

2.3- Identidade como identificação

Os limites acerca do conceito de identidade têm levado alguns autores a preferirem utilizar o conceito de identificação. Isso se verifica em Galissot (apud Cuche; 2002) que propõe a mudança do conceito de identidade para identificação. Tal mudança se justificaria uma vez que a identidade sempre é a resultante de uma situação relacional, e uma vez que ela é relativa, pode se ajustar se a situação relacional mudar.

Stuart Hall também sugere esta mudança; para ele “a identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e conscientes, e não algo inato, que já está presente nos indivíduos desde o momento de sua gênese”. Assim, para este autor, “em vez de falar da identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (Hall; 2006:10).

No entanto, conforme aponta Hall (2000:105), o conceito de identificação, “acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso, embora preferível, quanto o conceito de identidade”. Além disso, ele não nos dá garantia contra as dificuldades conceituais que têm assolado o primeiro.

O autor sublinha duas conceituações de identificação, uma do senso comum e outra da abordagem discursiva. Na primeira

a identificação é construída a partir do reconhecimento da alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos de pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (HALL; 2000:106).

Já a abordagem discursiva concebe a identificação como

uma construção, como um processo nunca completado, como algo sempre ‘em processo’. Ela não é, nunca completamente determinada, no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou perdê-la; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada (HALL, 2000:106).

De acordo com Cuche (2002), podemos dizer que no processo de identificação cultural o importante não é saber quem são os verdadeiros “jovens remanescentes de quilombo”, ou ainda quem são os “jovens rurais”, mas é saber o que significa recorrer à identificação “jovem quilombola” ou “jovem rural”. “Se admitirmos que a identidade é uma construção social, a única questão pertinente é: como, por que e por quem, em que momento e em que contexto é produzida, mantida e questionada certa identidade” (Cuche; 2002:202). Assim, a próxima seção nos apresentará em que contexto surge a identidade de remanescente de quilombo; verificaremos que ela ainda está em construção e é envolvida por relações de poder.

2.4- Remanescente de Quilombo: que identidade é essa?

Nas seções anteriores vimos que a discussão da identidade faz sentido em alguns contextos, e esse é o caso de nosso objeto de estudo. Vimos também, o que se entende por identidade étnica. Constatamos que a identidade não pode ser considerada fixa, ela é fluida, e sua construção é uma questão de tornar-se. Vimos ainda que a crítica em torno do conceito de identidade tem levado alguns autores a preferirem utilizar o termo identificação. Nesta seção será apresentado o que se concebe como

sendo a identidade de remanescente de quilombo. Para tanto, recorreremos de forma sucinta às definições de quilombo ao longo da história até chegarmos a seu atual conceito. Tal identidade está em construção e tem sido constantemente questionada. Ela está envolta de fortes relações de poder a nível Federal, Estadual e Local, e tem sofrido objeções e várias críticas, mas, conforme apresenta Figueiredo (2010), quando analisamos os discursos contrários se verifica que a oposição

não se encontra no campo dos debates raciais, mas nos interesses agrários, angariando as objeções do agronegócio e de políticos ligados aos seus interesses, a apontar para os riscos de uma ‘revolução quilombola’, derivação e nova face da ameaça dos movimentos sociais no campo, cuja maior expressão até então fora o movimento de trabalhadores rurais Sem-Terra (FIGUEIREDO; 2011:19).

Segundo Leite (2000:333) “falar de quilombo e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”. Conforme verificaremos, as várias discussões levaram, segundo Schmitt et al (2002), à relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo. Sendo assim, vejamos como esta identidade foi e está sendo tecida.

A palavra “Quilombo” veio sendo ressemantizada deixando de ser associada apenas ao fenômeno da escravidão e ganhando significação sociocultural através dos tempos (Fiabani apud Santos e Doula, 2008).

A origem da palavra é apresentada por Calheiros e Stadtler (2010:135) e segundo estes autores, foram os negros africanos os primeiros a conceituar quilombo. A palavra seria de origem umbundu, mas “teve seu conteúdo sociopolítico e militar originado entre os povos africanos de línguas bantu, como os Lunda, os Ovimbundu, os Mbundu, os Kongo e os Imbangala”. Leite (2008) acrescenta que a palavra “quilombo” na etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis

às armas de inimigos (MUNANGA apud CALHEIROS e STADTLER; 2010:135)

Intui-se que o vocábulo teria sido trazido para as Américas pelos negros escravizados na África. Nas Américas, quilombo assumiu novos sentidos em diferentes épocas e nas diversas regiões (Calheiros e Stadtler; 2010:135). No caso do Brasil, a palavra foi popularizada pela administração colonial, por meio de suas “leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País” (Leite; 2008:965).

Em 1740 o Conselho Ultramarino conceituou “quilombo” como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Esta caracterização perpetuou-se como definição clássica e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70 do século XX (Schmitt et al; 2002: 2).

Quilombo também adquiriu no período colonial um sentido de luta; as centenas de insurreições e as formas mais diversas de rejeição ao sistema escravista fizeram da palavra um marco da luta contra a dominação colonial e de todas as lutas dos negros que se seguiram após a quebra desses laços institucionais (Leite, 2008).

Com o fim da escravidão os quilombos passaram a ser encarados como passado. Esta situação só veio a mudar em 1970, momento de efervescência dos movimentos sociais e neste novo cenário os remanescentes de quilombo voltaram à cena política a partir da luta do campesinato brasileiro e de entidades negras organizadas. A partir de então, inicia-se um debate teórico acerca do conceito de quilombo e remanescente de quilombo (Silva, 2008).

Nos anos de 1970 a 1980, militantes do Movimento Negro Unificado e parlamentares como Abdias do Nascimento, levaram, por meio de discursos, o quilombo à Assembléia Nacional Constituinte “para transformar-se em dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação” (Leite; 2008: 968).

No final da década de 1980, a expressão “comunidade remanescente de quilombos” passou a ser utilizada no Brasil principalmente para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de

transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888. As terras dos quilombos passaram a ser consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado. As reivindicações de organizações de movimentos negros e setores progressistas favoreceram a aprovação de dispositivos constitucionais concebidos como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida (Leite, 2008).

A Assembléia Constituinte de 1988 representou “o ponto de inflexão para vários temas da vida política do Brasil e principalmente para a questão quilombola” (Calheiros e Stadtler; 2010:136). Ao instituir o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Constituição Federal também reinstituiu, pela primeira vez no período republicano, a categoria jurídico-legal de quilombo. Este Artigo estabelece: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Sampaio, 2008, p.17). Assim, as terras dos quilombos passaram a ser consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado.

A expressão ‘remanescente das comunidades dos quilombos’ contida na referida Constituição, ao invés de facilitar, vai “inicialmente dificultar a compreensão dos processos e criar vários impasses conceituais” (Leite, 2000:340).

Aquilo que advinha como demanda social, como o princípio intuitivo de descrever um processo de cidadania incompleto e, portanto, abranger uma grande diversidade de situações envolvendo os afro-descendentes, tornou-se restritivo, por remeter à ideia de cultura como algo fixo, algo cristalizado, fossilizado, e em fase de desaparecimento (LEITE, 2000:341).

A expressão “remanescente” suscitou vários questionamentos, pois além de ser uma identidade ainda a ser politicamente construída, ela não correspondia à autodenominação desses mesmos grupos. Desse modo, a saída encontrada foi a da interpretação do processo por parte dos intelectuais, militantes e das próprias comunidades envolvidas (Leite, 2000).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada a dar seu parecer sobre o assunto. Em outubro de 1994 a ABA criou um “Grupo de Trabalho

sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito de remanescente de quilombo”. O documento elaborado procurou desfazer os equívocos em relação à suposta condição de remanescente quando afirmou que “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. Na compreensão da ABA “o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação brasileira” (Leite, 2000:341-342).

Em 2003 a ABA definiu quilombo como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (Fiabani apud Santos e Doula; 2008:71).

Atualmente o conceito de remanescente de quilombo é o expresso no artigo 2º do Decreto 4887 que define quem são considerados os remanescentes de quilombo:

Art. 2º- Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO 4887).

Diante da definição citada anteriormente, Santos e Doula (2008:72) ressaltam que o conceito “passa a dar conta semanticamente, das especificidades históricas e culturais de comunidades negras que habitam terras com registros de ex-quilombos, ou que tenham trajetória histórica própria, desde que se auto-reconheçam como quilombolas”.

Tais mudanças conceituais se deram para que fosse atendida toda comunidade negra, rural ou urbana, com origens afro-descendentes. Trata-se de um fenômeno essencialmente político, caracterizado como um evento de recriação das tradições, que resulta na amplificação do contingente de comunidades negras de raízes múltiplas como beneficiárias das disposições transitórias (Santos e Doula, 2008).

Leite (2000:342) chama a atenção para o fato de que, ao contrário do que se supunha, a questão quilombola, a partir daí, revelou-se de grande complexidade. Isso por que “tratava-se de considerar não apenas os aspectos referentes à identidade dos negros no Brasil, mas os vários atores envolvidos e os inúmeros interesses conflitantes

sobre o patrimônio material e cultural brasileiro, ou seja, questões de fundo envolvendo identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil”.

Para Santos (2009:77), “isto aponta para o fato de que os quilombolas deixaram de ser caracterizados pelas redes de significação histórica e racial, para terem incorporados valores econômicos e socioculturais em seu conceito”.

Marques (2009:345) afirma que a ressignificação da ideia de quilombo “possibilitou aos grupos que se auto-denominam como remanescente de quilombo ou quilombola uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito”:

o quilombo ressemantizado é um rompimento com as ideias passadistas (frigorificadas) e com definições jurídico-formal historicamente cristalizadas, tendo como ponto de partida situações sociais e seus agentes que, por intermédio de instrumentos políticos-organizativos (tais como os próprios grupos interessados, associações quilombolas, ONGs, movimentos negros organizados, movimentos sociais e acadêmicos), buscam assegurar os seus direitos constitucionais (MARQUES; 2009:346).

O autor afirma que os remanescentes de quilombo “podem ser entendidos como aquilo que os antropólogos chamam de ‘estrutura’, ou seja, as relações simbólicas de ordem cultural”. Para o autor é justamente a ressemantização da categoria que faz com que ela deixe de ser considerada “uma conversão prescritiva, ou frigorificada, que se refere ao passado, para se tornar uma invenção performativa que se refere ao presente” (Marques; 2009:351).

Para Souza Filho (2007:156) a ressemantização, embora tenha sido importante e servido para garantir direitos territoriais, também produziu efeitos colaterais, como o de “transformar artificialmente os entendimentos de quilombolas ou remanescentes de quilombo em emblemas ou categorias endógenas, referidas a grupos específicos”. Trata-se, pois, da tentativa de transformar estes conceitos em categorias nativas por meio de sua utilização como novos emblemas identitários e genéricos. Em se tratando de identidade coletiva, o que antes era reconhecido como *terra de pretos*, *terra de santos*, *comunidade negra*, etc.; passa agora a ser reconhecido como remanescente de quilombo. Em relação à identidade individual, os termos *pretos* ou *cablocos*, foram substituídos por quilombola.

Esse movimento de transformação de conceitos em categorias nativas ou fatores de autodefinição tem tentado unificar situações sociológicas diferenciadas em algo homogêneo. Assim, “a identidade de remanescente de quilombo acaba sendo utilizada, no campo político, como elemento de identificação” (Souza Filho; 2007:157).

Conforme verificamos, a identidade de remanescente de quilombo, apesar de suas ressignificações está em andamento, ela está sujeita a novas interpretações.

Uma questão que se coloca é se quilombo expressa a dimensão política da identidade negra, ou se ela não passa de mais uma redução brutal da alteridade dos grupos (Leite, 2000).

No texto constitucional o sujeito da oração é a comunidade, pois é dela que derivam os remanescentes de quilombo, ou quilombolas. A leitura do artigo 68 “evidencia que o grupo, e não o indivíduo, que norteia a identificação destes sujeitos”. Sendo assim, “o que viria a ser contemplado nas ações seria o modo de vida coletivo, a participação de cada um no dia-a-dia da vida em comunidade. Não é a terra, portanto, o elemento exclusivo que identificaria os sujeitos do direito, mas sim sua condição de membro do grupo” (Leite; 2000: 344).

O autor não quer dizer que a terra não seja importante, ele a considera “crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo de vida destas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define” (Leite; 2000: 344). O autor continua sua argumentação evidenciando que

de todos os significados de quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupos. A territorialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, mas sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência. Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva (LEITE; 2000: 344-345).

Vários autores têm analisado a construção da identidade remanescente de quilombo articulando os elementos identidade e território². Nesta concepção “o território se coloca como questão chave para compreensão dos novos processos que põem em crise o mundo moderno” (Salomão, 2006).

De acordo com Schmitt et al (2002:4) os vários trabalhos sobre o campesinato têm demonstrado a importância das relações entre território e parentesco. Neste contexto, o direito à terra é garantido por via hereditária. Assim, “parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior”.

A identidade territorial pode ser entendida “como resultado das relações sociais de um grupo em um determinado espaço ao longo de um tempo. Nessa abordagem é possível compreender não apenas as relações sociais do grupo estudado, mas também a noção de pertencimento a um território” (Haesbaert apud Pinto, Cupertino, et al; 2009).

Esta abordagem foi utilizada por Pinto, Cupertino, et al (2009), que buscaram compreender os processos identitários relacionados à construção de uma identidade territorial na comunidade do Buieí, localizada no meio rural de Viçosa. Eles constataram que “os vínculos de parentesco e de amizade na comunidade constituíram-se em fortes elementos explicativos da reprodução social das famílias e das justificativas para o forte apego ao lugar”.

Esse tipo de abordagem da identidade, enquanto identidade territorial, se justifica devido à necessidade de se provar a importância que o território, ou seja, a terra, tem para estas comunidades. Assim, as análises feitas por este viés poderão auxiliar as comunidades a obterem seus títulos de propriedade.

² Não aprofundaremos a questão da identidade territorial, por não se tratar do objetivo de nossa dissertação. No entanto, sabemos de sua importância para construção identitária dos remanescentes de quilombo. Para saber mais sobre o assunto: ver Haesbert (2007); Schmitt et al (2002); Pinto, Cupertino et al (2009).

3- DE QUILOMBOLAS A REMANESCENTE DE QUILOMBO: VISIBILIDADE E LUTAS POR DIREITOS

A identidade de remanescente de quilombo é apenas uma dentre as várias identidades dos afrobrasileiros, e, conforme se pode verificar no capítulo anterior, identidade é uma construção, um ato performático. Assim, para compreender a posição da juventude diante dessa nova identidade e a forma como eles têm construído seus projetos de vida, é necessário compreender o contexto atual no qual estão inseridos. Para isso, faremos um breve resgate histórico, a começar pelo tráfico de escravos indicando a origem dos africanos trazidos para o Brasil e em especial para Minas Gerais, passando pela formação dos quilombos na época da escravidão até chegarmos às comunidades quilombolas na atualidade, evidenciando sua forma de vida, cultura, conflitos e lutas atuais. Este percurso é importante, pois conforme afirmaram Kaes e de Larrue (apud Jodelet; 2001), partilhar uma mesma condição social produz efeitos sobre o modo de conceber a cultura.

3.1-Resgatando origens: os africanos no Brasil

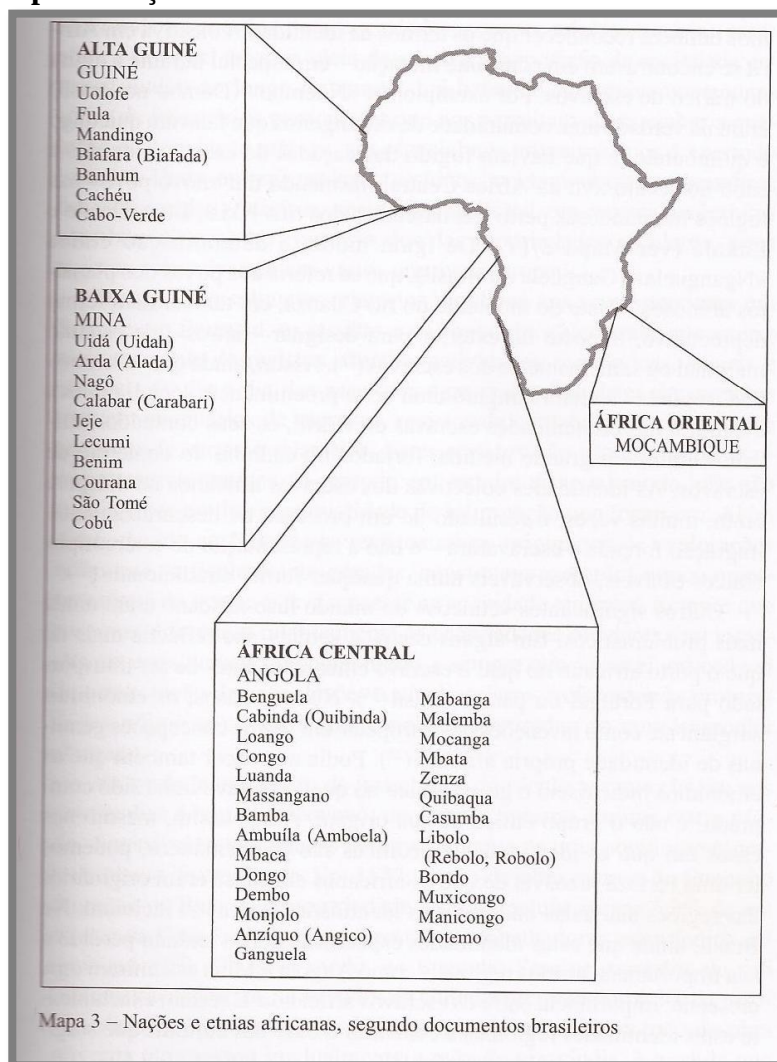
Este tópico tem por objetivo “resgatar” os referenciais territoriais e étnicos de origem dos africanos que foram trazidos para o Brasil durante o período escravista. Uma atenção especial será dada a Minas Gerais, Estado no qual se insere o município de Piranga, objeto de investigação dessa dissertação.

Segundo Munanga e Gomes (2006), o tráfico de escravos para o Brasil seguiu a rota transatlântica (Mapa 1) e envolveu povos de três regiões geográficas da África:

- A) África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Camarões;
- B) África Centro-Ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire) República Centro-Africana;

uma delas, o autor evidencia as nações e etnias dos africanos que foram trazidos para o Brasil durante o período escravista.

Mapa 2: Nações e Etnias Africanas



Fonte: Sweet (2007:37)

Por volta do século XV, no intuito de organizar o tráfico de escravos, os europeus, identificavam os africanos utilizando expressões como “ ‘negro da Guiné’ e ‘gentio da Guiné’ como sinônimo de africano, pois Guiné era o nome mais conhecido para a África”. Mais tarde, quando o comércio de escravos se intensificou, os europeus passaram a identificar os grupos de africanos chamando-os de nações, “quais sejam, mina, angolas, moçambiques, jejes, cassages, cabindas, benguelas, monjolos, entre outras” (Mattos, 2009:113).

No Século XVI os escravos que foram trazidos para o Brasil pertenciam às regiões da Alta Guiné e Baixa Guiné. Eles tiveram como principal destino as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também foram levados para o Maranhão e Grão- Pará (Anjos; 2011:263).

No século XVII o Brasil recebeu cerca de 560.000 escravos, sendo que a grande maioria deles veio da África Central. Alias, até 1680 mais de 90 % dos escravos que vieram para o Brasil eram desta região. Neste período os angolanos eram a maioria (Sweet, 2007).

Durante as décadas de 80 e 90 do século XVII, o porto de Luanda sofreu graves problemas com a seca, fome e doenças, prejudicando o tráfico por meio deste porto. Mas os mercadores brasileiros da Bahia e Pernambuco reagiram desviando o tráfico para a Costa Mina. Estes mercadores, “em troca de tabaco da Baía, conseguiram trazer para o Brasil grandes quantidades de escravos” (Sweet, 2007:33).

Nas primeiras décadas do século XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, o tráfico de escravos ficou mais intenso. Durante este mesmo período as importações de escravos Mina ultrapassaram o número de escravos da África Central. O destino deles era Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Mas em termos de número total de africanos no Brasil, os centro-africanos eram a maioria, em especial nas cidades do sul (Sweet, 2007:33).

Conforme se verificou no mapa 2, cada uma dessas zonas regionais continha dezenas de identidades étnicas mais específicas. Muitas delas eram expressões criadas pelos próprios escravos. No entanto, conforme alerta Sweet (2007:37), “as identidades coletivas dos escravos africanos na diáspora eram, muitas vezes, o resultado de um desenraizamento, migração forçada e escravatura, e não a representação de estereótipos étnicos estáveis, observáveis numa qualquer forma ‘tradicional’”.

Em alguns casos as referidas etnias não passavam dos nomes dos portos onde os escravos eram embarcados, ou mesmo invenções dos europeus, em vez de serem as expressões genuínas das identidades dos africanos. Em outros casos os etnónimos representavam o grupo no qual o escravo foi comprado, e não seu grupo de origem (Sweet, 2007).

Diante disso, o autor ressalva:

mesmo nos casos em que as identidades específicas são problemáticas, podemos ter uma certeza razoável de que os africanos em causa eram originários da regiões alargadas onde as suas identidades étnicas se incluíam. No Brasil, ainda que estas identidades específicas nunca tenham perdido a sua importância, termos regionais como Angola e Mina assumiram uma crescente importância entre os escravos africanos. E seriam exatamente estas identidades regionais a constituir a base das culturas que surgiram nas comunidades de escravos (SWEET; 2007:38).

Retomando Mattos (2009:114), verifica-se que outra prática comum era a associação das nações a características físicas e morais dos africanos, “o que ajudou a estabelecer estereótipos sobre os diferentes grupos”, fazendo com que certas nações fossem preferidas para determinados tipos de trabalho.

A construção desses estereótipos, muitas vezes resultado de preconceitos, estava relacionada aos interesses dos traficantes de escravos em ganhar a concorrência no comércio de escravos, pois os proprietários levavam essas características em consideração ao adquirir o escravo africano. No momento da compra, havia uma necessidade de avaliar seus aspectos físicos, a idade, as condições de saúde, o comportamento e saber o tipo de trabalho que realizava em sua terra de origem (MATTOS, 2009:114).

Exemplo disso é o caso do abastecimento das áreas mineradoras nos séculos XVII e XVIII. Os traficantes baianos tinham como seus principais concorrentes os traficantes portugueses e os cariocas, para garantir a preferência eles difundiram “a ideia de que os africanos da nação mina eram mais indicados para o trabalho nas áreas mineradoras, porque tinham experiência com a mineração e a metalurgia”. Tais afirmações devem ser relativizadas, uma vez que os baianos dominavam o comércio de escravos na Costa da Mina e era de seu interesse difundir este estereótipo. Assim, para o trabalho da extração de ouro os proprietários de Minas Gerais ao comprarem africanos privilegiavam os da nação mina (Mattos, 2009:114).

A preferência dos proprietários mineiros pelos escravos mina também é evidenciado por Luna (1980). O autor, analisando a estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios no período de 1718-1804, constatou que na época do auge da produção aurífera o grupo Sudanês predominava. Já no período de decadência do ouro os grupos dos Bantos passaram a ser preferidos, o que demonstra a

tendência a substituir aqueles por estes. Isso aponta para uma estreita relação entre o elemento Sudanês e o trabalho exploratório.

Na tabela 1 o autor evidencia que em Serro Frio no período de maior consolidação e próximo ao apogeu da atividade extrativista (1738), o elemento Sudanês aparece em maior proporção do que os Bantos. Já em 1771, em Sabará, no período de decadência da extração do ouro, o elemento Banto representava 49,2 %. Em Vila Rica, especificamente em 1804, os Sudaneses representavam apenas 15,2 % enquanto os Bantos 84,8 % (Luna, 1980).

Tabela 1: Repartição dos Escravos Segundo a Origem

Local	Ano	Escravos			
		Sudaneses		Bantos	
		Número	%	Número	%
Vila do Pitangui	1718	107	44,6	133	55,4
	1719	148	43,8	190	56,2
	1720	145	42,8	194	57,2
	1722	347	48,9	363	51,1
	1723	338	49,8	341	50,2
Serro Frio	1738	5.912	78,9	1.579	21,1
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	398	50,8	385	49,2
Distrito de São Caetano	1804	24	9,2	238	90,8
Vila Rica	1804	175	15,2	976	84,8

Fonte: Luna (1980:86)

Em relação à nação dos escravos Sudaneses e Bantos, o autor apresenta resultados apenas para Serro Frio e São Caetano, para os outros locais descritos na tabela 1, os escravos foram divididos apenas como Sudaneses ou Bantos. Assim, de acordo com o autor, em Serro Frio, no ano de 1771, havia entre os Sudaneses a predominância “dos Minas (54,8 %), seguidos pelos Coura e Coura Mina (13,4 %).

Entre os Bantos, o maior contingente foi dos Angolas com 56,5 %, seguidos pelos Bengalas (20,5 %), Moçambiques (7,2 %) e Congos (7,2 %). Já em São Caetano, em 1804, no grupo dos Bantos havia 62,6 % dos Angolas, seguido pelos Bengalas (17,9 %), Rebolos e Congos. Dentre os Sudaneses, os escravos Minas eram maioria, representando 95,8 % (Luna, 1980).

3.2- O quilombo na historiografia

O quilombo, desde há muitos anos, vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores, principalmente após 1988 quando a Nova Constituição foi aprovada. Segundo Fiabani (2008:), o fenômeno quilombola vai ser inicialmente considerado pela sociedade escravista com algo nocivo. Já no final do século XIX e início do XX ele vai ser concebido como um projeto restauracionista. Já em 1929, ele vai ser considerado um exemplo da luta de classe. E partir da “década de 1980 o foco interpretativo do passado escravista passou da rebelião aberta para as resistências cotidianas” .

De acordo com Santos (2009:74) os estudos sobre os quilombos foram conduzidos por meio de dois paradigmas epistemológicos: “um de base marxista e outro de base culturalista”. Os estudos realizados sob a luz do primeiro paradigma, “estudam os quilombos e sua formação, a partir do entendimento de que a fuga opera como uma reação de uma classe inferior, um processo natural no quadro hierárquico de disputas no plano social”. No segundo, os estudos são construídos “com base em parâmetros que focam as redes de interação social. A visão culturalista “busca o entendimento da sistemática desses grupos por meio dos processos de relação entre quilombolas e seu entorno”.

Silva (2008:207) afirma que na culturalista “está presente a ideia de quilombos como ‘persistência da cultura africana’, ‘recriação de Estados Africanos’ e recriação da cultura e do estilo de vida africano no país sob a ótica dos clássicos dos anos 30”.

A autora acrescenta que “na contramão da vertente culturalista, há a ênfase na resistência produzida na fuga e resistência ao trabalho escravo”. Além dessa ideia, está a de “aquilombamento como representativo da não passividade diante do sistema escravista”. Segundo a autora,

esses pressupostos da resistência estarão na análise de Arruti (2003:12-13) que também enfatiza a dimensão da cultura, enquanto uma possibilidade de ‘continuidade com a África’, da política, expressa pelo foco nas ‘relações de poder’ e ‘difusão do arcabouço marxista na historiografia e nas ciências sociais’, além da dimensão da resistência racial, trazida pelo movimento social negro (SILVA (2008:207).

Carvalho (2009:14) ao rever os estudos sobre os quilombos, afirma que devemos levar em conta “as divisões da historiografia, ou seja, estudos realizados inicialmente em 1933 por Gilberto Freyre, que influenciaram os pesquisadores da década de 1980, com as análises sob o viés mais cultural”. Os estudos da década de 1970, que tinham um viés economicista. E também os “estudos sociológicos nas décadas de 50 e 60 que privilegiavam as relações sociais, a etnia e a raça”.

Os estudos sobre a escravidão, da década de 70, segundo o autor, são considerados estudos da historiografia tradicional, ou escola da USP. As análises sobre os escravos realizadas antes dessa década “foram vistos como criadoras de uma corrente na qual as relações dos escravos para com os seus senhores eram tidas com muita docilidade, criando-se assim o ‘mito da democracia racial’” (Carvalho, 2009:14).

Neste momento duas interpretações se forjaram. Uma considerava as relações entre os senhores e os escravos como sendo “brandas, visto que não haveria uma distinção muito grande entre o cativo e a liberdade; há assim, uma ocultação do racismo na sociedade brasileira” (Carvalho, 2009:14). O autor considera que

essas mesmas relações foram marcadas por extrema violência, principalmente da parte dos senhores. Esta violência teria provocado tal ‘deformação’ nos cativos, que estes chegaram a conceder como naturais as injustiças sofridas (CARVALHO, 2009:14).

Segundo Carvalho (2009:14) “esta história da escravidão possuía um eixo econômico, contrapondo os estudos culturais iniciados por Gilberto Freyre em 1933, vendo o escravo somente como mercadoria, posse de seu senhor”.

Já os estudos feitos na década de 1960 foram chamados pelos recentes historiadores de escola sociológica Paulista. Eles assumiram uma revisão sobre as

“abordagens da suavidade escrava, sobretudo dando ênfase à resistência escrava, principalmente coletiva” (Carvalho, 2009:15).

Os estudos da década de 70 “analisavam os quilombos como uma estrutura rígida e estável, mas que poderia atrapalhar as engrenagens econômicas do sistema escravista” (Carvalho, 2009:17).

Na década de 80 foi promulgada a nova constituição. A partir de então ocorreu uma redefinição do conceito de quilombo e duas correntes historiográficas distintas se forjaram. Uma que considerava que “o fenômeno quilombo acabou com o advento da abolição”; e outra que “admite a continuidade do fenômeno após a abolição”. Nesta última, os pesquisadores se apóiam nos argumento de que após a abolição,

os ex-cativos e trabalhadores com alguma afrodescendência, já livres, organizam-se contra as diferentes formas de marginalização e expropriação de seu trabalho. Neste caso, estas múltiplas formas de resistências das comunidades negras para sobreviver, em meio rural e a seguir urbano, passaram a ser designadas igualmente como quilombo (FIABANI; 2008:27).

Na atualidade, dizer-se ‘quilombola’

não significa ser originário de populações de escravos fugidos, mas sim, assumir-se como agente social, que percebeu no quilombo e na luta dos quilombolas do passado, o exemplo de resistência e negação à submissão, para lutar por direitos para a população afro-brasileira (LEITE apud FIABANI; 2008: 28).

Fiabani (2008) acrescenta que o historiador José Mauricio Arruti concluiu que “as comunidades quilombolas atuais constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra”.

De acordo com Carvalho (2009), diante da redefinição do conceito de quilombo:

os estudos historiográficos com análises puramente econômicas não dariam conta de explicar todas as teias de relações entre os senhores e escravos, muito menos de descendentes de escravos nos dias de hoje. Percebe-se então que não somente a história era a ciência que buscava explicações para os quilombolas e seus descendentes, mas também a antropologia e a sociologia (CARVALHO, 2009:17).

Em relação à escravidão em Minas Gerais, muitos dos trabalhos que compõem a historiografia que estuda a região “foram responsáveis pela difusão de alguns

‘mitos’’. Entre eles, “estabelecem-se dicotomias entre escravidão e liberdade, transmitindo-nos a ideia de que os escravos buscavam incessantemente a liberdade a qualquer custo” (Carvalho ; 2009: 18).

No entanto, nos últimos anos, conforme afirma o autor, essas noções vêm sendo questionadas e colocadas em discussão.

Neste sentido, os estudos pretendem discutir determinado espaço de liberdade adquiridos pelos escravos por meio da conquista, e não de concessões. Desta forma, podemos perceber que existem várias maneiras de apreender os diferentes níveis das tensões que marcaram a vivência social dos escravos, ex-escravos e quilombolas, em um determinado contexto histórico (CARVALHO, 2009:19).

3.2- Quilombos em Minas Gerais

No que se refere ao quilombamento, ele existiu onde ocorreu a escravidão dos africanos. Ou seja, em todas as Américas ele existiu, apesar de apresentarem nomes diferentes dependendo da região. Em muitos países de colonização espanhola o nome dado era *cimarrónes*, em Cuba e Colômbia, *palenques*, na Venezuela, *Cumbes*, e na Jamaica, Guianas e Estados Unidos, *marrons*. Desse modo, o quilombo deve ser entendido como “uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da contribuição de outros segmentos com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos indígenas” (Munanga e Gomes; 2006:72).

No século XIX inúmeros quilombos foram constituídos, principalmente nas décadas finais do período escravista. Nesta época, seus habitantes eram chamados de quilombolas, mocambeiros ou calhambolas (Munanga e Gomes; 2006)

Em relação ao tamanho dos quilombos, esses podiam ser compostos desde alguns fugitivos a povoações com milhares de moradores. No quilombo do Ambrósio (Mapa 3) em Minas Gerais, havia centenas de habitantes, algo em torno de 10 mil, quando foi destruído em 1746. Já o quilombo Grande Mineiro tinha aproximadamente mil pessoas quando foi atacado em 1759. Certamente o maior de todos os quilombos foi o de Palmares, em Alagoas, com população de 20 a 30 mil pessoas. “Palmares não era apenas um, mas uma série de doze ou mais quilombos, alguns de grande tamanho,

Apesar de toda repressão os quilombos continuaram a existir. Até mesmo a abolição da escravidão não extinguiu esta organização. Após a abolição, milhares de escravos se dirigiram para as áreas onde existiam quilombos, implantando novos quilombos, ocupando áreas ermas, áreas doadas a santos, áreas abandonadas pelos mineradores, áreas doadas pelos senhores em reconhecimento à dedicação de alguns de seus escravos ou áreas adquiridas por membros de cada família. Dessa forma, novos quilombos se implantaram em todo o território mineiro (Costa, 2007:27).

3.4- Os Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais: localização, condições socioeconômicas e herança cultural.

3.4.1-Localização

De acordo com o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), até junho de 2007, havia 435 comunidades, em 170 municípios mineiros. No entanto, um ponto que chamou a atenção dos pesquisadores do CEDEFES em relação a Minas Gerais é o fato que muitas comunidades não se reconheciam no termo “quilombo” e nem tinham ouvido falar da existência de seus direitos constitucionais estabelecidos em 1988, em especial aqueles contidos nos artigos 216 e 217 e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da titulação de suas terras.

Em termos de localização, as mesorregiões de Minas Gerais (mapa 4), que apresentaram até 2007 maior número de comunidades quilombolas foram: Norte de Minas (153), Vale do Jequitinhonha (105), Metropolitana de Belo Horizonte (54), Vale do Rio doce (29), Zona da Mata (21) e Vale do Mucuri (19) (CEDEFES, 2008).

O CEDEFES, no projeto Quilombo das Gerais (2007), reuniu dados de 170 comunidades e constatou uma média de aproximadamente 54 moradias por comunidade. “As comunidades com maior número de moradias são: Brejo dos Criolos, no Norte de Minas, com 483, e Pinhões, na grande Belo Horizonte, com 350”.

Até 2007, estimava-se que a população de quilombolas em Minas era de 100 a 115 mil pessoas (CEDEFES, 2008:43).

Mapa 4: Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: CEDEFES (2008:93)

A tabela 2 demonstra os municípios mineiros que apresentavam, até 2007, o maior número de comunidades remanescentes de quilombo.

Tabela 2: Municípios com Maior Número de Comunidades

Município	Número de comunidades
Berilo	27
Chapada do Norte	15
Minas Novas	14
Janaúba	13
Manga	12
Virgem da Lapa	11
Araçuaí	10
Januária	10
Pai Pedro	10
São João da Ponte	10
São Francisco	9
Materlândia	8
Chapada do Norte	7
Jaíba	6
Paracatu	6
Sabinópolis	5

Fonte: CEDEFES (2008:43)

3.4.2- Condições Socioeconômicas e Herança Cultural

De acordo com Carril (2002) existem muitas semelhanças entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e as demais que vivem na região Sudeste, bem como com as demais mapeadas em outros estados e regiões brasileiras. Essas comunidades se encontram em áreas de difícil acesso, geralmente em serras e vales montanhosos, possuem estratégias próprias de apropriação dos recursos naturais e não se encontram isoladas, pois mantêm relações de intercâmbios comerciais com os municípios e as regiões próximas desde o estabelecimento das unidades quilombolas.

O autor relata que no Vale do Ribeira as comunidades passaram por transformações profundas em termos de relações de trabalho. Antigamente elas eram organizadas em uma economia camponesa, atualmente com a introdução do corte do palmito e da plantação da banana, outra lógica, a capitalista, foi introduzida na comunidade. Estas novas atividades têm tirado parte do tempo, “fazendo-os abandonar parte do que plantavam e deixando-os mais submetidos à necessidade de comprar dos mercados locais”. Além disso,

O impacto violento do cerceamento do cultivo de grande parte de suas roças graças às unidades de conservação, restringiu-lhes ainda mais a liberdade e a autonomia conquistada ao longo do tempo por esses personagens. Por fim, a ação dos grileiros e o receio da construção de barragens lhes retiram mais tempo do trabalho agrícola, pois precisam entrar com ações judiciais contra os grileiros e obter liminares para a suspensão dos projetos de hidrelétricas (CARRIL, 2002).

Essa nova situação provocou na geração mais velha a sensação de que o verdadeiro trabalho era o de antigamente, onde havia fartura, onde ainda se tinha tempo para dedicar as festas e a realização dos rituais comunitários. As novas formas de trabalho que atualmente vivenciam, não mais satisfazem “as necessidades dos membros dos grupos, não há espaço suficiente nas terras para plantar devido às unidades de conservação que protegem as matas e os rios”. Diante deste cenário os jovens são vistos pela geração mais velha como sendo vadios, pois não são mais agricultores e nem conseguem emprego nas cidades. “Antigamente, eram as pessoas

de fora que os chamavam de vadios, agora são os homens e as mulheres mais velhos. Ser vadio é não poder plantar para sobreviver e ficar sem trabalho na própria terra onde nasceram” (Carril, 2002). Conforme veremos no capítulo 5, as comunidades quilombolas de Piranga-MG também vivenciam essa situação.

Em se tratando do panorama das comunidades quilombolas em Minas Gerais no século XXI, os dados levantados no projeto Quilombo das Gerais em 2006, referentes a infra-estrutura, saúde, educação, geração de renda e herança cultural, revelam que essas comunidades enfrentam situações adversas cotidianamente.

A começar pela infra-estrutura, o saneamento básico (foram considerados o tratamento de água, captação e tratamento de esgoto e coleta de lixo) quase inexistem nessas comunidades. O destino dado ao lixo e esgoto são os cursos d’água, o que tem provocado doenças. Como o atendimento médico é precário, o índice de mortalidade tem aumentado nas comunidades (CEDEFES, 2008).

Em termos de abastecimento de água, 93,6 % das comunidades não possuíam água tratada. Das comunidades analisadas, 76 % têm acesso à eletricidade, e apenas 18 % possuem telefone público. “Quase não há agências dos correios nas comunidades nem nas proximidades, excetuando as localizadas em áreas urbanas”.

O atendimento à saúde é precário nessas comunidades. 92,7 % delas não possuem posto de saúde. O Programa de Saúde da Família (PSF) “tem atingido muitas comunidades ajudando no atendimento médico e na prevenção de doenças” (CEDEFES; 2008:58).

As doenças mais comuns são diabetes, doenças de chagas e chistose. A anemia falciforme foi identificada no Vale do Jequitinhonha; também lá o número de contaminações pelo vírus da AIDS tem aumentado. Na opinião do CEDEFES, isso se deve provavelmente ao fato

da maioria dos homens adultos passarem longas temporadas longe de suas famílias, no trabalho sazonal em outros estados e regiões. Nesses locais, infectam-se por praticarem sexo sem proteção e, ao retornarem, propagam o vírus HIV em suas comunidades (CEDEFES; 2008:56).

Em relação à educação 66,7 % das comunidades possuem escolas até a 4ª série, e apenas 8,6 % possuem escolas até a 8ª série (CEDEFES; 2008).

As fontes para a geração de renda são restritas. “A maioria são trabalhadores rurais pagos pelo sistema de diárias, por fazendeiros, no entorno da comunidade”. Algumas comunidades conseguem vender artesanato em feiras locais. O problema da geração de renda tem feito com que os quilombolas do Norte e Nordeste de Minas tenham que “migrar sazonalmente para São Paulo e o Paraná, onde se integram a colheita do café e do corte de cana” (CEDEFES; 2008).

A população feminina jovem, “usualmente tem migrado para os centros urbanos em busca de trabalho doméstico”. Isso tem feito com que muitas “delas não voltem para o quilombo, perdendo os vínculos familiares e culturais” (CEDEFES; 2008:62).

Os benefícios governamentais como o Bolsa Família e a aposentadoria, “são a segurança de renda de todas as comunidades”. Caso esses benefícios não existissem, talvez as comunidades “não tivessem condições de viver em seus locais tradicionais” (CEDEFES; 2008:62).

Já em relação à herança cultural, em Minas Gerais “há uma variedade de expressões musicais e religiosas” entre os quilombolas. “O artesanato está presente nas regiões norte e nordeste”. O material utilizado nos artesanatos são a cerâmica, o buruti, a palha e madeira (CEDEFES; 2008:63).

A manutenção de lendas e mitos também está presente nas comunidades, como a lenda do caboclo d’água, a mãe de ouro, o bicho fortaleza, entre outros.

“A culinária é baseada na cultura do milho³ e da mandioca, ervas e temperos não diferem da praticada pela população rural em Minas Gerais”, salvo algumas diferenças regionais.

Segundo o CEDEFES, as comunidades remanescentes de quilombos em Minas “possuem forte religiosidade cristã, fundamentada no catolicismo popular mesclado com práticas de matriz africanas”. Em relação ao congado e suas variantes, eles estão presentes em quase todas as regiões do Estado. A folia de reis estava presente em 76,9 % das comunidades. Outras expressões musical-religiosas também foram encontradas como: “o batuque, o congo, a marajada, a caretada, o candomblé, o lundum, o lundum-de-pau, a chula, a caxambu, a tapuiada, a dança de São Gonçalo, a umbigada, o

³ A propósito, consultar a dissertação de Santos (2009) que analisou o simbolismo do milho como importante elemento cultural das comunidades quilombolas de Piranga-MG.

sapateado, o catopé, o cabloco, o maçambique e o jongo” (CEDEFES; 2008:66-67).

Um ponto importante a ser destacado é que falar em comunidades quilombolas atualmente é falar em diversidade, isso porque existe uma multiplicidade de formas e experiências que resultam em diferentes relações com o território e a cultura. Isso precisa ser levado em consideração nas pesquisas, pois, não podemos generalizar traços culturais, modos de vida, cada comunidade reage de uma maneira distinta diante dos contextos que vivenciam. A depender da forma como a comunidade se constituiu e do contexto contemporâneo no qual ela está inserida, ela terá maior ou menor organização política. Há contextos em que as comunidades foram obrigadas a lutar por seus direitos devido às expropriações, seja por parte do Estado, seja por ação de grileiros, etc. Por outro lado existem comunidades que vivenciam uma situação estável, não sofrendo grandes preções externas, pelo menos até o momento.

3.5- Reconhecimento, Certificação e Titulação das Terras Quilombolas: um longo caminho permeado por conflitos.

Conforme se pode verificar no capítulo 1, foi na Constituição de 1988, especificamente no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que os remanescentes de quilombo passaram a ser reconhecidos como atores sociais detentores de direitos específicos. Neste momento eles passaram a existir no âmbito social, jurídico e legislativo.

O Art.4º estabeleceu como sendo terras quilombolas aquelas utilizadas pelos quilombolas para “garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. A partir de então, para que sejam garantidos os direitos constitucionais, alguns órgãos e secretarias foram criados. Dentre eles, destaca-se a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

O reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombo depende do autorreconhecimento dos membros que compõem a comunidade. A certificação das áreas quilombolas está a cargo da Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura. Esta instituição, após receber o

pedido das comunidades, se autorreconhecendo como remanescente de quilombos, emite uma certidão sobre a autodefinição da comunidade.

A comunidade, após o recebimento da certidão de reconhecimento, entra com o processo no INCRA para ter suas terras tituladas. A posse da terra é coletiva, ou seja, as terras serão tituladas em nome da associação de moradores (no capítulo 4, falaremos mais sobre a titulação das terras).

A Fundação Cultural Palmares, juntamente com o Ministério da Cultura, mapearam 3.524 comunidades de remanescentes de quilombo no Brasil (SEPRIR). Em relação à certificação, atualmente 1.573 comunidades foram certificadas. Em relação ao número de títulos emitidos, o relatório anual do INCRA 2012 revela que no Brasil foram tituladas 123 comunidades remanescentes de quilombos. O que representa 988.371,7824 hectares de terras regularizadas, em benefício de 111 territórios, 192 comunidades e 11.977 famílias. “Os territórios quilombolas hoje titulados abrangem 0,12 % do território nacional. Estima-se que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não chegará a 1 %, sendo que os demais estabelecimentos agropecuários representam cerca de 40 %”.

Conforme se verifica no quadro 1, os Estados com maior número de títulos expedidos são o Pará (56), Maranhão (23) e Rio Grande do Sul (8). Com apenas um título tem-se Mato-Grosso, Goiás, Sergipe, Minas Gerais e Rondônia (Relatório do INCRA, 2012:17). A comunidade mineira que foi titulada é Porto Coris (sua titulação foi no ano 2000), localizada no município de Leme do Prado, no Vale do Jequitinhonha.

Quadro1: Número de Títulos Emitidos por Estado

Estados	Títulos
Pará	56
Maranhão	23
Rio Grande do Sul	08
São Paulo	07
Bahia	06
Piauí	05
Mato Grosso do Sul	04
Amapá	03
Pernambuco	02
Rio de Janeiro	02
Goiás	01
Mato Grosso	01
Minas Gerais	01
Rondônia	01
Sergipe	01
Total	121

Fonte: Relatório do INCRA (2012)

Em relação ao número de processos abertos (Tabela 3), os dados disponibilizados pelo INCRA indicam a existência de 1.167 processos abertos. Desses, 611 são da região Nordeste, 214 da Sudeste, 126 da Sul, 112 do Centro-Oeste e 104 da região Norte.

Em relação aos Estados com maior número de processos abertos destacam-se: Maranhão (313), Minas Gerais (128) e Bahia (103). O Estado de Minas Gerais possui o maior número de processos abertos da região sudeste.

Tabela 3: Número de Processos Abertos por Região

Região	Número de Processos Abertos		Região	Número de Processos Abertos	
Norte		Número	Centro-Oeste		Número
	PA	28		GO	22
	AM	2		MT	69
	RO	6		MS	16
	AP	19		DFE	5
	TO	29	Total		112
	STM	20	Sudeste	MG	128
Total		104		RJ	28
Nordeste	CE	24		SP	49
	PE	26		ES	9
	BA	103	Total		214
	MA	313	Sul	PR	36
	PB	27		SC	15
	RN	17		RS	75
	AL	4	Total		126
	SE	24			
	PI	50			
	MSF	23			
Total		611			

Fonte: Relatório do INCRA (2012)

Quando comparamos o total de comunidades mapeadas (3.524) com o número de certificações (1.573), número de processos abertos (1.167) e o número de títulos (123), constatamos que o acesso a terra não é tão fácil de obter.

Os negros, desde a primeira Lei de Terras, sofrem com as dificuldades de acesso a esse bem essencial. Muitas comunidades ainda não deram entrada ao processo de titulação de suas terras por medo de repressões dos fazendeiros e/ou donos de terras locais. Muitas convivem com o medo de serem arrancadas a qualquer momento de seus territórios, outras são obrigadas a lutar contra grilheiros e jagunços armados. Várias vivem em estado de “guerra”, de lutas por direitos.

As reportagens a seguir ilustram as lutas e dilemas diários de algumas dessas comunidades:

Ministério Público Federal (MPF) pede proteção para as famílias de comunidades de quilombos de Barra dos Bugres no Mato Grosso 27 de julho de 2009

[...] os quilombolas relataram que o fazendeiro retirou as famílias da área e colocou homens armados, que usam motocicletas para fiscalizar a área, impedindo o acesso das famílias à nascente de água. A situação colocou medo nas comunidades.

O mesmo fazendeiro chegou a requerer na justiça o direito sobre a área, mas a decisão deu ganho de causa os afrodescendentes. Mesmo com a negativa judicial, ele expulsou os quilombolas, cercou a área e passou a proibir o acesso das famílias. Segundo Reis, o fazendeiro tem terras do outro lado do rio Jauquara, que corta Porto Estrela e Barra do Bugres[...] (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES).

Conflitos criam tensão no interior

O advogado Diogo Cabral, da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão (CPT-MA), denunciou hoje (4) ao *Jornal Pequeno* que comunidades quilombolas de Pirapemas e famílias acampadas em Bom Jesus das Selvas estão vivendo sob constante ameaça de grileiros de terras e ações de despejo.

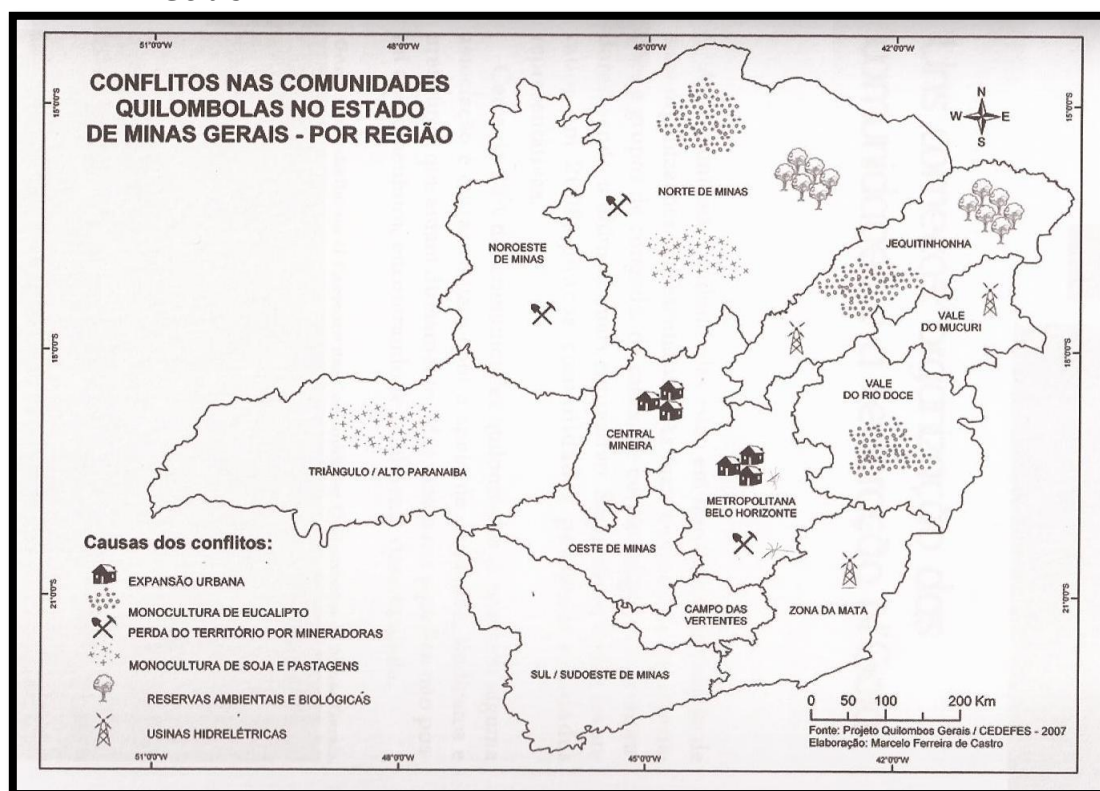
De acordo com Cabral, o clima de tensão em Pirapemas começou na última sexta-feira (1º), quando plantações do quilombo Aldeia Velha foram destruídas e homens armados passaram a rondar o local. Segundo Cabral, os fazendeiros, identificados como Ivanilson e Zé Araújo, teriam soltado vários animais bovinos durante o fim de semana, na área onde existe o plantio de arroz e mandioca das comunidades quilombolas. O advogado relatou que um dos líderes do quilombo Aldeia Velha, José Patrício, tem sido vítima de coação e ameaça de morte. “O Zé Patrício, como é conhecido, integra a lista dos 116 ameaçados de morte no Maranhão e faz parte do Programa de Proteção do governo federal. Porém, nunca viu sequer um policial nas proximidades de sua casa, que pudesse garantir sua segurança”, disse Cabral.

De acordo com o advogado, Zé Patrício contou que no domingo (3), por volta de 19 horas, um carro de cor escura passou 10 minutos parado na porta de sua residência e vários homens desconhecidos e armados teriam passado a madrugada rondando o local onde as plantações foram destruídas pelos animais bovinos. O quilombola disse ainda que nenhuma viatura policial teria aparecido na área até o momento. “O clima é de muita tensão na comunidade, onde vivem 35 famílias”, declarou Cabral. [...] (<http://www.jornalpequeno.com.br>).

Essas notícias demonstram a complexidade que a questão envolve. Fazendeiros não contentes com essa nova situação dos quilombolas, têm ameaçado de morte, e em alguns casos tem até matado representantes quilombolas. Já dizia Souza (2007:155) que com a mudança “de status do lado negro, da estigmatizada posição de negros para o auto - reconhecimento enquanto negro quilombola detentores de direitos”, também mudaria a configuração dos conflitos e suas possíveis consequências. A luta quilombola não se manifesta, em muitos contextos, como sendo uma luta pacífica, prova disso são as reportagens acima. A luta pela terra é ferrenha.

Mas os conflitos não se resumem aos mencionados nas reportagens, no caso de Minas Gerais, há aquelas comunidades que tem que lutar até mesmo contra o próprio Estado, pois estão localizadas em áreas de reservas ambientais e biológicas. Outras convivem com o medo da desapropriação de seus territórios para construção de hidrelétricas, extração de minério. Há ainda o problema da expansão das fronteiras agrícolas e dos núcleos urbanos que vão englobando o território quilombola. O mapa 5 demonstra as causas dos principais conflitos nas comunidades quilombolas em Minas Gerais. Conforme se pode verificar, na Zona da Mata, região onde se localiza o município de Piranga, as causas dos conflitos são as construções de hidrelétricas. Já na região metropolitana de Belo Horizonte, região onde se localiza Ouro Preto, os conflitos são devido à expansão urbana e as mineradoras. A região norte é a que apresenta um maior número de causas: monocultura de eucalipto, monocultura de soja e pastagem, reservas ambientais e biológicas e perda de território para as mineradoras.

Mapa 5: Causa dos Principais Conflitos nas Comunidades Quilombolas em Minas Gerais



Fonte: CEDEFES (2008:93)

Além disso, mesmo nas comunidades onde não há um conflito aberto, a titulação das terras não é fácil, a morosidade do processo, sua burocracia, e a falta de acompanhamento de agentes externos, tem feito com que as comunidades não dêem prosseguimento nos processos de titulação.

Na tabela 4, são descritos os procedimentos que uma comunidade tem que cumprir para chegar à titulação de suas terras. A tabela foi retirada do artigo: *“Conquista Territorial Quilombola e Extensão Rural: Novas Perspetivas, Novos Desafios”*.

Tabela 4: Procedimentos que devem ser tomados, para que uma comunidade quilombola conquiste o título das terras

Abertura do Processo Administrativo	Membros da comunidade requerente, através de requerimento de cadastramento assinado pelo representante legal da associação de moradores, deverão solicitar ao INCRA, a abertura do processo administrativo de titulação de terras de quilombos.
Certidão de Autorreconhecimento	Este documento é expedido pela Fundação Cultural Palmares. Deve ser requerido pela comunidade de remanescentes quilombo. Esta certidão é emitida, a partir de uma declaração de autodefinição assinada pela comunidade, via associação de moradores.
Identificação e delimitação	Após a obtenção da certidão de autorreconhecimento, os membros da comunidade requerente deverão solicitar ao INCRA a presença de técnicos da Superintendência Regional a fim de que, juntamente com a comunidade, seja realizado um diagnóstico sobre o território ocupado pelo grupo.
Análise do Relatório Técnico de Identificação	Concluído, o RTID4 deverá ser encaminhado para o Comitê de Decisão regional do INCRA para análise preliminar. O comitê deverá, então, encaminhar o relatório para o Superintendente Regional, quem, por sua vez, deverá encaminhá-lo para a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial na unidade federativa relativa ao processo.
Consulta de Órgãos Oficiais	Além de ser encaminhado para a publicização, o RTID deverá, concomitantemente, ser enviado para a consulta de outros órgãos, tais como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Secretaria do Patrimônio da União; Fundação Nacional do Índio; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional; Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Serviço Florestal Brasileiro.
Análise da situação fundiária	O processo terá continuidade, após confirmado, ou não, se o território quilombola é uma área de conservação. Em caso afirmativo, caberá ao INCRA o estudo de soluções que garantam a sustentabilidade da comunidade requerente.
Demarcação	A Norma Técnica para o Georeferenciamento de imóveis rurais será o documento de referência para a demarcação da terra reconhecida.
Titulação	A titulação será realizada pelo Presidente do INCRA. O título deverá ser em nome da associação que representa a comunidade ou as comunidades ocupantes da área demarcada.
Registro	Finalmente, o processo se completa com o registro do título de posse no Serviço Registral da Comarca de localização do território.

Fonte: Santos e Doula (2010:sp)

A tabela 4 demonstra que muitas são as etapas que uma comunidade tem que passar para garantir suas terras tituladas. “Desta forma, o que presenciamos, na atualidade, é a ação de antropólogos, movimentos sociais, organizações não

governamentais e empresas de extensão rural trabalhando no sentido de apenas darem entrada no pedido de declaração de autorreconhecimento” (Santo e Doula, 2010:sp).

O trabalho destes agentes externos junto à comunidade demanda tempo, e são necessárias várias reuniões com os moradores das comunidades. Para que uma comunidade entre com o processo para titular suas terras, é exigido que ela forme uma associação de moradores (caso não exista) e obtenha da comunidade uma declaração de autorreconhecimento de seus moradores. Além disso, a prefeitura do município onde está localizada a comunidade deve emitir uma declaração na qual conste que a associação é de utilidade pública. Em algumas situações, quando este acompanhamento deixa de ser feito pelos agentes externos, muitas ações não são executadas, como é o caso da comunidade Bom Jardim de Visconde do Rio Branco, Buieie, em Viçosa, ambos municípios mineiros, que ainda não deram prosseguimento ao processo de titulação das terras, parando apenas no reconhecimento. Como evidenciado na tabela 4, muitas dessas ações e ainda outras que não mencionamos, exigem da comunidade certa organização social; a falta de apoio das instituições tem retardado a execução de muitas das ações propostas no estatuto dos moradores das comunidades quilombolas. Esse é o caso da comunidade Bom Jardim em Visconde de Rio Branco, pois segundo o presidente da associação de moradores, as ações propostas no Estatuto dos Moradores são difíceis de serem executadas sem o apoio da prefeitura e da Emater.

Outro desafio é apresentado por Fonteles (2008); segundo o autor, em geral, a maioria das comunidades quilombolas não tem uma compreensão clara da sua própria identidade coletiva, além disso, possui grande dificuldade de compreender a atuação e a gestão de uma associação, exigência imprescindível para o processo de titulação das terras. Essa exigência trouxe para algumas comunidades a desarticulação de certas instâncias de poder antes baseadas exclusivamente no sistema dos chefes de família.

É com essas contradições que os membros das comunidades quilombolas têm que lidar diariamente. O medo do questionamento de seus direitos, o que em muitos locais já está acontecendo, tem levado algumas comunidades a passar para os “de fora” da comunidade à ideia de uma “cultura limpa”, “imutável” ao longo dos anos, como forma de “provar” que seus territórios são locais de preservação da cultura dos antepassados, e, por isso, eles são detentores dos direitos constitucionais.

Neste processo de preservação cultural e patrimonial a juventude teria papel importantíssimo, pois é ela que dará ou não continuidade à cultura e ao território. Conforme veremos no capítulo a seguir, ela poderá ser a “solução” ou o “problema” dos quilombos.

4- Juventude e as Relações Intergeracionais

Conforme verificamos nos capítulos anteriores, a questão quilombola na atualidade não é algo simples e já resolvido pelos dispositivos legais, ela é permeada por conflitos e lutas por direitos constitucionais. Neste capítulo veremos a importância da geração mais nova, ou seja, da juventude, no processo de preservação cultural e territorial. As gerações mais velhas desejam que as gerações mais novas se identifiquem enquanto remanescente de quilombo e preservem a cultura local. Mas será que essa juventude tem assumido esse compromisso? A resposta poderá nos levar para dois caminhos; a do conflito ou da continuidade intergeracional. Sendo assim, discorreremos sobre o conceito de juventude e suas principais correntes de análise, a corrente classista e a corrente geracional. Enfatizaremos o conceito de geração e trataremos dos conflitos geracionais. Apresentaremos a forma como as categorias juventude e juventude rural tem sido construída nos trabalhos acadêmicos e por fim trataremos do objeto de análise desta dissertação, a juventude rural quilombola, ainda escassamente pesquisada.

4.1- A construção da categoria Juventude e suas principais correntes de análise: a corrente classista e a corrente geracional.

Durante o último século, no mundo ocidental, formou-se uma sociedade organizativa, segmentada por grupos etários. Fatores socioeconômicos como a criação da aposentadoria, aumento da escolarização das crianças e adolescentes, dentre outros, levaram à criação de espaços exclusivos para cada geração. De um lado, a velhice passou a ser desvalorizada, fato justificado pela suposta incapacidade física para jornadas de trabalho, e de outro a juventude passou a ser ressaltada em função da força e beleza físicas e da adequação às necessidades da produção econômica (Lima, 2008).

Esses fatos confirmam que “o sentido atribuído às etapas da vida é um dado cultural, capaz de variar conforme a época e a sociedade em questão. Tais etapas são qualificadas como ‘idade social ou legal’”, ou seja, elas são aquilo que as normas sociais e os contextos históricos estabelecem como sendo ‘adequadas’ ou ‘inadequadas’ para desempenharem determinados papéis. “Até metade do século XX

as sociedades tradicionais estabeleciam, com maior rigor, a passagem ou transição de uma etapa para a outra”. Esta passagem era “marcada por rituais estabelecidos por normas sociais apoiadas pela comunidade e por um aparato cultural”. Já nos dias atuais, podemos verificar a existência de diversas situações em diferentes idades sem que hajam ritos prévios. Isso revela que nas sociedades modernas a idade tem sido um critério cada vez menos importante para determinar papéis sociais (Morangas apud Lima; 2008: 22).

Na atualidade, as etapas da vida são divididas em infância, adolescência ou juventude, idade adulta e velhice (Sarmiento apud Lima; 2008). Esta divisão é “o resultado de uma necessidade de nossa sociedade ocidental moderna e contemporânea de uma determinada organização e controle social que difere, radicalmente, de outras sociedades e culturas” (Magro apud Lima; 2008: 23).

A divisão dessas etapas, conforme argumenta Lima, são “essenciais na constituição de realidades sociais específicas, uma vez que estabelecem direitos e deveres diferenciados para a população” e distribuem poder e privilégios. Exemplos disso são a aposentadoria, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que são considerados conquistas positivas próprias da constituição de atos políticos. Mas, se de um lado essa divisão é positiva, de outro, ela “criou espaços sociais exclusivos para cada geração, formou um bloqueio intergeracional e fortaleceu o fechamento de cada grupo etário” (Lima; 2008:23).

A juventude e a velhice são construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. Esta construção envolve relações de poder, ou melhor divisão dos poderes. Assim, o estado de juventude pode ser alargado ou estreitado conforme interesse da sociedade (Bourdieu, 1978). Em uma sociedade onde não se vivencia uma situação de escassez de empregos, a estratégia de prolongamento da juventude pode ser vista como estratégia para que os jovens, estando ainda em uma fase transitória e de preparação, não venham a competir com os adultos por um posto de trabalho. Juventude é, conforme Boudieu, uma categoria objeto de manipulações.

Definir o conceito de juventude diante da sua plasticidade e da multiplicidade de campos semânticos torna-se tarefa difícil, sua diversidade impõe limites conceituais que devem ser cautelosamente analisados para não incorrer no risco de homogeneizá-la, fazendo um amálgama, considerando que ser jovem tem a mesma conotação em variados contextos culturais ou históricos.

A academia muito tem produzido para alertar sobre os possíveis deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. O tema pode ser abordado de diferentes ângulos, onde “cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir” (Abramo; 2008:40).

Pais (1990;151), no artigo “*A construção Sociológica da juventude, alguns contributos*”, demonstra que a juventude não é sociologicamente homogênea, e têm sido alvo de generalizações arbitrárias. Este segmento ora nos é apresentado como um grupo aparentemente homogêneo, ora como um conjunto heterogêneo. Ela é apresentada como homogênea quando comparamos a geração jovem com outras gerações. Ela é heterogênea, quando “a geração dos jovens é examinada como conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros”.

Assim, conforme aponta o autor, existem diferentes maneiras de se olhar a juventude; no prisma específico da cultura, ele analisa diferentes teorias que podem ser agrupadas em duas correntes principais, a corrente classista e a corrente geracional. Ambas associam o conceito de cultura juvenil ao de cultura dominante. Na primeira “as culturas juvenis são uma forma de resistência à cultura da classe dominante, quando não mesmo a sua linear expressão”. Já na segunda, as culturas juvenis se definiriam por oposição à cultura dominante das gerações mais velhas. O que se percebe é que tanto em uma quanto em outra, “as culturas aparecem subordinadas a uma rede de determinismos que estruturalmente, se veiculariam entre cultura dominante e subcultura” (Pais; 1990: 160).

A corrente classista vê a reprodução social em termos de reprodução das classes sociais. Sendo assim, ela critica o conceito mais vulgar de juventude, quando este aparece associado a uma fase da vida, e acaba por também criticar qualquer conceito de juventude, uma vez que mesmo sendo entendida como categoria, acabaria por ser dominada por relações de classe (Pais, 1990).

As culturas juvenis são compreendidas como cultura de classe, sendo sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe. Daí resulta o fato de as culturas juvenis serem apresentadas por esta corrente como culturas de resistência, ou seja, “culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe” (Pais, 1990: 158).

O autor critica esta corrente por ela investir mais esforços em descobrir experiências que se encaixem na forma como a corrente enxerga a realidade juvenil, ficando à margem as culturas juvenis que não se manifestam como cultura de resistência. Ele ainda salienta que esta corrente é orientada para os estudos das culturas juvenis masculinas e operárias, ficando o universo feminino à parte.

Para o autor “não é certo que entre os jovens pertencentes a uma mesma classe social se verifique, indiscutivelmente, uma homogeneidade cultural ou de modos de vida”. Isso implica na necessidade de analisarmos os processos que afetam os jovens considerando também outros fatores, conforme aponta Pais:

os processos que afetam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusivamente resultante de determinações sociais e posicionamentos de classe. Esses processos têm também de ser compreendidos, por exemplo, à luz das lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interação locais, através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajetórias sociais. Estas, por sua vez, inscrevem-se em percursos de mobilidade social que podem contrariar a causalidade do provável na qual os seus destinos de classe os fazem aparentemente mergulhar (PAIS; 1990:159-160).

Já na corrente geracional a juventude é tomada como uma fase da vida enfatizando o caráter unitário desse segmento. A questão essencial que esta corrente discute está relacionada à continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais. “O quadro teórico dominante baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações” (na linha do trabalho clássico de Karl Mannheim). Os conflitos, ou descontinuidades intergeracionais, são vistos, na maior parte dos casos, pelas teorias funcionalistas, como disfunções nos processos de socialização que respeitam à juventude, tomada no sentido de fase de vida. Já a teoria das gerações considera que se não existissem descontinuidades intergeracionais, não existiria uma teoria das gerações (Pais; 1990:152).

Para a corrente geracional as descontinuidades intergeracionais estariam na base da formulação da juventude como uma geração social. Admite-se a existência de uma cultura juvenil, que de certa forma, se oporia à cultura de outras gerações. Tal oposição pode assumir “diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais, falando-se ora de socialização contínua ora de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais”.

Quando os jovens são socializados de acordo com as normas e os valores predominantes entre as gerações mais velhas, falamos de socialização contínua; quando as discontinuidades se traduzem em tensões ou confrontação, fala-se em rupturas, conflitos ou crises intergeracionais. Para ambos os casos, “a renovação e a continuidade da sociedade dependeria da relação entre as gerações, dialeticamente submetidas a uma ou outra forma de tensão” (Pais; 1990:152-153).

Para esta corrente os indivíduos experimentam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como membros de uma geração. E como tal, vivem circunstâncias e problemas semelhantes (Pais, 1990).

No que se refere ao relacionamento entre jovens e adultos, esta corrente assinala dois tipos: os relacionamentos aproblemáticos e os relacionamentos problemáticos. O primeiro expressaria uma pauta onde “se admite a existência de culturas juvenis, mas esta estaria integrada no tecido social compartilhado pela cultura adulta”. A segunda “expressaria a existência de pautas incompatíveis, ou, de algum modo, divergente, ou só muito relativamente articuláveis, sob o mesmo teto social” (Pais; 1990:153).

Pais (1990) critica a corrente geracional por sua forte tendência a olhar a juventude como uma entidade homogênea, o que para o autor poderá ocasionar consequências conceituais desastrosas, como por exemplo, ao estudar os comportamentos desviantes dos jovens, se considerar toda a juventude como sendo marginal.

O autor propõe que se faça uma junção das duas propostas. Ao estudarmos a juventude devemos nos atentar para o fato de que ela está envolvida em relações verticais em relação a outras gerações, e em relações horizontais quando comparados a outros jovens. A proposta de Pais (1990) leva em consideração estas duas dimensões, ele propõe que a juventude deve ser estudada a partir dos seus contextos vivenciais cotidianos.

Nesta perspectiva, a trajetória dos jovens é encarada como movimento e como um processo de socialização e juvenilização. A entrada das novas gerações na vida adulta se associa a processos de socialização, “isto é, de influências sociais, orientado para a integração dos jovens num dado sistema de relações e valores sociais”. Mas, em contrapartida, este processo está sujeito a influências de comportamentos e atitudes juvenis. O conceito de socialização se refere ao processo pela qual a sociedade produz

juventude. Já o de juvenilização representa o processo de influência dos jovens sobre a sociedade. O autor, ao estudar os jovens por meio de seus cotidianos, procurou descobrir formas de articulação entre estes dois processos, de socialização e juvenilização (PAIS; 1990:75-76).

Esta perspectiva permite ainda descobrir a diversidade de comportamentos entre os jovens. Isso porque eles se movem em contextos sociais diferentes. “Para entender e explicar as diferentes culturas juvenis torna-se necessário contrastar diferentes universos de análise entre os quais há regularidades comuns mas também diversidades” (PAIS; 1990:76).

Jaide (1968:17) por sua vez, apresenta as limitações que existem quando se tenta comparar uma geração a outra. Para que tal comparação seja possível tem de haver levantamentos históricos preliminares e a metodologia aplicada deve ser a mesma para que dessa forma possa haver comparações. A autora traz exemplos de comparações que não são possíveis de serem feitas como a de diários de antigamente com entrevistas hodiernas ou produções literárias de uma geração passada com composições escolares da atual. Mesmo se compararmos levantamentos de igual gênero, somente a identidade total do método conduzirá a uma comparação fidedigna. A autora chama a atenção para o fato de que mesmo um método idêntico pode ter mais afinidades a uma geração do que a outra. Também se faz necessário que “os resultados a serem utilizados para comparação sejam idênticos, em relação a uma prova feita ao acaso”. Outra dificuldade consiste nas migrações e alterações populacionais. “o que, por exemplo, se entende por juventude aldeã ou ginasianos tem proporções diversas, em relação à população geral, e outra origem social, com respeito às gerações passadas”. Além disso, temos as mudanças das circunstâncias de uma época, o que contribui para tornar as comparações duvidosas.

De acordo com Jaide (1968:26) “uma geração não será simplesmente um rebanho com certa tendência. Pelo contrário, é um *complexio oppositorum*, na qual existem tendências muito diversas e até claramente opostas”. A autora defende que antes de se supor ou evidenciar certas características como tendência de uma geração, isso deveria ser primeiramente comprovado. A utilização de rotulagens, como por exemplo de “geração cética”, é criticado pela autora, pois para ela o rótulo designa apenas um padrão forjado, não uma tendência que se formou.

4.2- O conceito de Geração

A noção de geração foi desenvolvida em três momentos históricos. Esses momentos correspondem a quadros sociopolíticos particulares. No primeiro, “durante os anos 20, período entre guerras, as bases filosóficas são formuladas em torno da noção de ‘revezamento geracional’, sucessão e coexistência de gerações, existindo um consenso geral sobre este aspecto”. O segundo, “durante os anos de 1960, na época do protesto, a teoria em torno da noção de ‘problema geracional’ e conflito geracional é fundamentada sobre a teoria do conflito”. O terceiro, “a partir de meados dos anos 1990, com a emergência da sociedade em rede, surge uma nova teoria em torno da noção de ‘sobreposição geracional’”. Este momento corresponde a situação de maior habilidade dos jovens, em detrimento as gerações anteriores, em relação à tecnologia digital (Feixa e Leccardi; 2010:185-186).

O conceito de geração pode ser delimitado em termos sociológicos pelas teorias de Comte (teoria positivista) e Dilthey (teoria histórico-romântica), autores do século XIX, que lançaram as bases para as reflexões do século XX. Em seguida, temos Mannheim, considerado fundador da abordagem moderna do tema gerações. Ele utilizou como base para suas reflexões as teorias de Comte e de Dilthey. Posteriormente, temos Ortega y Gasset e, finalmente Abrams (1982) (Feixa e Leccardi; 2010:186).

A teoria de Manheim influenciou de maneira decisiva as pesquisas sobre juventude no Brasil. Vários autores utilizaram e ainda utilizam suas contribuições nos estudos tanto da juventude urbana quanto da rural. Um exemplo são os estudos sociológicos de Marialice Mencarini Foracchi que investigou o significado da ação estudantil na sociedade brasileira nos anos 60. Foi ela quem organizou o livro “*Mannheim*”, onde consta a tradução da obra “*O problema sociológico das gerações*”. Assim, daremos maior atenção às contribuições deste autor.

Manheim faz uma ressalva em relação à especificidade da noção de geração. Ele opõe a ideia de geração a de “grupos sociais”. Este último é definido como a “união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados” como a família, a tribo e a seita. A geração, por sua vez, não se constitui em um grupo concreto, embora os membros de uma geração estejam indubitavelmente vinculados de certos modos. Tampouco um grupo não pode existir

sem que os seus membros tenham um conhecimento concreto uns dos outros (Manheim;1952:70).

O autor, na tentativa de compreender sociologicamente a natureza da geração, vai aproximar duas categorias, a posição de classe e a situação geracional. A posição de classe é entendida como uma “situação (Lagerung) comum que certos indivíduos suportam como a sua ‘sina’ na estrutura econômica e de poder de uma determinada sociedade”. Já a situação de geração é “baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana, os fatores da vida e morte, um período limitado de vida, e o envelhecimento” (Manheim;1952:70-71).

Apesar de o autor relacionar a situação da geração a fatores biológicos, ele alerta que estar baseado não significa estar deduzível dele, ou estar implicado nele, a geração possui outras características peculiares e que não são biológicas:

não fosse pela existência de interação social entre os seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte (MANHEIM; 1952:72).

Desse modo, Manheim demonstra que o conceito de geração está vinculado aos processos históricos e sociais. “O fenômeno social da “geração” não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo histórico-social” (Manheim ;1952:73).

De acordo com Manheim, nossa sociedade é marcada por mudanças geracionais e apresenta as seguintes características:

- a) Novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto
- b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo;
- c) os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma secção temporalmente limitada do processo histórico, e
- d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada;
- e) a transição de uma para outra geração é um processo contínuo (MANHEIM;1952:74)

A nossa sociedade ocidental caracteriza-se pelo fato de que “a criação e a acumulação culturais nunca são realizadas pelos mesmos indivíduos”. Isso significa que cada grupo entra de maneira diferente em contato com a herança cultural. Tal fato é responsável por um maior dinamismo nas sociedades complexas (Manheim; 1952:74).

Pela natureza de nossa constituição psíquica, um contato original sempre significa um relacionamento modificado, um distanciamento em relação ao objeto e uma abordagem original na assimilação, uso e desenvolvimento do material oferecido (MANHEIM; 1952:74).

A saída dos antigos portadores de cultura e a chegada contínua de novos, implicaria em algumas perdas culturais, mas por outro lado, isso nos permitiria realizar uma reavaliação de nosso inventário e nos ensinaria “tanto a esquecer o que já não é mais útil como a almejar o que ainda não foi conquistado”. Assim, a memória ou recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero (Manheim; 1952:76)

Manheim, ao discutir a necessidade de transmissão constante da herança cultural, destaca as dificuldades encontradas tanto pela geração mais velha quanto pelas instituições de ensino. De um lado a geração mais velha se agarraria à reorientação que foi o drama de sua juventude, de outro, temos a juventude, que por sua vez, está mais próxima dos problemas atuais e tem consciência dos processos desestabilizadores e toma partido nele. Assim, uma educação ou instrução adequada dos jovens encontraria dificuldades, pois os problemas experienciais dos jovens e dos professores seriam diferentes. “Essa tensão é impossível de ser solucionada exceto por um fator de compensação: não apenas o professor educa seu aluno, mas o aluno educa o professor. As gerações estão em um estado de interação constante” (Manheim;1952:83).

Essa interação seria mais suave, uma vez que a transição de uma geração para outra ocorre continuamente. Nessa interação não é a geração mais velha que se aproxima imediatamente da mais jovem, mas as gerações intermediárias. Elas, apesar de não poderem eliminar a diferença biológica entre as gerações, podem ao menos mitigar suas consequências. O autor ressalta que com o aumento do dinamismo da sociedade, a geração mais antiga tende a ficar mais receptível às influências da

geração mais nova. Já em uma sociedade estática, as gerações mais novas tendem a adaptar-se à geração mais antiga (Manheim;1952).

O autor divide o conceito de geração em três definições: situação geracional, geração enquanto realidade e unidade geracional. A situação contém apenas potencialidades que podem ou não serem manifestadas. “Para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural”. Já a geração enquanto realidade envolve mais que a simples presença dentro da mesma região histórica e cultural, ela envolve um nexos mais concreto, que “pode ser descrito como a participação no destino comum dessa unidade histórica e social” (Manheim;1952:85).

O critério mais amplo de similaridade de situação de uma geração é a participação na mesma comunidade histórica. Já o critério mais estrito é a criação de um vínculo concreto entre os membros de uma geração (geração enquanto realidade), “através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica” (Manheim; 1952:86).

Poderíamos falar de uma mesma geração real? Manheim responde que ao que tudo indica podemos, mas se estabelecermos outra distinção terminológica, a de unidades geracionais. Para o autor tanto a juventude romântico-conservadora quanto a liberal-racionalista pertenciam a mesma geração real, mas elas formam, dentro dela, “unidades de geração” distintas. Essas unidades:

se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos [...], mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por ela (MANNHEIM; 1952:89).

O autor acrescenta que dentro de qualquer geração podem existir várias unidades de geração diferenciadas e antagônicas. Uma vez que as unidades geracionais estão orientadas umas em relação às outras, elas juntas formam uma geração real. A unidade de geração representa um vínculo mais concreto que a geração real enquanto tal.

Na ‘unidade geracional’, por seu turno, são elaborados vínculos de diferentes maneiras e formas de acordo com os grupos concretos aos quais seus membros pertencem. Através do conceito de geração, os longos tempos da história são fixados em relação aos tempos da existência humana e entrelaçados com a mudança social (FEIXA e LECCARDI; 2010:190).

Apesar dos avanços que a teoria de Mannheim permite, ela apresenta algumas limitações. Para Donati (sd) o enfoque de Mannheim é mais no sentido histórico que sociológico. Assim, seria mais apropriado entender sua teoria como de grupo de idade, dentro do qual se colocam eventualmente particulares unidades geracionais.

O sociólogo inglês Philip Abrams (1982) ampliou a perspectiva de Mannheim, aprofundando e expandindo a noção histórico-social de geração ao relacioná-la à identidade. A intenção de Abrams era de “lançar luzes sobre a íntima relação entre tempo individual e tempo social, enfatizando sua filiação com registros históricos” (Feixa e Leccardi; 2010:190).

Abrams teve como ponto de partida a convicção de que a individualidade e a sociedade são construções históricas. Assim, é necessário analisar suas interconexões e, simultaneamente, suas mudanças ao longo do tempo. A identidade foi definida como consciência do entrelaçamento da história individual e da história social (Feixa e Leccardi, 2010).

A sociedade e a identidade geraram-se reciprocamente no tempo social. A conexão entre identidade e geração é feita uma vez que

uma geração é o período de tempo durante a qual a identidade é construída a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis. Assim, novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades para a ação (FEIXA e LECCARDI; 2010:190).

Portanto, “as gerações não surgem da cadência temporal estabelecida por sucessão de gerações biológicas”. Uma geração pode ter dez anos, ou vários séculos, como aconteceu nas sociedades pré-modernas. Pode incluir uma pluralidade de gerações biográficas, ou apresentar apenas uma geração sociológica, como ocorre em sociedades tradicionais. Elas cessariam quando novos eventos históricos “tornam o

sistema anterior e as experiências sociais a ela relacionadas sem significado” (Feixa e Leccardi; 2010:191).

O que marca o início de uma geração são as discontinuidades importantes até então dominantes em uma época histórica e institucional. Percebe-se que o tempo-social (e seus ritmos) é novamente “visto como central para definição das novas gerações e identidades sociais, mais precisamente: é o processo de mudança que produz o anterior e o posterior” (Feixa e Leccardi; 2010:191).

Assim, “gerações é o lugar em que tempos diferentes, o do curso da vida, e o da experiência histórica, são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social” (Feixa e Leccardi; 2010:191).

4.3- Conflitos Geracionais

A emergência de uma sociedade onde várias gerações estão presentes de forma segmentada, como no caso dos países ocidentais, suscita novos problemas, principalmente em relação à redistribuição justa da riqueza e a necessidade de definição de um novo contrato social entre gerações (Begston & Achenbaum, apud Feixa e Leccardi; 2010).

Mudanças na sociedade, como a queda da natalidade, aumento na expectativa média de vida, envelhecimento da população, trazem novas desigualdades em relação ao mundo do trabalho e à divisão de recursos públicos entre as gerações (Feixa e Leccardi; 2010).

Neste contexto, como aponta Alessandro Cavalli (1994), os conflitos são potencializados, por exemplo, no funcionamento do mercado de trabalho, nas características do sistema de pensão e na acumulação da dívida pública. Todos esses fatores, de várias maneiras e formas, destacam as diferentes oportunidades que as gerações têm no presente – e, provavelmente, terão no futuro – de obtenção de acesso ao poder e manutenção de recursos simbólicos e materiais (FEIXA e LECCARDI; 2010:200).

Neste contexto, os jovens, ou seja, a geração mais nova, são os que mais sofrem com a falta de condições que lhes possibilitem ascender ao mundo adulto. Eles são também responsabilizados pelos desvios e problemas sociais. Por outro lado, eles são também considerados mais capacitados que as gerações mais velhas em relação às tecnologias. Quando falamos de cultura, o jovem é aquele responsável pela sua continuidade ou ruptura, sua alienação ou radicalização. De acordo com Forrachi (1972) as relações entre as gerações, sejam elas de conflito ou de continuidade, são analisadas com base na crise da juventude. Assim, a juventude surge como um problema particular e como um conceito a ser examinado. Para autora, a raiz do conflito de gerações é o questionamento dos fundamentos sociais da compreensão adulta do mundo por parte dos jovens.

A teoria funcionalista concebe os conflitos intergeracionais como disfunções no processo de socialização. Já a teoria geracional tenta explicar as crises geracionais como descontinuidades intergeracionais (Pais, apud Machado; 2008).

Manheim (1982) considera a crise da juventude como parte de um processo em que as gerações novas são chamadas a atuar. A crise ocorre no momento em que o jovem procura integrar-se à vida adulta. Neste processo, “o jovem choca-se com valores antagônicos entre si, confrontando-se com eles e promovendo mudanças sociais que conduzem a sociedade a circunstâncias completamente novas” (Machado; 2008:123).

Bourdieu (1983:118), argumentando sobre os conflitos de gerações, afirmou que muitos deles são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. As aspirações de pais e filhos “são constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens e de oportunidades de acesso aos diferentes bens”. Desse modo, o que é valorizado entre a geração mais velha pode não fazer mais sentido entre a geração nova.

Lima (2008:45), ao tratar das relações intergeracionais intrafamiliares traz os argumentos de Ruschel e Castro (1998) que demonstram que dentro das famílias, “os pais preocupam-se com a transmissão dos seus valores como forma de projetar sentido e justificação de suas vidas”. Por outro lado, os filhos desejam estabilizar seus próprios valores “recorrendo a estratégias compatíveis com as modernidades tecnológicas, demográficas e políticas”. Assim, o drama da sucessão contínua da

família estaria na diversidade nos valores e comportamentos e na luta entre as gerações pela estabilização da identidade.

4.4- A Juventude e sua Tematização nos Trabalhos Acadêmicos

A juventude vem sendo analisada por meio de várias áreas do conhecimento, como por exemplo, a psicologia, sociologia, antropologia, educação e saúde. Com isso, atualmente “embora o tema “jovem” e/ou “juventude” seja considerado marginal por diversos autores, há uma extensa produção bibliográfica, principalmente associada a universos urbanos e, em alguns casos, se referindo a uma sociologia da juventude” (Castro, 2005:6).

O estudo dos grupos juvenis e suas culturas nas Ciências Sociais são inaugurados com os estudos sociológicos de Marialice Mencarini Foracchi. A autora investigou o significado da ação estudantil na sociedade brasileira nos anos 60. No entanto, foi somente com a redemocratização da sociedade brasileira, nas décadas de 80 e 90, que se verificou a retomada dos estudos sobre juventude, tanto no âmbito das Ciências Sociais como na Educação (Almeida; 2009:1).

Abramo (1997) no artigo “*Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*” afirmou na época que estava havendo um crescimento da atenção dirigida aos jovens, tanto por parte da opinião pública, quanto pela academia, instituições governamentais e não governamentais e atores políticos. No âmbito acadêmico, após um período de ausências, os jovens retornam a ser tema de investigações e reflexão, principalmente nas dissertações de mestrado e teses de doutorado. No entanto, até 1997, a maior parte da reflexão era destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens, ou mesmo as estruturas sociais que conformavam situações ‘problemáticas’ para os jovens. Poucas pesquisas enfocavam o modo como os jovens vivenciavam e interpretavam essas situações (Abramo, 1997).

Tanto na opinião pública quanto na academia, a juventude estava presente como uma categoria propícia para representar os dilemas da contemporaneidade. “A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade”. Nesse sentido, ela condensa as angústias, os medos, e as

esperanças, em relação às tendências sociais, assim como “em relação ao que se percebe no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura” (Abramo; 1997:29).

A juventude analisada pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores:

juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural (ABRAMO; 1997:29).

Abramo (1997) aborda a maneira como a categoria juventude veio sendo tematizada no Brasil durante a segunda metade do século XX, e como ela acabou sendo depositária de um certo medo. Ela foi considerada nos anos 50 como delinquente, nos anos 60 e 70 revolucionária e questionadora. Já nos anos 80 ela foi considerada individualista, consumista, conservadora, indiferente e apática. Por fim, a geração dos anos 90 foi relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora, à violência, ao desregramento e ao desvio. Assim, esses jovens foram vistos como incapazes de qualquer tipo de ação propositiva e de serem interlocutores para decifrar conjuntamente o significado das tendências sociais e as saídas e soluções para eles.

A autora acrescenta que a definição de juventude é baseada no conceito pela qual a sociologia funcionalista a constituiu, sendo concebida como:

o momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos (ABRAMO; 1997: 29).

Definida nestes termos, a juventude passa a ser um momento crucial onde o “indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto pela interiorização dos seus valores, normas e comportamentos”. É justamente por isso, que se trata de um momento dramático para a continuidade social, no qual a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo consequências para ele próprio e para a manutenção da coesão social (Abramo; 1997:29).

Assim posto, o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo, ou seja, do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É justamente por isso, que muitas vezes a “problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais” (Abramo; 1997: 29).

Castro (2005) acrescenta que a juventude veio ao longo dos tempos sendo analisada por meio de uma gama de recortes e abordagens, atravessadas por um processo de transformação no próprio olhar sobre a categoria juventude. A autora elenca três movimentos ou momentos, que eventualmente são sincrônicos:

a definição da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; a definição substancializada/adjetivada da categoria; e a crítica a esses recortes e busca de outros vieses. Atravessando essas abordagens aparece com frequência a percepção de “juventude” e “jovem” como associado a determinados problemas sociológicos ou como agentes privilegiados de transformação social (CASTRO; 2005: 6-7).

A autora afirma que muitos trabalhos tratam a juventude como uma categoria auto-evidente ou auto-explicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Tal concepção é retomada nos anos 90, tanto no meio acadêmico quanto nas políticas sociais. Levi e Smitt (1996) citados por Castro (2005) afirmam que a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Além disso, Castro, remetendo-se a Bourdieu (2003), relaciona idade biológica e idade social como sendo indissociáveis. A idade é

entendida como sendo socialmente construída e varia em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe.

Um exemplo de classificação enquanto faixa etária é o apresentado pela Organização das Nações Unidas, onde são considerados jovens os indivíduos em idade entre 15 e 24 anos. Segundo a CEPAL (apud Rocha et al; 2010:1), referindo-se ao Brasil, “as conferencias de juventude, realizadas pelo Governo Federal nestes últimos anos, utilizaram uma faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos, com a proposta de aumentar a participação popular rural”. Castro (2009) chama a atenção para os limites deste tipo de classificação que define jovem a partir de limites máximos e mínimos de idade porque, dependendo do contexto, como no meio rural, se pode ser “menino de mais de 45 anos”, conforme apontam os estudos sobre campesinato, onde só se tornam adultos, e, por tanto respeitados, aqueles indivíduos que assumem a pequena propriedade da família. Assim, “o recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala e a definição de públicos-alvo de políticas públicas. No entanto, devem-se observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre juventude e uma faixa etária específica” (Castro, 2005).

Weisheimer (2005:21) critica a utilização da idade como critério de classificação em pesquisa social empírica. Na concepção do autor, essas pesquisas devem buscar compreender “como tais limites são socialmente construídos e como o pertencimento a um grupo de idade pode transformar-se em parâmetro para a atribuição de papéis sociais específicos”.

A definição de juventude como período de transição ou ciclo de vida, definição adotada pela UNESCO na Conferencia Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble, na França (1964), é a mais utilizada por pesquisadores. Nesta perspectiva a juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana.

Essa transição pode ser percebida de diversas maneiras, implicando mudanças da família de orientação para a procriação; do aprendizado para a produtividade; da crescente ascensão da autonomia, entre outras (WEISHEIMER; 2005:21).

No entanto, na sociedade contemporânea existe um descompasso entre projeto de vida e condição de realização. Tal fato é apresentado como característica da juventude, o que enriquece a abordagem da juventude como período de transição. Isso possibilitaria a compreensão do por que atualmente haver uma tendência do aumento

do período da juventude. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho vivenciado por uma grande parcela de jovens contribui para o aumento do período da escolarização. Ou seja, um alargamento da situação de transição, de relatividade de direitos e deveres (Weisheimer; 2005:22). No entanto, maior escolaridade não é sinônimo de emprego garantido. Em 1983 Bourdieu já alertava para o descompasso entre as aspirações que o sistema escolar favorecia em termos de engajamento profissional e as reais chances de ingresso no mercado de trabalho. Na concepção do autor, o sistema escolar contribui para reproduzir os privilégios. Weisheimer (2005) acrescenta que o impedimento de acesso a uma condição profissional estável tem contribuído para o adiamento da formação de novas famílias.

Outra abordagem, também recorrente, parte da idade como construção social, com base em conceitos de geração. Castro (2005) recorre novamente aos argumentos de Bourdieu (2003) que considera a noção de geração como construída relacionamente, por oposição, mais que por aproximação, para questionar os usos de termos como “jovem”, “juventude” e “velho” como dados *a priori*.

A autora acrescenta que nesse tipo de olhar transfere-se para aqueles indivíduos que assim são identificados, “a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados” (Castro; 2009:188). Este tipo de olhar traz importantes implicações para os jovens, desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão.

A abordagem das gerações nos apresenta questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural. “Muitas vezes o ritmo das mudanças sociais provoca a difusão de novos valores e comportamentos que são mais facilmente incorporados pela juventude”. Disso resultam dois tipos de conclusões, uma que “ênfatisa os potenciais de conflito entre as gerações, entre os jovens e a ordem social estabelecida ou mesmo dos jovens entre eles mesmos”, e outra que enxerga a juventude a partir de seus potenciais de mudança, enfatizando-se sua capacidade criadora e inventiva. “Os jovens são percebidos como parte dos recursos latentes de que a sociedade dispõe, e de seu engajamento depende sua vitalidade” (Weisheimer; 2005:23).

Segundo Castro (2005:8) temos ainda a definição substantivada de termos como “jovem” e “juventude”. Neste caso “juventude” aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, como “vanguarda”, “transformadora”,

“questionadora”. Este tipo de substantivação pode levar a generalizações arriscadas. “Esse olhar quase que heróico da “juventude” perpassa muitos trabalhos sobre o tema, nos quais a “juventude” aparece como agente de transformações sociais e o “jovem” como o ator social privilegiado”. Mas, este tratamento desconsidera a construção nativa dessa categoria e os múltiplos significados que carrega. Em muitos casos, mesmo quando se faz a crítica à substancialização, vemos ser reforçada a característica transformadora inerente ao “jovem”.

A autora traz também uma visão que inverte outro olhar substantivado que associa automaticamente o jovem à delinquência, para retratar determinados indivíduos que teriam em comum a idade e uma forma violenta de se comportarem. Este olhar está presente em definições como “jovens em situação de risco” e são a base de alguns programas sociais que pretendem reintroduzir na sociedade esses “excluídos” (Castro, 2005). Exemplo é a UNESCO, que financiou na década de 90 pesquisas que analisavam a juventude a partir de enfoques como violência, cidadania e educação.

Apesar da visibilidade que este tipo de enfoque trouxe para os jovens, ela consolidou a imagem de “população perigosa”, que deve ser controlada, ‘salva’, incluída e direcionada, para que dessa maneira ela possa colocar em prática o que é intrínseco, ou seja, sua capacidade empreendedora (Castro: 2005).

4.5- Juventude Rural e sua tematização

O tema juventude rural está presente “em diferentes disciplinas, áreas do conhecimento e programas de pós-graduação, porém grande parte da produção está concentrada no campo das Ciências Humanas”, responsável por 70,79 % das bibliografias. Outras áreas do conhecimento também têm abordado o tema, como as Ciências Sociais Aplicadas (10,11 %), Ciências Agrárias (7,87 %) e as multidisciplinares (6,67 %). Isto pode ser entendido como uma das especificidades do campo de estudos que promove o diálogo entre diferentes ciências (Castro et al; 2010:68).

A produção bibliográfica sobre juventude rural é bem menor do que a da juventude urbana, e privilegia certas populações rurais, como “os pequenos agricultores pauperizados e sem terra, a chamada “agricultura familiar”, os assentamentos de reforma agrária, ou camponeses e os trabalhadores rurais assalariados”. Outras categorias que estão associadas ao meio rural como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, jovens filhos de grandes proprietários, jovem empresário rural, dentre outros, ainda permanecem na invisibilidade não sendo abordados nos estudos sobre juventude rural (Castro et al, 2010).

Apesar dos esforços em termos de produção bibliográfica, a juventude rural ainda é uma categoria invisível para muitas pesquisas acadêmicas e projetos voltados para o meio rural (Carneiro, 1998). Para Wiesheimer (2004) a migração e a invisibilidade são dois fatores que marcam os estudos sobre juventude rural. Nos processos migratórios rural-urbano, a juventude aparece como faixa etária mais propensa a migrar, sendo as mulheres as que mais migram. Em relação à invisibilidade da juventude rural, o autor argumenta que esta situação se expressa como a forma mais cruel da exclusão social, isso porque enquanto eles permanecem invisíveis dificilmente serão incluídos na agenda governamental.

Castro et al (2010) constataram que entre os anos de 1960-1999, a produção acadêmica foi pouco expressiva e não passava de 19 referências, ou seja, menos de uma obra por ano. A situação muda a partir do ano 2000 quando se verificou um rápido crescimento da produção bibliográfica, tendo uma média anual de 22 trabalhos. O ano de 2006 foi o mais expressivo, chegando a 40 trabalhos.

Os autores chamam a atenção para o fato de haver um número ainda reduzido de livros e teses de doutorado que abordam o tema e isso expressaria que há poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade. Mas por outro lado, em relação aos artigos e as dissertações de mestrado a produção é bem maior, sugerindo a consolidação de um campo de pesquisa.

Weisheimer (2005), ao mapear o conhecimento produzido no período de 1990 a 2004, identificou nas publicações por ele analisadas, cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais: faixa etária; ciclo de vida; gerações; cultura ou modo de vida; representação social. O autor observou que alguns pesquisadores enfatizavam apenas uma dessas abordagens, outros utilizavam diferentes combinações entre elas, e havia

aqueles que não se preocupavam em estabelecer alguma definição sobre o que entende por juventude, tratando como um pressuposto, como se o termo fosse auto-explicativo.

Na abordagem da juventude como cultura ou modo de vida “a juventude é vista como uma expressão da cultura de massa”. Esta abordagem tece seus argumentos em relação à juventude considerando que ela “se define por critérios culturais dando destaque a uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades”. Neste sentido, destaque especial é dado a mídia, considerada como sendo principal componente na construção do entendimento do que seja juventude.

A cultura juvenil emerge como um produto da abundância intimamente ligada à sociedade de consumo. Suas características incluem certo tipo de vestimentas, acessórios, linguagem, gosto musical e práticas esportivas e de lazer. Os jovens aparecem como um mercado consumidor importante que transcende os limites de idade pela propagação de uma moda jovem. Nesse sentido, os(as) jovens do meio rural seriam resultado da modernização do campo (WEISHEIMER; 2005: 23).

A diluição das fronteiras simbólicas entre rural e urbano permitiu a convivência em um mesmo espaço de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais. As transformações no meio rural permitiram o aparecimento de novas identidades locais entre os jovens e estes passam a questionar os projetos de reprodução pautados na agricultura, valorizando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como urbanos (Carneiro apud Weisheimer, 2005: 24).

Na abordagem da juventude como representação social e auto-representação, a palavra “juventude” é designada como sendo “um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade”. A condição juvenil seria uma posição na hierarquia social fundada nas representações sociais. Esta abordagem esforça-se por apreender os significados que definem quem é e quem não é jovem em um determinado contexto sociocultural. A juventude é considerada como sendo uma realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas. Dentre as representações de juventude têm-se aquelas elaboradas pelos próprios jovens, o que permite a apreensão das identidades evocadas por eles, sejam elas coletivas ou individuais. Um dos procedimentos utilizados por esta perspectiva é captar os jogos de oposição entre ‘nós’ x ‘eles’, ‘dentro’ x ‘fora’, ‘jovem’ x ‘velho’.

Estas representações devem ser analisadas a partir do contexto em que emergiram (Weisheimer, 2005: 24).

Castro et al (2010) fizeram um mapeamento das principais categorias de classificação da juventude rural nos trabalhos acadêmicos no período de 1960 a 2007 (Tabela 5).

Tabela 5: Categoria Juventude, Ano e Problemática

Período	Categorias	Problemáticas e temas associados
1960-1995	<i>Jovens rurais, trabalho infanto-juvenil e educação rural</i>	Evasão escolar, êxodo rural, trabalho rural
1995-1999	<i>Jovens do interior, jovens assentados, jovens sem terra, juventude e agricultura familiar, aluno trabalhador rural, êxodo rural, pluriatividade</i>	Mudança social; assentamentos rurais; MST; crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar; relação campo- cidade
2000- 2007	<i>Jovens rurais, adolescentes do MST, filhos de agricultores familiares, jovens agricultores, jovens assentados, juventude camponesa, juventude no meio rural, jovens do interior, jovens migrantes, jovens rurais militantes, geração, gênero, sucessão hereditária, alunos assentados, educação de jovens e adultos, PRONERA</i>	Migração, êxodo rural, assentamentos rurais; MST; crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar; relação campo- cidade, geração

Fonte: Castro et al (2010:4)

Os autores constaram que os trabalhos encontrados até o ano de 1985 tinham como foco a análise de experiências de educação no campo e as especificidades desse contexto. “Os jovens rurais eram tidos como um recorte populacional e público alvo a ser atingido por programas, projetos, cujos trabalhos tinham o objetivo de avaliar a eficácia e apontar as mudanças necessárias” (Castro et al; 2010: 69).

Já entre 1995 e 1999 as categorias utilizadas expressariam a associação da juventude com processos de mudança social no meio rural:

como a saída dos jovens do campo; a intensificação dos assentamentos rurais de reforma agrária; a maior visibilidade dos movimentos sociais do campo; novas dinâmicas relacionadas à modernização no campo e ao estreitamento das fronteiras entre campo e cidade (CASTRO et al, 2010:70).

Como se pode observar, de 2000 a 2007, verificou-se uma maior diversificação das categorias utilizadas, as antigas permanecem, mas outras foram acrescentadas, sem

perder o eixo juventude-trabalho-educação, e principalmente a problemática da saída do jovem do campo.

A reprodução da agricultura familiar e camponesa e os processos migratórios (campo → cidade) são temas recorrentes nos trabalhos a partir da década de 80. Nos estudos rurais, os jovens são vistos principalmente como o filho do agricultor. Recentemente, eles saem dessa condição e passam a ser “categorias significativas nos estudos rurais, associados a algumas problemáticas específicas tais como o êxodo rural e migração”. Embora estes sejam problemas antigos no Brasil, a associação da juventude a estas problemáticas é uma novidade da década de 90. Assim, a juventude passa a ser uma das portas de entrada para os estudos rurais, o que os coloca como “problema” ou “solução” (Castro et al; 2010:71). “Neste caso, a “juventude” deveria ser impedida de completar seu destino: a migração para a cidade e o consequente fim do mundo rural, em especial do trabalhador familiar”. Assim, a “juventude” pode ser o agente de transformação social que, ao ficar, resgata o campo, mas ao sair, promove a sua morte. Baseados nesta percepção existem alguns programas sociais que visam “manter o jovem no campo” e “emponderá-los” de capacidade de liderança (Castro, 2005).

Muitas pesquisas que tratam da migração da juventude rural e de seus projetos de vida apresentam algumas limitações metodológicas, dentre elas, destaca-se a falta de esclarecimento da posição hierárquica dos jovens dentro da família. Isso é uma limitação importante, uma vez que dependendo da posição que o jovem assume ele estará mais “livre” ou não para traçar projetos de vida que incluem outras atividades e outro local de moradia. Assim, o desinteresse dos jovens pelo meio rural e sua pretensa atração pelo urbano e por profissões ligadas a este meio, podem ser expressões de jovens que estão mais “livres” para fazer escolhas.

Para Brumer (2007, 50) deveríamos buscar responder o porquê os jovens permanecem no meio rural, ao invés de questionarmos sempre porquê eles saem. Assim, as formulações desta nova questão implicaria “no conhecimento efetivo de instalação dos jovens, em atividades agrícolas ou não agrícolas, assim como das condições de vida e trabalho no meio rural”. Além de também implicar a análise das representações dos jovens com base na realidade.

Outra questão que perpassa grande parte das pesquisas é a forma como a juventude tem construído suas representações sobre o meio rural e o urbano. Se de um lado

algumas pesquisas identificam o desinteresse pelo campo e a recusa à profissão de agricultor, de outro, “apontam como diferentes experiências nas cidades, de exploração do trabalho, ou mesmo processos de luta pela terra, têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens”. O que antes era associado a um “lugar parado”, isolado, passa agora a ser “valorizado como ‘espaço de vida’, de moradia, não exclusivamente de trabalho, em oposição à cidade grande e à violência” (Wanderley, apud Castro et al; 2010).

Carneiro (2008) alerta que muitos trabalhos têm analisado a inserção do jovem apenas pela ótica do trabalho. A visão sobre a juventude rural apenas por este prisma não nos deixa ver a sua participação nas demais esferas da vida social, dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado.

O jovem rural é ainda visto como responsável pela alienação da cultura no meio rural, sendo representado como mais interessado ou identificado com a cultura urbana. Aliás, o meio rural continua por vezes associado ao atraso, a um local “sem cultura”. Prova disso é a pouca expressividade de políticas culturais direcionadas aos setores rurais, principalmente para os jovens.

De acordo com Wanderley (2007:31), não podemos tomar a juventude rural de forma isolada, como se ela pertencesse a um mundo à parte, não integrado à sociedade em geral. Também não podemos diluí-la, como se ela fosse homogênea. No meio rural há uma diversidade de maneiras de viver a juventude. Ela só poderá “ser entendida, em profundidade, se situada num quadro mais geral, que inclua as múltiplas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos jovens rurais” (Wanderley; 2007: 31)

Desse modo, tratar da juventude rural quilombola não é tarefa fácil, pois há uma série de identificações sobrepostas e escassa bibliografia sobre elas. Tomar essas identificações de maneira isolada seria incorrer no erro, pois sobre eles recaem o que é ser ao mesmo tempo jovem, rural e quilombola. Nesta sobreposição estão imersas relações de poder e jogos identitários. Enquanto jovens que vivem no meio rural, eles sofrem as mesmas ordens de problemas que os jovens rurais. O que os diferenciam são a maior responsabilidade que é depositada no jovem quilombola em termos de preservação da cultura e do território.

4.6- Juventude Rural Quilombola

O jovem rural, seja ele quilombola ou não, está inserido em um contexto (o meio rural) que ao longo do tempo veio passando por importantes transformações. O desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias da informação vem aumentando a interação cultural entre o meio rural e o urbano e com isso as referências para construção das identidades e dos projetos de vida para o futuro. Em muitos contextos rurais já podemos verificar a presença não só da televisão, rádio, celular, mas também da internet. Todas essas transformações propiciaram, conforme aponta Carneiro (2007), um estreitamento das fronteiras entre o rural e o urbano. Diante dessa maior interação estaríamos presenciando no meio rural o surgimento de “novas mentalidades”. O olhar voltado para “fora” da comunidade de origem trouxe consigo outros valores que não coincidem com os da comunidade e isso tem provocado mudanças intensas e rápidas de valores, de projetos e de códigos de relações sociais. “Estariamos presenciando o aparecimento de novas visões de mundo que informam não apenas as relações entre os ‘da comunidade’ e os ‘de fora’, mas também as novas formas de consumo, de pensar a produção agrícola e de projetar o futuro” (Carneiro; 2007:56).

É na tentativa de entender como se processa essa relação entre os “de fora” e os “de dentro” que trazemos para a realidade dos quilombos rurais dois exemplos que mostram que além dos desafios próprios da juventude em geral e da juventude rural, em particular, os jovens de quilombos rurais são chamados a responder aos estereótipos presentes na sociedade brasileira, que oscilam entre o preconceito racial e a desvalorização cultural ou a idealização e supervalorização da cultura negra autêntica.

Carrano et al (2007), ao realizarem a filmagem de um documentário⁴ na comunidade rural quilombola de São João da Serra, município de Valença-RJ, conhecida pela tradicional dança do Jongo, originária em terreiros de escravos, constataram que a juventude deste quilombo vivencia o “jogo das autenticidades”.

⁴ Este documentário é fruto de uma pesquisa de iniciação científica

Estes jovens “percebem com clareza que vivenciam contextos de relacionamento cultural com os sujeitos de fora da comunidade na qual é preciso afirmar signos que revelam que a comunidade segue sendo espaço de resistência e preservação de suas identidades”. Os sujeitos externos, como as equipes de filmagens e fotógrafos, vão à comunidade para assistirem a apresentações de jongo e procurar evidências, através de imagens e depoimentos, que confirmem o estado de “pureza” cultural popular dos moradores desse quilombo.

Os autores trazem a citação abaixo para demonstrarem a forma como a comunidade é representada em um CD-livro:

Visitar o Quilombo São José é uma viagem ao passado. Na propriedade, pouca coisa mudou desde a Abolição da Escravatura. Todos os seus moradores são parentes, até um ano atrás a comunidade não tinha luz elétrica, o ferro à brasa, o candeeiro e o fogão fazem parte do dia-a-dia (ANDRÉ apud CARRANO et al; sd :14).

Nessa citação existe uma evocação à pureza cultural, o quilombo é visto em sua forma idealizada como sendo um “museu antropológico”. Tal visão está presente nos “de fora” da comunidade, e são eles que, além de evocar esta pureza, exigem autenticidade e consequentemente manutenção das imagens idealizadas. Por isso, existe na comunidade apelos internos e externos,

para que ao menos em dias de festas abertas na comunidade se evitem as referências que poderiam lançar dúvidas sobre a autenticidade cultural do território do quilombo e seus sujeitos. Os jovens são especialmente convocados a tornar pública esta imagem ‘limpa’ de elementos das culturas urbanas juvenis ou de outras influências que descaracterizariam a ‘cultura negra’, ‘rural’, ‘jongueira e ‘quilombola’(CARRANO et al, sd; 14).

Esta imagem única e autêntica sobre a qual o jongo, enquanto um espetáculo, se organiza é diferente daquele que se cria no contexto das festas comunitárias longe dos visitantes e dos turistas. Nestas festas, os jovens têm maior liberdade para vivenciar a “juvenilidade realmente existente no quilombo que não se resume à dança do jongo, mas dialoga/pratica o ‘juvenil-popular’ que atravessa as fronteiras entre campo e cidade, a tradição e a inovação cultural, o passado e as possibilidades de futuro” (Carrano et al, sd; 14).

Desse modo, “nas situações de vivência cultural intergeracional, tecem-se negociações entre os impulsos de manutenção da identidade tradicional de jongueiros e quilombolas e vivências dos espaços simbólicos identificados com as culturas juvenis”. Os jovens não negam os poderes adultos de determinação na festa do jongo, nem a necessidade de participação no jogo das autenticidades. Por outro lado, eles buscam espaços onde possam constituir “territórios juvenis que os veiculem aos sentidos culturais visíveis da juvenilidade” (Carrano et al, sd: 7).

Esses jovens gostam de funk, vestem-se como qualquer outro jovem da cidade, mas também mantêm a cultura jongueira. Eles ora são considerados pelos de fora da comunidade como sendo as vítimas do ‘choque cultural da globalização capitalista’, ora são os responsáveis pela alienação das tradições culturais. Mas, conforme apontam os autores, utilizando os argumentos de Sarlo (2000), a comunidade da qual pertencem estes jovens não se manteve isolada, a cultura não permaneceu em seu estado puro. A dinâmica das relações sociais e o avanço das tecnologias aproximaram o desconhecido e fez com que houvesse uma reconfiguração de todos os níveis culturais. “É neste sentido que se torna necessário procurar pensar a origem das culturas populares a partir do presente, para que, ao conhecê-la, o jovem possa dela se apropriar e até recriá-la”. Assim, a hibridação não pode ser negada, mas pode ser feita conscientemente (Carrano et al, 2007: 269).

Já Pinto, Cupertino et al (2009), constataram que na comunidade do Buieie, localizada no município de Viçosa-MG, existe uma descontinuidade em termos da tradição da congada. Apesar do desejo da geração mais velha de que a geração nova perpetue a festa, esta, enquanto manifestação do mundo simbólico, não mais se colaria como práticas cotidianas da vida dos jovens. “Esses participavam da festa enquanto expectadores, portanto, como consumistas do espetáculo, mais adequados ao contexto da sociedade ‘moderna’”.

Se de um lado os jovens não mais se interessam pela congada, de outro, conforme apontam Magno, Doula e Pinto (2011) esses jovens se identificam com o projeto de percussão musical desenvolvido na comunidade chamado *Tambores do Buieie*, este projeto é

realizado pelo Núcleo de Arte Viva (NAVI), uma Organização não Governamental (ONG) que desde o ano 2000 realiza trabalhos no bairro. Em 2004 receberam verbas do Ministério da Cultura do

Governo Federal para financiar o desenvolvimento de atividades musicais de percussão, utilizando-se apenas tambores, instrumentos que remetem à ancestralidade negra (MAGNO, DOULA e PINTO; 2011:306).

Os autores, ao pesquisarem a construção da identidade entre os jovens dessa comunidade, por meio de sua participação no referido projeto, constataram que a inserção nos Tambores, possibilitou aos jovens descobrirem atributos identitários positivos; o projeto significou a “oportunidade de espelhamento que pode transformar os significados do que é ser jovem, negro, rural e do Buieié”. A hipótese, confirmada pelos autores, é que os jovens participavam deste projeto para “valorizarem positivamente suas identidades e que essa reconstrução identitária surge como uma resposta ao estigma criado pela sociedade urbana em relação ao bairro que, além de rural, é visto como ‘pobre’ e de ‘negros’” (Magno, Doula e Pinto; 2011:313).

Os autores também constataram que entre os jovens existe o desejo de adquirir *coisas modernas*, não possuí-las significava para alguns o retrocesso. Mas o desejo de adquirir esses bens materiais, não fez com que estes jovens desejassem sair da comunidade, pelo contrário “os vínculos de parentesco e de amizade, o sentimento de pertencimento ao lugar e à terra e o patrimônio familiar”, e, mais recentemente a participação desses jovens no projeto *Tambores do Buieié*, se apresentaram como fortes justificativas para sua permanência.

A juventude rural quilombola está imersa em contextos onde ora são vistos de forma estigmatizada, como verdadeiros representantes da inferioridade, do perigo e das mazelas do mundo, ora são vistos como principais protagonistas da preservação cultural e territorial. É com essas contradições que o jovem rural quilombola tem que lidar. Como nos dois exemplos mencionados acima, a valorização da cultura negra quilombola, embora com resultados distintos, vem sendo incentivada por políticas públicas, cabe analisar o papel que elas desempenham na vida atual e nos projetos de vida desses jovens rurais quilombolas. É o que faremos nos próximos capítulos.

5- A Juventude e o Quilombo nas Políticas Públicas

Antes de iniciarmos a discussão sobre Políticas Públicas para juventude e para os quilombolas, faz-se necessário esclarecer o que se entende por política pública. Rua (apud Sposito e Carrano, 2003:17) vê a política pública “como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. Mas quando uma situação se transforma em problema político e passa a ser alvo de políticas públicas?

Para Rua (sd) “um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política” (exemplo é o movimento feminista e o movimento negro). Assim, “para que uma situação ou ‘estado de coisas’ se torne um problema político e passe a configurar como item prioritário da agenda governamental é necessário que ela apresente pelo menos uma” das três características abaixo:

- (a) Mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados;
- (b) Constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus daquele problema;
- (c) Constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema (RUA, sd:6).

Uma vez que uma situação deixa de ser um estado de coisas, ela passa a ser incluída na agenda governamental e a partir daí começa a formulação das alternativas (Rua, sd). No que se refere às políticas públicas de juventude, Sposito e Carrano (2003:17) afirmam que elas até 2003 tendiam “mais a ficar como estado de coisas do que como problema político que demanda respostas”.

Para Kerbaux (2005:193), os governos concebem políticas públicas para juventude “como políticas sociais setoriais destinadas a determinados tipos e realidades”, assim, para o autor, eles nada mais fazem do que políticas de governo.

A autora ao analisar as políticas de juventude implantadas até os anos 90, afirma que elas “caracterizam-se por serem reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania nos jovens” (Kerbaux: 2005:194). A

juventude rural neste período permanece na invisibilidade e foi somente a partir de 2004 que verificamos ações efetivas direcionadas a elas.

Em relação às comunidades negras rurais, por muito tempo elas foram negligenciadas, permanecendo como estado de coisas; a situação só começou a mudar por pressão dos movimentos negros e após a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. A partir desta constituição, políticas e ações têm sido desenvolvidas no intuito de reparar a “opressão histórica sofrida” e promover acesso e oportunidades a realidades antes de difícil acessibilidade para os negros e quilombolas. No entanto, em relação aos quilombolas, as políticas públicas acabam por imprimir uma identidade para várias realidades distintas, sem antes consultar se os atores sociais se identificam como quilombolas.

Assim, primeiramente apresentaremos as políticas e os programas direcionados à juventude brasileira como um todo, posteriormente destacaremos a juventude rural e por fim os quilombolas. Para João Paulo Rodrigues (2007), membro da direção nacional do MST, “para se discutir juventude não se pode fazer um recorte e discutir só o tema da juventude no meio rural. Nossa juventude passa por problemas da mesma natureza que a do meio urbano e, parte dela, participa de um processo muito grande de migração”. Ou seja, trazendo para o contexto dessa dissertação, para falar de juventude rural quilombola, é necessário falar de juventude urbana e juventude rural. Partimos da concepção de que as políticas públicas destinadas à juventude e aos quilombolas foram e são influenciadas pelas Representações Sociais⁵ da sociedade sobre estes segmentos. Por outro lado, segundo Sposito e Carrano (2003:18) também as políticas públicas de juventude (aqui podemos acrescentar também os quilombolas), podem “agir, ativamente, na produção de novas representações” sociais, uma vez que elas não são “apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil” (ou a condição quilombola).

⁵(...) “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objeto prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais” (JODELET, 1976:22)

Lagroye (apud Russczyk; 2007:168) acrescenta que a elaboração de política pública, além de construir uma representação da realidade sobre a qual se quer interferir, revela o modo e a crença no governo de uma sociedade.

Analisar a forma como essas políticas foram desenhadas no Brasil e o que preconizam é de suma importância para esta dissertação, pois as políticas públicas são um dos vários referenciais que o jovem rural quilombola tem para construir sua(s) identidade(s) e seus projetos de vida. Resta saber com quais e com o quê esse jovem está se identificando.

5.1- As Políticas Públicas para Juventude

Em se tratando das políticas públicas para juventude na América Latina, Abad (apud Sposito e Carrano; 2003:18), afirma que elas foram determinadas “pelos problemas de exclusão dos jovens e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto”. Entre os países latino-americanos, existiam no período de 1950 a 2000 quatro modelos de políticas de juventude:

a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (ABAD apud SPOSITO e CARRANO, 2003:18).

No debate sobre juventude, “vive-se a simultaneidade de tempos”, que pode ser observado, na “convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra”, e “à realização dos jovens como sujeitos de direitos”. Nos últimos anos da década de 90, algumas formulações têm sido reiteradas mais fortemente. “Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção” (Lagree apud Sposito e Carrano, 2003:19).

Os autores destacam dois campos de disputas nas Políticas Públicas de Juventude: “as representações normativas sobre o ciclo de vida e os formatos que

assumem as relações entre Estado e sociedade na conformação da esfera pública”. Apesar de esses campos serem articulados, eles não são necessariamente complementares.

As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública (SPOSITO e CARRANO, 2003:20).

Deste modo, a juventude pode ser encarada como agente importante a ser ouvido para formulação de políticas, ou pode ser considerado incapaz de sugerir soluções. O governo pode dar ou não maior liberdade de proposição aos jovens, à sociedade civil, ou pode ele mesmo propor as soluções que julgar necessárias.

Em se tratando de ações direcionadas aos jovens, Castro e Aquino (2008: 29) afirmam que tradicionalmente elas se concentravam nas áreas de educação e emprego, ou de saúde e segurança. No primeiro a juventude era pensada como uma fase preparatória da vida. No segundo como etapa crítica. No entanto, segundo as autoras, em geral, tais ações “não se estruturaram como elementos de uma ‘política de juventude’, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de ‘risco’.

Isso demonstra que a atuação do governo em relação à proposição de políticas públicas de juventude esteve e está vinculada à forma como a juventude é representada pela sociedade. Ou seja, as ações direcionadas aos jovens estão embasadas em paradigmas da juventude.

Dina Krauskopf no artigo “*Desafíos en la construcción e implementación de las políticas de juventud en América Latina*” aponta 4 paradigmas da juventude: Juventude como etapa de preparação; Juventude como etapa problema; Juventude cidadã como sujeito de direitos; Juventude como ator estratégico para o desenvolvimento. A autora relaciona estes paradigmas às ações em termos de estratégias de políticas, programas e atenção. O quadro 2 traz de maneira resumida, a associação entre paradigma e ação estratégica de políticas.

Quadro 2: Paradigmas e Estratégias de Políticas de Juventude

Paradigma	Estratégias de políticas
1- Juventude como etapa de preparação: transição para vida adulta.	Setoriais; universais; extensão de cobertura educativa; tempo livre de lazer saudável, com baixa cobertura; serviço militar.
2- Juventude como etapa problema: riscos e transgressões; etapa-problema para a sociedade	Compensatórias; focalizadas; setoriais (predominantemente saúde e justiça).
3- Juventude cidadã como sujeito de direitos: etapa de crescimento e desenvolvimento social	Gestão em políticas públicas; Priorizam a inclusão dos jovens como sujeitos de direitos políticos, civis, culturais, sociais e econômicos.
4- Juventude como ator estratégico para o desenvolvimento	Articulação com políticas públicas; intersetoriais; Priorizam a juventude como capital humano, desenvolvimento de capital social e produtor cultural.

Fonte: Krauskopf (2005)

No primeiro paradigma as políticas entendem a juventude como um período de transição para vida adulta. A educação é considerada “como a oferta central para o desenvolvimento da população jovem”. As políticas implementadas são de “pouca cobertura, dirigidas ao esporte e ao voluntariado” (Krauskopf; 2005: 145).

A limitação desta perspectiva está no fato de que a dimensão universal está na noção de “uma condição universalmente homogênia de juventude, centrada na possibilidade de viver a moratória (dedicação à preparação), que não se realiza para todos os jovens, o que acaba por gerar novas situações de exclusão” (Krauskopf apud Abramo; 2005: 20).

Já no segundo, a juventude é focada por meio de “pólos sintomáticos e problemáticos, como a delinquência, as drogas, a evasão escolar, gravidez, gangues, etc”. Para este paradigma, a causa das patologias juvenis “estão nos próprios jovens”. Desse modo, as ações são dirigidas a eles sem considerar o contexto na qual estão inseridos. Assim, “emergem políticas setoriais e compensatórias com perspectivas recreativas e reducionistas para tratar o déficit, o risco e a transgressão juvenil” (Krauskopf, 2005:146).

De acordo com Abramo (2005:21), este enfoque dominou as ações no Brasil nos anos 80 e 90. Mas, conforme observa a autora, até 2005 ela “ainda predominava na fundamentação da necessidade de gerar ações dirigidas a jovens”. Na época, segundo a autora, quase todas as justificativas de programas e políticas direcionados aos jovens enfatizavam o quanto tal ação poderia incidir na diminuição do envolvimento dos jovens com a violência.

No terceiro, o centro das práticas é o respeito à diversidade e a individualidade (Krauskopf, 2005). A juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social. Os jovens deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios e passam a ser considerados sujeitos de direitos. Esta concepção surge a partir da década de 90, “em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres” (Abramo, 2005:22).

No Brasil esta concepção, já consolidada para os adolescentes em função do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda não adquiriu visibilidade para os jovens propriamente ditos. Isso se deve ao fato de ainda não terem sido “delimitados quais são os processos específicos de sua condição que remetem a direitos que os singularizam e se diferenciam dos direitos definidos para outros segmentos” (Abramo, 2005: 22).

Já no quarto paradigma, os jovens são considerados atores estratégicos e são incluídos nas políticas como fator de desenvolvimento da sociedade (Krauskopf; 2005). Isso justificaria os investimentos em capital humano e social. Para Abramo (2005: 21) “esta concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas”.

No entanto, segundo Abramo (2005:22), esta abordagem apresenta alguns problemas, pois “poucas vezes se faz a contextualização (e a discussão) do modelo de desenvolvimento no qual os jovens se inserem como atores, ou até que ponto eles também devem discutir a decisão a respeito desse modelo”. Além disso, sobre este jovem recai a ‘carga’ da responsabilidade de ser a aposta de solução das comunidades, sem serem consideradas suas necessidades. “O risco é que se tornem alvo de interesse público somente na medida das suas contribuições, em detrimento de suas demandas”.

Estes paradigmas “coexistem na sociedade brasileira e são empunhados por atores que compõem distintas vertentes de ação com jovens, relacionadas à história de como o tema veio se desenvolvendo no Brasil” (Abramo, 2005:23).

5.2- Políticas Públicas e Programas Destinados à Juventude Brasileira

As políticas públicas direcionadas aos jovens tiveram como antecedentes três momentos históricos importantes: a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990; o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); início do governo Lula (Brenner et al, 2005).

Na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o tema da juventude foi introduzido por meio da Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”; tal fato resultou “na criação do Fórum Permanente de Entidades não governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente, que culminou com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” (Kerbaudy, 2005:200).

A “Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei federal nº 8.069) em 13 de julho de 1990, foram e ainda são importantes parâmetros para a elaboração de políticas públicas para juventude” (Costa; 2009:5). Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que estabeleceu “a criação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, do qual emergiram também ações na área da adolescência e da juventude” (Sposito e Carrano; 2003:30).

Segundo Costa (2005) no governo de Fernando Henrique Cardoso surgiram variadas ações federais destinadas direta e indiretamente ao público jovem. Tais ações foram realizadas em parcerias com organizações da sociedade civil e prefeituras.

Sposito e Carrano (2003:22-23) afirmam que no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foram criados seis programas, já no segundo mandato (1999-2002), observou-se uma “explosão da temática juventude e adolescência no

plano federal”; neste período foram criados 18 programas. Percebe-se que a expressão “explosão da temática” foi utilizada de maneira exagerada pelas autoras.

Na opinião das autoras, estes programas foram criados “num quadro de grande fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática” (Sposito e Carrano, 2003:23).

Sposito e Carrano (2003:22) identificaram 30 programas/projetos governamentais direcionadas aos jovens (adolescentes de 15-19 anos e jovens de 20-25) e três ações sociais não-governamentais de abrangência nacional: Programa de Capacitação Solidária, Projeto Rede Jovem e Programa Alfabetização Solidária, que surgiram por indução do programa Comunidade Solidária. Os autores constataram que esses 33 programas não constituíram “uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem”. Quando analisado o público alvo, os autores, afirmaram que se pode dizer que existiam focos fortes, médios ou de fraca intensidade, distribuídos da seguinte forma:

a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e/ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas) (SPOSITO e CARRANO; 2003:22).

Tal classificação permitiu aos autores intuir sobre “a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude”. Havia na época, pouco acúmulo teórico sobre essa problemática, o que se expressou em um número significativo de programas e projetos destinados indistintamente a crianças, adolescentes e jovens. Diante dessa heterogeneidade de parâmetros, “a infância pode se alargar até aos 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos de idade” (Sposito e Carrano; 2003:22).

As análises feitas pelos autores revelaram que as primeiras ações de programas específicos para jovens, principalmente adolescentes, aparecem na área de saúde “e são marcadas pelo foco na prevenção (DST/AIDS, drogadização, acidentes de trânsito e gravidez precoce), já no final da década de 1980, com a criação do programa do Adolescente (PROSAD)” (Sposito e Carrano; 2003:29-30).

Observou-se a partir da década de 90 um aumento das mortes violentas de jovens e o crescimento do narcotráfico, o que contribuiu para que o tema da criminalidade atravessasse permanentemente o debate sobre as políticas públicas para jovens (Sposito e Carrano, 2003).

Dois conceitos vigoravam na época: *protagonismo juvenil e jovem em situação de risco social*. Essas ideias, segundo os autores, teriam sido marcadas mais por apelo social do que por diagnósticos sociais e reflexões analíticas. Estas expressões representaram “simplificações facilitadoras do entendimento de realidades sociais e culturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto frágil conceituação de proteção social e cidadania participativa” (Sposito e Carrano; 2003:31).

Novais (2007:255) destaca que “tais ideias e ações por elas motivadas não estavam vinculadas a nenhum esforço em direção da conformação de Política Nacional de Juventude”. Neste sentido, a Sposito e Carrano (2003) acrescentam que

a herança deixada pelo governo incide mais sobre projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão” (SPOSITO e CARRANO; 2003:31).

Assim, Novais (2007) concluiu que o que marcou as políticas para juventude nesse período foi a necessidade de regulação e controle da juventude, considerada pela maioria, um “problema social”. Segundo a autora, em nível de Estado, essas políticas “não passaram de vitrines governamentais, sem significativos resultados para juventude, caracterizadas pela descontinuidade, apresentando deficiências de proposição, organização e controle”.

Os programas que assumiram como ação a capacitação do jovem para o mercado de trabalho, chamaram a atenção de Sposito e Carrano (2003), porque se tratava de um mercado de poucas oportunidades, e esses programas não propunham qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social. Na época o Brasil vivia um período histórico de recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos da crise do mundo do trabalho.

A tabela 6 apresenta de forma bastante sucinta, os principais projetos/programas federais direcionados à juventude no período de 1995-2002 e que

foram descritos por Sposito e Carrano (2003). Eles descreveram apenas 18 programas/projetos dividindo-os por pastas ministeriais onde o foco do direcionamento das ações para adolescentes e/ou jovens foi considerado forte.

Tabela 6: Programas/projetos para Juventude no Período de 1995-2002

Órgão Governamental	Programa ou Projeto	Público-alvo	Objetivo
Ministério da Educação	Programa de estudantes em Convênios de Graduação (PEG-G)	Estrangeiros entre 18 e 25 anos	-
	Projeto Escola Jovem	Escola para jovens e adultos	Implementação da reforma e a ampliação da oferta de vagas para o ensino médio.
Ministério do Esporte e Turismo	Jogos da Juventude	Jovens	Promoção da prática de atividades esportiva.
	Olimpíadas Colegiais	Adolescentes de 12 a 14 anos e Jovens de 15 a 17 anos	Fomento do desporto escolar, intercâmbio sociodesportivo no país e o desenvolvimento do potencial esportivo brasileiro.
	Projeto Navegar	Adolescentes de 12 a 15 anos residentes em comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras	Difundir e democratizar o acesso a esportes náuticos.
Ministério da Justiça	Serviço civil voluntário	Jovens de 18 anos que optaram por não se alistar no serviço militar obrigatório e também aos que foram dispensados	Preparação do/a jovem para o trabalho e para a cidadania.
	Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	Adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas judiciais socioeducativas não-privativas da liberdade	Articular e estimular os esforços do sistema socioeducativo instituído pelo estatuto da criança e do Adolescente.
	Promoção de Direitos de Mulheres jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual no Brasil	Jovens brasileiras violentadas sexualmente nos primeiros anos de vida e as meninas que trocam 'favores' sexuais pela própria sobrevivência	Promover os direitos das jovens, especialmente daquelas em situação de risco, visando eliminar a violência cometida contra elas.

Órgão Governamental	Programa ou Projeto	Público-alvo	Objetivo
Ministério da Saúde	Programa de saúde do Adolescente e do jovem	Indivíduos de 10 a 24 anos	-
Ministério do Trabalho e Emprego	Jovem empreendedor	Jovens com idade entre 18 e 29 anos.	Capacitação profissional e posterior financiamento de Jovens de nível técnico, em fase de conclusão de curso ou recém-formado, interessados em dirigir o próprio negócio
Ministério da Assistência e Previdência Social	Programa Brasil jovem	Jovens de 14 a 24 anos em condições de vulnerabilidade social	-
Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq)	Prêmio Jovem Cientista	Graduados em curso superior que têm menos de 40 anos e estudantes de escolas técnicas e/ou curso superior com menos de 30 anos de idade.	Estimular a revelação de talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para problemas brasileiros
	Prêmio Jovem Cientista do Futuro	Alunos do ensino médio	Despertar o interesse dos jovens na carreira científica e tecnológica
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasil em Ação/Grupo Juventude	Jovens de 15 a 29 anos	Coordenar grupo de programas de atendimento à juventude
Presidência da República Comunidade Solidária	Programa Capacitação Solidária	Jovens de 16 a 21 anos, provenientes de famílias de baixa renda residentes nas grandes regiões metropolitanas	Capacitação profissional de jovens. Fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio de atividades e cursos voltados para o desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento de gestores sociais.
	Rede Jovem	Jovens de baixa renda que não têm acesso à internet.	O objetivo específico foi o de “conectar jovens, dando-lhes um instrumento de integração e comunicação” como forma de lhes permitir a superação da atual condição de isolamento, especialmente os jovens das grandes metrópoles que estariam excluídos e desinformados.

Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados por Sposito e Carrano (2003)

Os autores analisando os projetos citados na tabela 6 afirmam que

dependendo do local de onde partem, os sentidos políticos e sociais das ações mudam, assim como também muda o recorte etário do público-alvo. Alguns ministérios se dedicam à assistência, alguns pretenderam a inclusão dos ‘jovens carentes’ e outros deram um caráter profilático às suas ações, implementando medidas saneadoras para evitar a violência (SPOSITO e CARRANO, 2003:)

No final da década de 90 emergiram projetos e programas que pautavam suas ações pela defesa da promoção da cidadania. Já no começo dos anos 2000, o debate sobre as políticas públicas de juventude foi marcado por três processos de abrangência nacional: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária da Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude.

De acordo com Rodrigues (2008:78), em 2000 foi criado o programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social, que teve como público alvo os jovens entre 15 e 17 anos, “prioritariamente os que estão fora da escola e em situação de vulnerabilidade social”. Seus objetivos foram:

criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitassem sua interação, quando estivessem inseridos no mundo do trabalho (RODRIGUES; 2008:78-79).

Neste mesmo ano, de acordo com o autor, aconteceu o I Congresso Nacional da Juventude Rural, “organizado pela Pastoral da Juventude Rural que é ligada ao Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB)”. Este foi a primeira grande manifestação que teve como objetivo representar os jovens do campo (Rodrigues; 2008:82).

Em 2001, o destaque foi o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, realizado no Senegal. Nele foi elaborada “a ‘Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude’, com a finalidade de complementar e fortalecer o ‘Plano de Ação de Braga’”. Em se tratando de Brasil, o Ministério da

Justiça criou o Programa Paz nas Escolas, cuja proposta “era de reduzir a violência entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas” (Rodrigues; 2008:82).

O ano de 2002 foi um ano eleitoral, e foi somente na campanha presidencial que o tema juventude se fez presente nos programas de governo. No entanto, tanto nas abordagens de Luiz Inácio Lula da Silva quanto de José Serra, ainda persistia a associação entre juventude, criminalidade e violência (Rodrigues, 2008).

Segundo o autor, no governo Lula, período de 2003 a 2010, a sociedade civil e a juventude são chamadas a propor soluções, juntamente como o governo, para juventude. São realizados vários fóruns, congressos, conferências, onde as várias juventudes são problematizadas.

Regina Novais (2007) no artigo “*Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas*”, defende as dimensões da Política Nacional de Juventude e apregoa que Direitos e Oportunidades são duas palavras-chaves para a linguagem que caracterizou a Política Nacional de Juventude, no governo Lula.

Nesse governo, segundo a autora, anunciou-se “uma política que tem tanto o objetivo de garantir aos jovens o exercício de direitos universais da cidadania quanto atender demandas específicas dessa geração, considerada em suas desigualdades e diversidades”. Dessa forma, para a autora, ficaram reafirmados os direitos do jovem brasileiro: acesso à saúde, à educação de qualidade, à moradia, ao lazer, à segurança. Também se abriu “espaço para a incorporação de direitos específicos voltados para sua inserção (produtiva e societária) nos moldes do século XXI” (Novais; 2007:255).

Conforme veremos mais adiante, quando analisamos o Mapa da Violência 2011, verificamos que tais afirmações muito positivas precisam ser relativizadas. Apesar das ações desenvolvidas, os jovens são os que mais morrem vítimas de causas não naturais.

A seguir, no quadro 3 serão apresentados o resumo das principais atividades e Políticas Públicas direcionadas aos jovens durante o período de 2003-2007.

Quadro 3: Resumo das Principais Atividades no Período de 2003-2007

Ano	Atividade
2003	- Criação do Programa Primeiro Emprego; -Início da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas de Juventude; -Criação da Comissão Extraordinária de Juventude (Cejuvent); -Início do Projeto Juventude do Instituto Cidadania; -Início da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, esferas e políticas públicas; -Criação da Rede Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma); -Realização do Salão Nacional da Juventude Rural;
2004	-Criação do grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude; - Início: Projeto Soldado Cidadão; Programa ProUni; Escola Aberta; Pronaf Jovem; Nossa Primeira Terra; -Realização das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional; -Realização do 1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis; - O MinC implanta os Pontos de Cultura;
2005	-Criação: da Secretaria Nacional da Juventude; Conselho Nacional da Juventude; Projovem; Escola de Fábrica; Proeja; Programa Juventude e Meio Ambiente; Comissão Especial sobre Plano Nacional de Juventude; Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Rejuma); - Relançamento do Projeto Rondon; - Consulta Pública sobre Política Nacional de Atenção à saúde Integral de Adolescentes e Jovens.
2006	- Criação do Juventude Cidadã; - II Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente; -II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural; -Lançado o Programa Saberes da Terra
2007	-Retorno do Grupo Interministerial de Juventude; -Lançamento do Projovem Integrado; -Lançamento da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas;

Fonte: Rodrigues (2008)

No ano de 2003 verificaram-se muitas iniciativas relacionadas às políticas de juventude. No primeiro semestre foi lançado o Programa Primeiro Emprego,

sob a coordenação, execução e supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo central deste programa era de combater “o desemprego juvenil por meio de ações que estimulassem a contratação de jovens no mercado formal de trabalho”. O público-alvo era os jovens entre 16 e 24 anos que não tinham experiência anterior em trabalho formal e que eram “provenientes de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e que apresentassem baixos níveis de escolaridade”. No entanto, o referido programa apresentou resultados insatisfatórios, assim, em 2005 a ênfase deslocou-se para os Consórcios Sociais da Juventude (CNJ) (Rodrigues; 2008:88). Mas também este não foi satisfatório, uma vez que, conforme afirma Leão (apud Rodriguês; 2008:89), esses Consórcios ‘não se reduzem numa política pública de emprego’.

No que se refere ao Poder Legislativo, iniciaram as atividades da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude (FPJ). Em maio foi instalada a Cejunvent, que foi “destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude”. Já em Setembro, em Brasília, ocorreu a Semana Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Neste mesmo mês em Luziânia/Goias, aconteceu o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente, onde foi criada a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (Rejuma). No que se refere à sociedade civil, iniciou-se o Projeto Juventude do Instituto Cidadania (IC) (Rodrigues; 2008:90).

Já em relação à juventude rural, aconteceu em Brasília o Salão Nacional da Juventude Rural, onde foi divulgada a “*Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical*”. Esta carta apresentava

“as reivindicações para a superação dos problemas enfrentados pela juventude rural. Segundo a Carta, as propostas surgem em virtude da inexistência de uma política nacional que contemple os interesses da juventude rural” (RODRIGUES; 2008:90).

No ano de 2004 há a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude, tendo início os programas: Soldado Cidadão, ProUni, Escola Aberta, Pronaf Jovem e o Nossa Primeira Terra. Aconteceram as Conferências Estaduais e a Nacional, e o 1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis (Rodrigues, 2008).

O Projeto Soldado Cidadão tinha por objetivo dar qualificação profissional a militares das Forças Armadas licenciados por término de serviço. Já o Programa Universidade para Todos (ProUni) é destinado “a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa em escola particular”. Trata-se de um programa que concede bolsas de estudos integrais e parciais em universidades privadas (Rodrigues, 2008:95).

O Programa Escola Aberta foi criado “a partir da cooperação entre Ministério da Educação e a Unesco”. Seu objetivo é “contribuir para melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz”. O programa visa proporcionar, nos finais de semana, espaços alternativos aos estudantes e às comunidades “para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de lazer, geração de renda”, etc. (Costa, 2009:15).

O Pronaf Jovem é um programa de crédito direcionado a jovens entre 16 e 25 anos, “que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional”, filhos(as) dos agricultores familiares enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Programa Nossa Primeira Terra, “busca valorizar e incentivar a participação qualificada dos jovens no Programa Nacional de Crédito Fundiário em termos como sustentabilidade, incentivo à organização social e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar”. O público alvo são os jovens entre 18-28 anos (Secretaria do Ordenamento Agrário).

Conforme constatamos no quadro 3, no ano de 2005 foram criados o Projovem, a Escola de Fábrica, Proeja, Programa Juventude e Meio Ambiente, a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, a Comissão Especial sobre Plano Nacional de Jovens, e a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e grupos de Juventude (Renaju). Também ocorreu o relançamento do Projeto Rondon.

O Poder Executivo editou em 1º de fevereiro a Medida Provisória nº 238. Em junho de 2005 esta medida foi convertida na Lei nº 11.129, e criaram-se: a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria- Geral da Presidência

da República; o Conselho Nacional de Juventude (Conjuv); e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

De acordo com Novais (2007:257) o Conjuv é um órgão que está voltado para implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas de juventude. Assim sendo, a autora destaca que as suas ações “devem incidir necessariamente sobre as relações entre os jovens e os adultos que se encontram nas famílias, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura e de lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias, etc.” (Novais; 2007:258). Para compor o Conselho foram convidados “representantes de todos os Ministérios e Secretarias Nacionais que desenvolvem programas voltados para juventude, a Frente Parlamentar de Juventude, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e associações de prefeitos”. Também foi convidada a sociedade civil, por meio dos movimentos juvenis, organizações não-governamentais e especialistas em juventude (Rodrigues; 2008:103).

Para Novais, o Conjuv seria “um dos espaços de construção contemporânea da ‘perspectiva de geração’”. O objetivo dele é “assegurar vias de emancipação dos jovens ampliando espaços de participação social”. A autora adverte que assim como a perspectiva de gênero não se refere apenas a mulheres, mas também à equidade nas relações entre homens e mulheres, “a ‘perspectiva de geração’ necessariamente aponta novas relações inter e intrageracionais e pressupõe políticas para/com/de juventude” (Novais; 2007:257).

O diálogo intergeracional “produz novas escutas e aprendizados mútuos”. Isso porque, assim como escutar os jovens é imprescindível, pois “só sabe o que é ser jovem hoje, quem é jovem no mundo de hoje”, em uma situação dialógica, os adultos também têm o que dizer. Isto se daria por dois motivos: primeiro “porque a conquista dos “direitos dos jovens” não pode ser desvinculada de outras conquistas históricas das quais participaram muitos daqueles que são hoje adultos”. Segundo, “porque o diálogo intergeracional visa uma aliança ancorada em valores de justiça social” (Novais; 2007:258).

Segundo Novais (2007), “o diálogo intrageracional reconhece a diversidade e amplia as possibilidades de participação dos jovens”. Os brasileiros que nasceram em datas próximas, estão socialmente distantes entre si. Isso porque

eles estão afastados enquanto a origem de classe, pelas relações de subordinação entre campo e cidade; pelas disparidades regionais, dentre outros (Novais, 2007).

A autora acrescenta que os jovens

que participam do movimento estudantil, das ONGs, dos projetos sociais de fundações empresariais, das pastorais católicas e evangélicas, das organizações de empreendedorismo, das chamadas ‘minorias’ de gênero, raça, orientação sexual, de grupos de jovens com deficiência, de redes regionais e movimentos culturais demarcam fronteiras simbólicas para construir suas identidades contrastivas (nós x eles) no interior da própria juventude” (NOVAIS; 2007:258-259).

O que se busca não é a homogeneização do “todo”, mas os “pontos de convergência que façam positiva diferença para concepção e implantação de políticas públicas para a juventude” (Novais; 2007:259).

O Projovem foi considerado pela autora, de forma exagerada, como uma oportunidade de “virar o jogo da exclusão”. Para Novais, a concepção moderna de juventude tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para maturidade. “Idealmente, o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho garantiria melhor passagem para vida adulta”. Mas o que se observou na prática, é que esta passagem não se deu em ritmos e modalidades homogêneos. Muitos jovens de “famílias pobres deixavam e deixam a escola para se incorporar prematuramente e precariamente no mercado informal de trabalho e/ou experimentar desocupação prolongada”. Levando em consideração o mencionado, o Projovem, programa considerado o carro-chefe da política de juventude, “visou garantir o retorno à sala de aula de jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série e não chegaram à oitava série do ensino fundamental e não tem carteira de trabalho assinada”. Mas, segundo a autora, o Projovem foi pensado como uma política emergencial, ou seja, “não veio para ficar” (Novais; 2007:272-273).

O Projeto Rondon foi criado em 11 de julho de 1967, sendo posteriormente relançado em 2005. Trata-se de um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa, tendo como parceiros a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). “O projeto envolve atividades voluntárias de universitários e busca aproximar esses estudantes da

realidade do país, além de contribuir, também, para o desenvolvimento de comunidades carentes” (Costa; 2009: 24).

O Escola de Fábrica foi criado pelo Ministério da Educação (MEC). Este programa oferece curso de iniciação profissional no próprio ambiente da empresa. O público-alvo são os jovens de 16 a 24 anos que estão “matriculados na rede pública de ensino fundamental ou médio ou nos programas educacionais do governo federal e tenham renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos” (Rodrigues; 2008:104).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja) tem por objetivo “ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular” (Rodrigues; 2008:104).

Já o Programa Saberes da Terra, oferece escolaridade gratuita para os “jovens de 15 a 29 anos, filhos de agricultores e pescadores, de comunidades quilombolas, assentamentos, escolas itinerantes e pequenas comunidades rurais, que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental na idade padrão” (Rodrigues; 2008:104).

O Programa Juventude e Meio Ambiente foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente. Seu público-alvo são os jovens entre 15 e 29 anos “que participam de Coletivos Jovens de Meio Ambiente e de organizações de juventude com atuação na temática socioambiental”. Neste programa são trabalhados o fortalecimento das organizações juvenis a partir de “cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, empreendedorismo, participação política e educomunicação” (Costa; 2009:18).

No ano de 2006 o Conselho Nacional de Juventude se dividiu em três Câmaras Temáticas: “Desenvolvimento Integral: trabalho, educação, cultura e tecnologias da informação; Qualidade de Vida: saúde, meio ambiente, esporte e lazer; Direitos Humanos: vida segura e respeito à diversidade”. Os trabalhos desse Conselho resultaram na publicação do livro “Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas” (Novais apud Rodrigues; 2008:108-109)

Foi criado o Juventude Cidadão, programa que oferece “formação em cidadania e direitos humanos, estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho” (Rodrigues; 2008:109).

Neste mesmo ano, em relação à juventude rural, ocorreu em Brasília o II Congresso da Pastoral da Juventude Rural. Neste evento foi publicada uma Carta endereçada ao presidente Lula onde se afirmava: “sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude na campo” (Pastoral da Juventude Rural, apud Rodrigues; 2008: 110).

No ano de 2007, de acordo com Rodriguês (2008), foi criada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas. Também foi um ano onde ocorreram algumas modificações nos programas direcionados à juventude, como o Agente Jovem, que passou a ser chamado de Projovem Adolescente, que teria como foco os jovens- adolescentes entre 15-17 anos. O Projovem se modificou em termo de faixa etária, ampliando esta para 18-29 anos, e em relação a escolaridades, agora para participar deste programa basta saber ler e escrever.

Foi criado o Projovem Campo que tem como público alvo os jovens entre 18-29 anos. Seu objetivo é “fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade, e qualificação e formação profissional” (Secretária Nacional de Juventude, sp).

Foram unificados os programas de qualificação profissional: Consórcio Social, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, sendo agora em conjunto, chamados de Projovem Trabalhador.

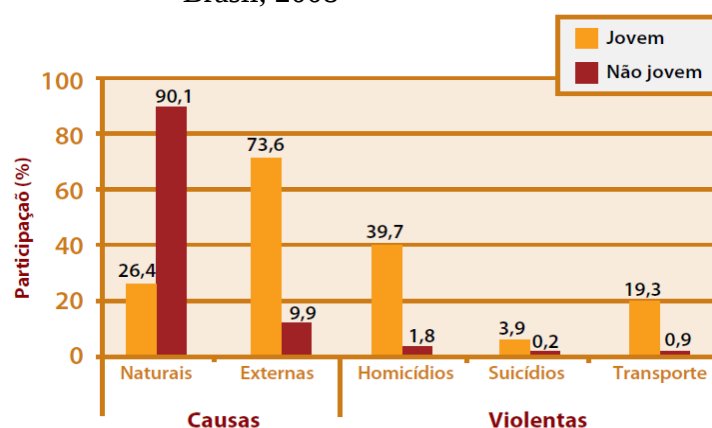
Estas modificações foram lançadas em Setembro de 2007 em uma cerimônia no Museu da República onde foi lançado o Projovem Integrado. Assim, “todos aqueles seis programas passaram a ser chamados Projovem, dividindo-se em quatro modalidades: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador” (Rodrigues; 2008:112).

Apesar de todas as iniciativas das políticas públicas voltadas para a juventude elas ainda não conseguiram reverter o quadro de violência que atinge este segmento da população. De acordo com o Mapa da Violência de 2011 (Gráfico 1) são os jovens que mais morrem vítimas de causas não naturais, sejam elas causas externas ou homicídios.

Em relação aos óbitos por homicídio, o gráfico 2 demonstra que até 12 anos de idade, o número de vítimas é relativamente baixo, representado 32,6 vítimas no ano. Já partir dos 13 anos, “o número vai crescendo rapidamente, até atingir o pico de 2.304 na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de

homicídios vai caindo lento e gradativamente” (Mapa da Violência; 2011:42). Dessa forma, devemos relativizar as análises muito otimistas, pois apesar dos avanços ainda há muito que se fazer para que realmente o quadro de exclusão e violência seja revertido.

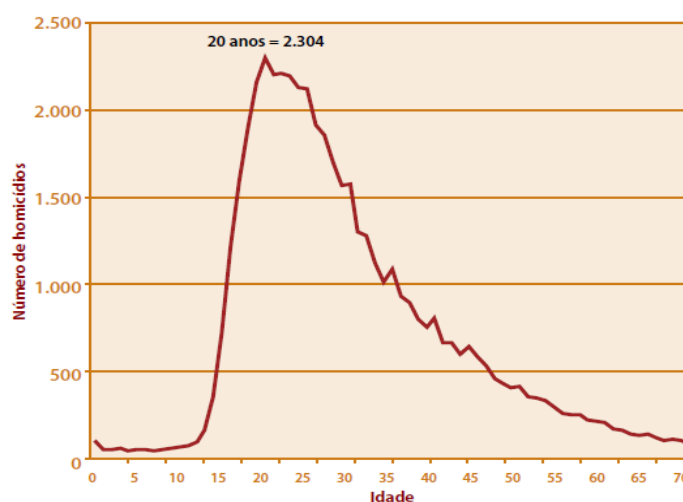
Gráfico 1: Causas da Mortalidade de Jovens e não Jovens no Brasil, 2008



Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Mapa da violência (2011:12)

Gráfico 2: Número de Homicídios por Idade, 2008



Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Mapa da violência (2011:42)

Em relação à juventude rural, a tabela 7, apresenta os programas direcionados a este público. Castro et al (2010) destacam as políticas de juventude

no meio rural são basicamente direcionadas para garantir o acesso: a terra, financiamentos e escolarização

Tabela 7: Programas Direcionados à Juventude Rural

Programas do Governo Federal				
Órgão Governamental	Nome do Programa	Ano de Implantação	Área de Atuação	Região de Abrangência
Coordenado pelo INCRA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	1998	Educação	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.	1999	Educação e Social	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA)	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) / NOSSA PRIMEIRA TERRA	2003	Cultura, Educação e Trabalho.	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA)	Arca das Letras	2003	Educação, Lazer e Cultura.	Nacional
Ministério da Educação - Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (SEEA/MEC)	Brasil Alfabetizado	2003	Educação	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA)	PRONAF Jovem	2004	Desenvolvimento Rural	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego (MDA/MTE)	Consórcio Social da Juventude Rural	2004	Acesso a bens e serviços	Nacional
Ministério da Educação (MEC)	Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate)	2004	Educação	Nacional
Ministério da Educação (SETEC/MEC)	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de EJA (PROEJA)	2005	Educação	Nacional
Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministérios de Educação (Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e de Educação Profissional e Tecnológica); Ministério do Trabalho e Emprego (MDA/SECAD/SEPT/MEC/MTE)	Saberes da Terra	2006	Educação	Nacional
Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego (MEC/MTE)	Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep)	-	Educação	Nacional

Fonte: Castro et al (2005:sp)

Além dos projetos descritos na tabela 7, existem outros direcionados ao jovem rural como o Projeto Terra Negra Brasil. Ele foi desenvolvido especialmente para promover acesso à terra aos jovens de comunidades negras rurais (Carvalho, 2009).

Em relação ao Estado de Minas Gerais, destaca-se o Transformar, programa executado pela Emater em parceria com o Governo de Minas, e que tem por objetivo “promover ações que proporcionem oportunidades de aprimoramento profissional, produção, trabalho e renda para a juventude rural em suas comunidades, na perspectiva de constituição de uma nova classe rural”. Neste programa, verificamos uma abertura para atividades não agrícolas (Emater-MG, sd). Os beneficiários deste são:

agricultores familiares, filhos e filhas de agricultores familiares, com idade entre 16 e 29 anos que exerçam atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, ou ações relacionadas à gestão social de programas e projetos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável (EMATER-MG, sd)

De acordo com Costa (2010) observa-se que as políticas voltadas para a juventude rural, de modo geral, demonstram preocupação em contornar ou formular medidas para a tendência migratória dos jovens e para os conflitos existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Desta forma:

Na tentativa de responder a estes desafios, as políticas públicas formuladas se concentram na via tradicional de propor soluções através das atividades econômicas para os jovens. O grande problema, entretanto, é que as políticas públicas formuladas para o jovem rural priorizam atividades agrícolas como sendo as únicas possíveis, considerado-as como formadoras de uma identidade rural à qual o jovem ainda teria que se formatar. Nesse sentido é interessante observar que, em se tratando do governo federal, as políticas públicas para os jovens rurais estão concentradas, sobretudo, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (COSTA; 2010:89-90).

O autor chama a atenção para o fato de que o rural não pode mais ser visto apenas pelo viés agrícola. Para os jovens que desejam permanecer no meio rural,

faz-se necessário pensar outras possibilidades de sustentação econômica que incluam atividades econômicas não agrícolas.

De acordo com Kageyama (apud Doula et al; 2010), o mundo rural foi tradicionalmente considerado como sendo o “mundo das atividades e ocupações agrícolas”, onde as atividades seriam realizadas em um ambiente predominantemente natural. No rural as comunidades teriam uma densidade populacional menor, e uma divisão do trabalho menor, assim como menor seriam os contatos e a possibilidade de mobilidade social. No entanto tal visão está ultrapassada, diante da comunicabilidade existente hoje entre o rural e o urbano.

Doula et al (2010) acrescentam:

para melhor situar os desafios das políticas públicas focalizadas na juventude há a necessidade de se compreender com mais profundidade as novas configurações socioespaciais e simbólicas do rural contemporâneo. A ampliação da malha rodoviária e das tecnologias comunicacionais, bem como o seu acesso, vem aumentando a integração cultural entre o meio rural e o urbano, acompanhando e reforçando as mudanças em nível econômico, as quais se manifestam em torno da aproximação do mercado de trabalho e de serviços entre campo e cidade (DOULA et al; 2010:77).

Como verificamos, face às tecnologias e transformações estruturais, o rural não se encontra isolado; atualmente a interação entre o meio rural e urbano é maior, e com isso começamos a verificar novas configurações no campo, novos arranjos e negociações que precisam ser analisadas em maior profundidade.

A juventude rural estaria vivendo em maior intensidade estas transformações do rural, e conforme já apresentamos, as políticas direcionadas a eles ainda privilegiam, em sua maioria, as atividades agrícolas e não percebem que o jovem começa a vislumbrar atividades não agrícolas como forma de permanecer no rural. Com os jovens rurais de territórios quilombolas não é diferente.

5.3- Políticas Públicas para Quilombolas

A política de reconhecimento quilombola permitiu a emergência de um ator social diferenciado. Em contextos rurais, os quilombolas permaneciam na invisibilidade, encobertos sob designações genéricas de população rural. Atualmente, com a política em questão, um novo ator social surge, o quilombola rural. Este novo ator é alvo de políticas públicas específicas que têm tentado reverter o quadro de exclusão a que foram submetidos ao longo dos anos.

Ao revermos a história do Brasil, identificamos vários momentos em que os negros foram alijados de seus direitos. A eles foram negados o direito à cidadania, à posse da terra, dentre outros. Eles foram submetidos a todo tipo de infortúnio, exploração e exclusão. Sua cultura não foi valorizada e tiveram que travesti-la com os elementos da cultura dominante.

Diante das arbitrariedades que sofreram, os negros não permaneceram passivos, conformados, mas lutaram e ainda lutam por garantias de direitos. Nessa luta, destaca-se o Movimento Negro que contribuiu para que o Quilombo fosse introduzido na Constituição Federal de 1988. A partir da publicação desta, observou-se que o Estado veio paulatinamente desenvolvendo ações e políticas públicas de reparação e afirmação.

No histórico de ações voltadas para este segmento, destaque para a publicação do Artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, a publicação do decreto nº 4.887/2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas (SEPPPIR), da Fundação Cultural Palmares e do Programa Brasil Quilombola. Esses três últimos têm desenvolvido ações direcionadas às comunidades quilombolas e aos negros, contribuindo para valorização e preservação da cultura afro-brasileira e do território onde viveram e vivem os negros há gerações.

Antes de descrevermos tais políticas, vale a pena revermos por meio do livro *“Políticas Públicas e ações Afirmativas”*, de autoria de Dagoberto José Fonseca, como foram tecidas ao longo da história do Brasil as políticas públicas destinadas à população negra. O autor, por meio de uma análise histórica, revela os diversos atores e interesses que estavam por detrás da formulação e execução dessas políticas. Ainda são abordados, de forma crítica, os diferentes contornos

que nossos dirigentes deram à questão do negro, como as leis e decretos foram formulados e executados e como elas ainda não deram conta de mudar a situação de exclusão e racismo a que essa população enfrenta desde há muito tempo. O autor parte da premissa de “que é impossível abordar as políticas públicas e as ações afirmativas sem considerar a pluralidade de forças sociais envolvidas” (Fonseca; 2009:12).

As políticas, os decretos e as ordenações foram pautados pela presença ativa e majoritária da população negra que foi protagonista de parte considerável da legislação vigente entre os séculos XVI e XIX. No entanto, conforme afirma o autor, tal legislação não foi elaborada pela população negra; ao contrário, as leis visavam alijar os negros política e juridicamente dos benefícios sociais construídos com seu esforço. O autor ainda faz uma breve análise das leis abolicionistas no Brasil imperial: a lei do fim do tráfico, a lei dos sexagenários, a lei do ventre livre e a lei da abolição da escravatura. Essas leis não “eram apenas favoráveis aos negros escravizados, elas também favoreciam paradoxalmente aos barões do café e a outros escravistas, que inclusive participaram da elaboração de certas leis”. Dessa forma, conforme aponta o autor, a legislação do império não foi elaborada, votada e promulgada sem a participação de escravistas (Fonseca; 2009:57).

Em relação ao período pós - abolição, o autor afirma que a princesa Isabel, em uma carta ao Visconde de Santa Rita em 11 de agosto de 1889, chegou a tratar da reforma agrária para os ex-escravos. Mas logo se deu o golpe republicano, e as propostas feitas pela princesa não foram aprovadas. Na opinião do autor, se elas tivessem sido aprovadas, não teria ocorrido o imenso êxodo rural que atingiu as principais cidades do país na virada do século XX. “A reforma agrária teria assegurado à população livre e recém - liberta as condições efetivas para sua subsistência em terra própria, sem que precisassem sofrer os infortúnios do racismo no dia a dia das cidades brasileiras” (Fonseca; 2009:74).

As medidas dos republicanos e dos liberais davam conta de que se a reforma agrária acontecesse, ela levaria não somente à democratização da terra, mas também à democratização da produção agrícola no campo. As populações quilombolas, como em Palmares, cultivavam vários tipos de culturas. “A produção de policulturas estabelecida por negros quilombolas não visava à

constituição de excedentes ou lucro, nem mesmo cansar e exaurir a terra e o ecossistema”. Tal realidade ainda permaneceria nos dias de hoje, segundo o autor, na “agricultura plural de subsistência das roças quilombolas e indígenas e dos pequenos agricultores” (Fonseca; 2009:74).

A República Velha, de acordo com o autor, manteve todo o “ranço escravista e racista do período anterior, não enxergando no então cidadão negro um potencial trabalhador que pudesse contribuir com o desenvolvimento do país”. Os dirigentes e intelectuais da época incentivaram a imigração no intuito de elevar o índice de população branca. “Boa parte dos intelectuais acreditava que o caminho natural da sociedade brasileira era o branqueamento” (Fonseca; 2009:75-77). Entretanto, esse projeto miscigenador não obteve os resultados esperados; além disso, havia outro problema, “uma população que não se via branca, mas também não se queria preta ou negra”. A população mestiça buscava o diálogo com brancos e negros, isso porque não queria viver sob a égide da exclusão. Dessa forma, teria surgido a flexibilização do branqueamento, por meio de outras terminologias (Diegues Jr., apud Fonseca; 2009:84), como pardo, moreno, mulato, sarará, preto-aço, terceiro, etc.

Para Fonseca essa “lógica de cores tem contribuído para mascarar a origem africana da população, minimizando seu potencial político na esfera social ao subtrair paulatinamente o sentido de pertencimento etnorracial desses homens e mulheres” (Fonseca; 2009:84).

Em 1930 a sociedade brasileira presenciou mudanças, uma série de restrições à imigração foram aprovadas, o que propiciou o surgimento de ações para proteger, legalizar e legitimar a mão de obra nacional. Essas ações permitiram “a constituição de uma massa de trabalhadores nacionais que antes não eram admitidos no mundo formal do trabalho, especialmente os negros, sempre preteridos pelos brancos nacionais e estrangeiros, bem como pelos asiáticos” (Fonseca; 2009:85).

Para o autor, “as políticas públicas de ações afirmativas, tão em voga em meados dos anos 90, continuam a ser apenas um debate midiático na sociedade brasileira e uma grande vitrine para os governantes, militantes e movimentos sociais e partidos”. Isso, porque a quantidade de políticas públicas empreendidas no país é irrisória (Fonseca; 2009:104).

Para Fonseca, a criação de órgãos governamentais não dá conta da realidade social a ser transformada. Esses órgãos não têm condições políticas de diminuir a vulnerabilidade dos negros nos últimos trezentos anos. O autor ainda acrescenta que a criação destes órgãos não são políticas de Estado, mas de um governo. Por isso, eles não têm a continuidade esperada, nem quando o presidente é o mesmo, pois os acordos são outros e devem atender a múltiplos e novos interesses.

5.4- O Quilombo nas Políticas Públicas (1988-2011)

Após a aprovação do texto Constitucional, em agosto de 1988, o Ministério da Cultura criou a Fundação Cultura Palmares (FCP). O objetivo desta era “potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, formulando e implantando políticas públicas”. Na época a FCP tinha a responsabilidade de definir se as comunidades negras eram quilombolas, para que assim fossem registradas como tal (Reis, sd, sp).

No ano de 2001 em Durban, África do Sul, a ONU realizou a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de intolerância. Após a realização dessa conferência, observaram-se no Brasil grandes articulações entre o Movimento Negro, ONGs e governo, na luta pelos direitos humanos. Assuntos como as cotas nas universidades e nos ministérios passaram a ser amplamente discutidas. Foi justamente neste contexto, de garantias de direitos, que se inseriu a questão quilombola (Silva; 2011:6).

Até 2002, os problemas que obstaculizavam o processo de regulamentação fundiária e também a construção de políticas públicas estavam relacionados à concepção de quilombo aceita pelos governantes. O que prevalecia era uma visão meramente cultural e com limites teóricos do próprio conceito de cultura (Reis, sd).

Neste mesmo ano retirou-se do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a missão de identificar, delimitar, demarcar e titular as

terras de quilombolas e transferiu-se estas competências para a Fundação Cultura Palmares. Foi ainda publicado o decreto nº 3.912/2001 que definia que só poderia ser reconhecida a propriedade sobre a terra das comunidades que eram ocupadas por quilombos em 1988 e também por aquelas que eram ocupadas por remanescentes de quilombo, em 5 de outubro de 1988 (Reis, sd).

Essa face, considerada pelo autor como sendo contraditória e equivocada, foi superada em 2003. Neste ano foram criadas a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPRIR), e a edição do decreto nº 4.887/2003 que revogou o decreto nº 3.912/2001. No novo regulamento observa-se a atualização do conceito de quilombo e terras quilombolas. As competências de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras, retornam para o INCRA (Reis, sd).

A partir da publicação do decreto nº 4.887/2003 ficou definido quem são os sujeitos de direito. E o critério da autoatribuição passou a vigorar.

Decreto nº 4.887/2003:

Art. 2º- “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (DECRETO Nº 4.887/2003).

O Art. 17º do mesmo decreto estabelece que o título de posse seja coletivo. Assim, as terras são tituladas em nome da associação de moradores da comunidade, e é essa entidade que estabelece quem faz e quem não faz parte da comunidade.

Art. 17º - A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pro - indiviso as

comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatoria inserção de clausula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade (DECRETO Nº 4.887/ 2003).

O fato de a posse da terra ser coletiva demonstra uma clara pretensão de proteção ao patrimônio físico, a terra. Sabemos da importância da preservação da cultura negra e dos meios que a asseguram; a terra sem dúvida é importantíssima neste sentido, pois alguns autores têm demonstrado que a identidade desses sujeitos também se manifesta nas relações estabelecidas com o território, ou seja, com a terra.

O decreto nº 4.887/2003 devolve ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, a responsabilidade de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. A cargo da Fundação Cultural Palmares ficou a responsabilidade de registrar as comunidades no Cadastro Nacional de comunidades quilombolas para ser emitida a certificação.

Neste mesmo ano, no dia 21 de março de 2003 (data onde se comemora o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial) foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPRIR). Esta secretaria tem por missão estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país.

Seus principais objetivos são:

- Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

- Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica;
- Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, sd).

Em 2004 o Brasil passou a se adequar às demandas internacionais. Em 1991 entrou em vigor a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a partir de então, o Estado reforça seu papel nas definições de políticas que atendam as demandas dos grupos étnicos. “No Brasil o texto dessa Convenção é promulgado através do decreto Presidencial nº5051 em abril de 2004” (Silva; 2011:6).

Neste ano é lançado o Programa Brasil Quilombola, programa inserido nos planos plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011. Este programa representou a “consolidação de uma decisão política constituída com a participação do movimento quilombola” (Reis, sd,)

O Programa Brasil Quilombola é de autoria do MDA por meio da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Brasil, 2005). Trata-se de uma iniciativa com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e no Decreto 4887/2003. Sua finalidade é “coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil” (Brasil, apud Carvalho; 2009:41-42). O objetivo desse programa é desenvolver uma metodologia que permita o desenvolvimento sustentável quilombola. Silva (2011) acrescenta que este programa desenvolve ações de garantia de acesso a terra, educação, saúde, desenvolvimento local, programas sociais. Ele também busca desenvolver ações de preservação das manifestações culturais.

De acordo com Silva (2011) estão envolvidos neste processo 23 ministérios e órgãos federais, divididos enquanto atribuições da seguinte maneira:

- 1- Ministério do Desenvolvimento Agrário: regularização fundiária;
- 2- Fundação Cultural Palmares: registro das comunidades;
- 3- Ministério de Minas e Energia: luz para todos;
- 4- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Bolsa família;
- 5- A SEPPIR, Caixa Econômica, Petrobrás e outros: desenvolvimento local;
- 6- Ministério de Desenvolvimento Agrário: desenvolvimento agrário.

Em relação às ações o Programa Brasil Quilombola prevê:

- Racionalizar o uso de recursos naturais, enfatizando métodos de produção agroecológicos;
- Incorporar a dimensão de gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos de cidadania existentes nestas comunidades, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero;
- Incentivar os governos estaduais e municipais na promoção do acesso de quilombolas às políticas públicas;
- Fortalecer a implementação das ações governamentais junto às comunidades remanescentes de quilombos;
- Estimular o protagonismo dos quilombolas em todo processo de decisão, fortalecendo sua identidade cultural e política;
- Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas.

Outra importante política para as comunidades rurais é a Política Nacional de Ater (PNATER), publicada em 2004 e “surge como guia ao novo caminho que se pretende traçar para a extensão rural no Brasil”. Este documento se pauta em

pressupostos agroecológicos e se “assume como proposta pedagógica humanista e dialógica na qual o produtor rural se insere como agente participativo no processo de desenvolvimento rural sustentável”. Além disso, a ação do extensionista passaria a seguir paradigmas educacionais (Santos e Doula, 2008).

A PNATER elenca como público atendido os produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultura. Um de seus pilares fundamentais de sustentação é “o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas” (MDA, 2007).

De acordo com Carvalho (2009)

a PNATER, como projeto social, conseguiu visualizar as variáveis que ocorrem no campo e a demanda social. Entretanto, a grande dificuldade é a operacionalização desta política graças à diversidade de grupos sociais beneficiários (Carvalho; 2009:44).

A aplicação e operacionalização da PNATER nas comunidades quilombolas não é tão fácil, existem algumas dificuldades que precisam ser superadas para que essas comunidades tenham seus direitos assegurados. De acordo com Carvalho (2008:44) essas dificuldades são: “falta de articulação dos saberes locais; entidades de Ater não aceitam os quilombolas como agricultores familiares; e despreparo de formação dos extensionistas para trabalhar com comunidades quilombolas” .

Santos e Doula (2008:75) acrescentam que em relação à PNATER e ao Brasil Quilombola, percebe-se que há uma espécie de duplicidade de funções e premissas. Mas, a oferta dupla de propostas não garante que os quilombolas obtenham seguridade de seus direitos em termos fundiários e de desenvolvimento sustentável. Isso ficou comprovado em um levantamento em seis municípios mineiros onde há comunidades quilombolas. As autoras constataram que esses atores sociais ainda enfrentam certa invisibilidade no cenário socioeconômico e cultural dos municípios em que se localizam. Foram mapeadas 10 comunidades: dessas, apenas quatro são assistidas enquanto comunidade quilombola; uma é

reconhecida nas instâncias locais, mas não é assistida nem como remanescentes, nem como pequenos produtores rurais; e as outras cinco simplesmente não ‘existem’ para as instâncias oficiais.

As autoras constataram que a nível federal há documentos que reconhecem a importância dos remanescentes de quilombo no cenário cultural do Brasil, o que fica evidente com a implantação de políticas e ações para este segmento. No entanto, no âmbito local, existem comunidades que ainda experimentam a invisibilidade, “não ocupam lugar nas redes sociais nos municípios nos quais se situam, na medida em que não se reconhecem ou que não são reconhecidas como quilombolas, inclusive por agentes sociais responsáveis pela implantação das políticas públicas (Santos e Doula; 2008:75).

Muitas comunidades são dependentes de agentes externos para darem continuidade ao processo de titulação. Quando o acompanhamento por algum motivo deixa de ser feito, as ações em prol da titulação para. Algumas comunidades, como a Bom Jardim, no município de Visconde de Rio Branco-MG, ainda não deram entrada com o pedido de titulação das terras junto ao INCRA, parando apenas na certificação. A justificativa dada pela comunidade é a falta de apoio externo. A comunidade era assistida por uma extensionista da Emater, mas devido a sua transferência para outra cidade, a comunidade ficou sem apoio.

Já no âmbito da cultura destacamos o projeto “A Cor da Cultura”. Este teve início em 2004 e foi fruto da “parceria entre o MEC, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura, Petrobras e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN)”. Tal projeto está apoiado na Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história da África e dos negros nas escolas brasileiras. O projeto já está na fase 2 e é composto pelos programas: Heróis de Todo Mundo, Mojubá, Livros Animados, e Nota 10.

HERÓIS DE TODO MUNDO – DVD’s que têm o papel de difundir a história de heróis negros que não constam nos livros de história e que consagram a presença do negro no Brasil, para além do período escravocrata. Cada vídeo tem duração de um minuto e trinta segundos.

MOJUBÁ – DVD’s que mostram a riqueza do patrimônio dos afrodescendentes e sua relação com os

movimentos de resgate da cultura local e hábitos atuais do povo brasileiro. São manifestações populares que fazem parte da herança cultural africana que moldou a identidade brasileira por meio de ritos, festas, tradições. São abordadas especialmente a culinária, a literatura e a história.

LIVROS ANIMADOS – Incentivar a leitura e difundir entre crianças e educadores de todo o país lendas e contos africanos e afro-brasileiros, bem como a produção dos principais autores e ilustradores nacionais, por meio de animação da história original e ilustrações dos respectivos livros produzidos recentemente.

NOTA 10 – Consiste em programas de televisão, veiculados pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, voltados a educadores e pais, que apresentam diferentes metodologias de ensino em que são registrados o trabalho de educadores e escolas que participaram do projeto na Fase 1 (SEPPIR, 2011).

Essas iniciativas são importantes para se difundir representações sociais positivas sobre o negro e sobre os remanescentes de quilombo, e assim contribuir para quebrar estereótipos engendrados pela cultura hegemônica durante anos.

Conforme verificamos neste capítulo, o jovem rural quilombola está imerso em um campo de possibilidades nas quais ele poderá se identificar ou não. Percebemos que a maioria das políticas públicas apresentadas está tentando imprimir uma identidade ainda ligada às tradições rurais agrícolas. Mas será que os jovens rurais quilombolas estão se identificando com elas? A resposta será dada no capítulo seguinte.

6- O UNIVERSO EMPIRICO

Este capítulo versará sobre a pesquisa empírica. Para falar da juventude rural quilombola, foi necessário situá-la em seus contextos sociais, revelando os conflitos que ela tem enfrentado para que dessa forma possa haver uma melhor compreensão de suas identificações culturais. Desse modo, este capítulo tem como objetivo descrever o local onde a pesquisa foi feita, a forma como os jovens são vistos pelos agentes externos e pela geração mais velha, o cotidiano dos jovens, assim como suas identificações culturais, projetos e modos de vida.

6.1- Histórico de Piranga: As formações Quilombolas e o Legado Cultural Negro.

Piranga chamava-se inicialmente Guarapiranga. O Códice Costa Matoso traz o significado de Guarapiranga como sendo “pássaro vermelho”:

[...] E como naquele tempo havia muito pássaro vermelho no rio, e pequenos, intitularam ao rio Guarapiranga, que é o que quer dizer este nome (guará, vermelho, Piranga, pequeno), e lhe ficou o nome a este distrito dos ditos pássaros (COSTA MATOSO, 1999:257).

Os primeiros a explorar o território de Guarapiranga foram Francisco Rodrigues de Siqueira (Capitão Sirigueio) e Manuel Pires Rodovalho, em 1691. Eles vieram na bandeira oriunda de Taubaté-SP (Costa Matoso, 1999).

Depois desta bandeira, em 1692, a coroa portuguesa, ordenou o coronel João Amaro Maciel Parente, filho do mestre Estevão Ribeirão Baião, governador das Armas da conquista da Bahia, para estabelecer uma base de operação oficial de colonização da região e das Minas Gerais. Considerando a região de Guarapiranga, como berço das Gerais, devido à vinda do coronel João Amaro Maciel Parente, um membro da Ordem de

Cristo, um oficial experiente da coroa, que antes de sua vinda para estas bandas, tinha sido derrotado pelos guerreiros de Zumbi dos Palmares (GOMES, sd, sp).

João Amaro Maciel chegou a Guarapiranga trazendo onze escravos da Guiné e mais sete índios Carijós. Estabeleceu-se na região de São Miguel, às margens do Rio Piranga. Nesta região se iniciou a fundação do arraial. Uma base de operações foi montada e

logo se transformou numa grande fazenda, com casas de moradia, um engenho, uma moenda, um canavial de 4 a 5 alqueires, grandes roças de milho e outros cereais, arvoredos, benfeitorias, em ambas as margens do rio, especificamente nas regiões que hoje compreendem a Barra e o São Miguel (GOMES, sd, sp).

Em 1694 começaram a edificação de uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição que ficou pronta em 1695. Neste mesmo ano, foi enviado pelo Sr. Bispo do Rio de Janeiro, um vigário, Pe. Roque Pinto de Almeida (Costa Matoso, 1999). A partir de então, segundo Gomes (sd, sp), o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, teve início oficial.

Em 1704, o Bandeirante, sobrinho e neto do Capitão João Siqueira Afonso, descobriu minas em Guarapiranga. Tratava-se de “lavras a céu aberto, no ribeirão que denominaram Córrego das Almas, em homenagem aos seus parentes”. A partir da descoberta do ouro várias pessoas foram chegando ao arraial. Em 1718 o Rei Dom João V institui “as cinco primeiras paróquias das Minas Gerais, a de Guarapiranga era uma delas, apesar de desde 1704”, já funcionar como uma verdadeira paróquia (Gomes sd, sp).

No dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de autoria de Waldemar Barbosa, consta que a região foi palco da Guerra dos Emboabas entre 1708-1710. O capitão-mor, o português Rafael da Silva e Souza evitou que os paulistas causassem mal a Guarapiranga desviando o combate entre os Emboabas e os paulistas. Segundo Gomes (sd, sp) o combate foi desviado para a região do Bacalhau, na fazenda da Cutia, hoje Santo Antônio de Pirapetinga; dessa forma o arraial ficou preservado.

Em 1721, o coronel João Amaro Maciel, antes de morrer, “deu alforria a muitos de seus escravos. Estes fundaram um Quilombo e o chamaram de Santo Antônio do Guiné” (a comunidade conserva esse nome até os dias atuais). Para marcar sua posse, os escravos alforriados plantaram um Jequitibá e deram o nome de Jequitibá dos Palmares, árvore que vive até hoje, para comemorar a liberdade. A árvore está localizada na região de Palmeiras, onde está a comunidade de remanescente de quilombo de Santo Antônio do Guiné; ela possui 23 m de altura, 6,20 m de circunferência e mais de 300 anos. “O símbolo da liberdade” é protegido por lei orgânica municipal (Gomes, sd, sp).

Em 1745, Guarapiranga teve um grande impulso devido à mineração de ouro na região com “as minas produzindo o máximo de sua exploração e cada vez mais gente” foi chegando e espalhando-se por todo o “Grande país do Guarapiranga”. Em 1758 “a igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga atinge o estágio final e a paróquia é a terceira mais rica da capitania das Minas Gerais” (Gomes, sd, sp).

As minas de ouro em Bacalhau e em Pinheiro, somadas com as da freguesia de Guarapiranga, fizeram da região um importante centro aglutinador de obras dos mestres do Barroco Mineiro (Mestre Piranga, Xavier Carneiro, a família do mestre Ataíde, padre Félix (irmão de Aleijadinho) (Gomes, sp, sd).

De acordo com Venâncio (1997:sp), em Guarapiranga, o ouro “era explorado nos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, ou então nas vertentes da Serra da Piedade e do Tatu”.

Segundo o autor, “as terras que ficavam nas margens dos rios também prestavam-se à atividade agrícola”. A atividade aurífera era por muitas vezes associada à produção de alimentos. Tal fato permitiu “o desenvolvimento de uma incipiente agricultura mercantil de subsistência, produtora de milho, banana, mandioca e cana-de-açúcar”. O autor acrescenta que ao se analisar os inventários, não era raro encontrar registros de “numerosos engenhos e alambiques de cobre nas imediações do arraial ou nas paróquias vizinhas”.

Após a decadência da exploração do ouro, a partir de 1750, Guarapiranga se transformou em “região agrícola, abastecendo as demais regiões auríferas. A partir de então, o comando da região passa para os “grandes fazendeiros, os senhores de grandes plantações e criadores de gado, concentrados nas tradicionais

famílias da região, tais como os Badarós, os Vidigal de Barros, os Carneiros, os Lanas, os Alvins, os Ferreira Maciel, e outras” (Gomes, sd, sp).

Em 1750 havia 5.200 pessoas em Guarapiranga. Já em 1831, segundo censo realizado pelo juiz de paz, Guarapiranga tinha 1.372 livres e 633 cativos, totalizando 2.005 habitantes. Conforme se verifica, em 81 anos, a população diminuiu em 3.195 habitantes. Segundo consta, a região foi mais intensamente povoada entre os anos de 1753-1756 (Dicionário Histórico e Geográfico)

O arraial foi elevado à categoria de vila em 1841, “com a instalação do município desmembrado do de Mariana (Lei Nº 202, de 1º de abril de 1841)” (Dicionário Histórico e Geográfico). Naquela época a freguesia do Guarapiranga possuía 12 distritos. Foi somente em 1923, que o nome mudou para Piranga (Gomes, sd, sp).

6.2-A Resistência Negra em Guarapiranga e seu Legado Cultural

Conforme relatado, os primeiros escravos africanos que chegaram a Piranga pertenciam ao Cel. João Amaro Maciel. Com a morte do coronel, os escravos alforriados por ele fundaram o quilombo de Santo Antônio do Guiné.

Segundo Marco Antônio Gomes (diretor do Arquivo do Conhecimento Cláudio Manuel da Costa), outros bandeirantes chegaram e trouxeram consigo escravos pertencentes às nações africanas, principalmente do Congo, Angola, Moçambique, etc. Estes escravos trabalhavam nas terras auríferas, e ao longo do Rio Piranga, que naquela época era chamado de o Rio da Peste.

O Cel. João Siqueia Afonso também trouxe vários escravos, estes trabalharam nas minas do Sumidouro, Pinheiro, Bacalhau, e ao longo do Córrego das Almas (Ribeirão Itororó). Os filhos do Cel. Furtado de Mendonça também possuíam centenas de escravos, isso sem contar outros bandeirantes que se estabeleceram na região. Assim, a população escrava de Guarapiranga era de 75 % da população total da região, na época. Os escravos desta região fundaram o quilombo de Santo Antônio do Pinheiro. Para o historiador local, a comunidade permanece intacta em suas origens e tradições de seus antigos ancestrais (Gomes,

sd, sp) o que demonstra que ainda há aqueles que olham para as comunidades quilombolas como se sua cultura permanecesse “frigorificada”, sem alterações.

Com o fim da Guerra dos Emboabas, vários escravos foram alforriados. Esses se reagruparam em três quilombos: Quilombo de Santo Antônio do Guiné, Quilombo de Santo Antônio do Bacalhau e Quilombo de Santo Antônio do Pinheiro. Outras regiões também tiveram escravos que se agruparam em pequenas comunidades (Gomes, sd, sp).

Segundo Gomes (sd,sp) a influência negra era tão importante na região que a igreja autorizou, a partir de 1740, a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; esta irmandade construiu “várias capelas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, ao longo do Vale do Piranga” .

Para o autor, a influência negra na cultura local se expressa na alimentação, na religiosidade, nos remédios, lendas e linguajar. Há até hoje as bandas de congo e as “corporações musicais, que nasceram no seio dos homens de cor”.

Conta-se, que a festa do Congado se originou com as solenidades típicas realizadas pelo ex-escravo e seus seguidores em ocasião às festas dos Reis Magos, em janeiro, e de Nossa Senhora do Rosário, em outubro. Tais festejos eram animados com músicas e danças de origem africana e organizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (WWW.piranga.com.br).

No Vale do Piranga não foi diferente, havendo grandes festejos em Guarapiranga, dada a finalização da construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do arraial da freguesia. Para tal comemoração, a Irmandade criou a Banda de Congado de N. Sra. do Rosário e, no dia 8 de dezembro de 1758, ocorreu a “puxada do mastro”, fincando-o na praça do Rosário, fato que originou a famosa e tradicional Festa do Mastro (WWW.piranga.com.br).

Com o passar dos tempos, foram criadas mais bandas de congado oriundas de outros quilombos e que também participam da grande festa. Mesmo assim, o rito continua o mesmo, iniciando-se com a fincada do mastro no dia 8 de dezembro, sendo este retirado no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, quando é fixado em alguma casa na roça, de onde é retirado apenas com o início de uma nova edição do festejo. (WWW.piranga.com.br).

Silva (2011), ao analisar 81 inventários *post-mortem* do período de 1840 a 1888, constatou, que a média de escravos por pequenos proprietários era de 8,6. Para os médios era de 4,4 escravos, já os grandes era de 13,7.

Em relação à procedência dos escravos (Tabela 8), estes vieram em sua maioria (84,7 %) da região Centro-Oeste da África, sendo que da África Ocidental vieram 11,95 % e da África- Oriental 3,4 %.

Tabela 8: Procedência Africana dos Escravos em Piranga (1840-1888)

Procedência Africana Conhecida				
	1840-49	1850-59	Total	%
Centro-Oeste Africano	28	22	50	84,7
África Ocidental	2	5	7	11,9
África Oriental	1	1	2	3,4
Total	31	28	59	100

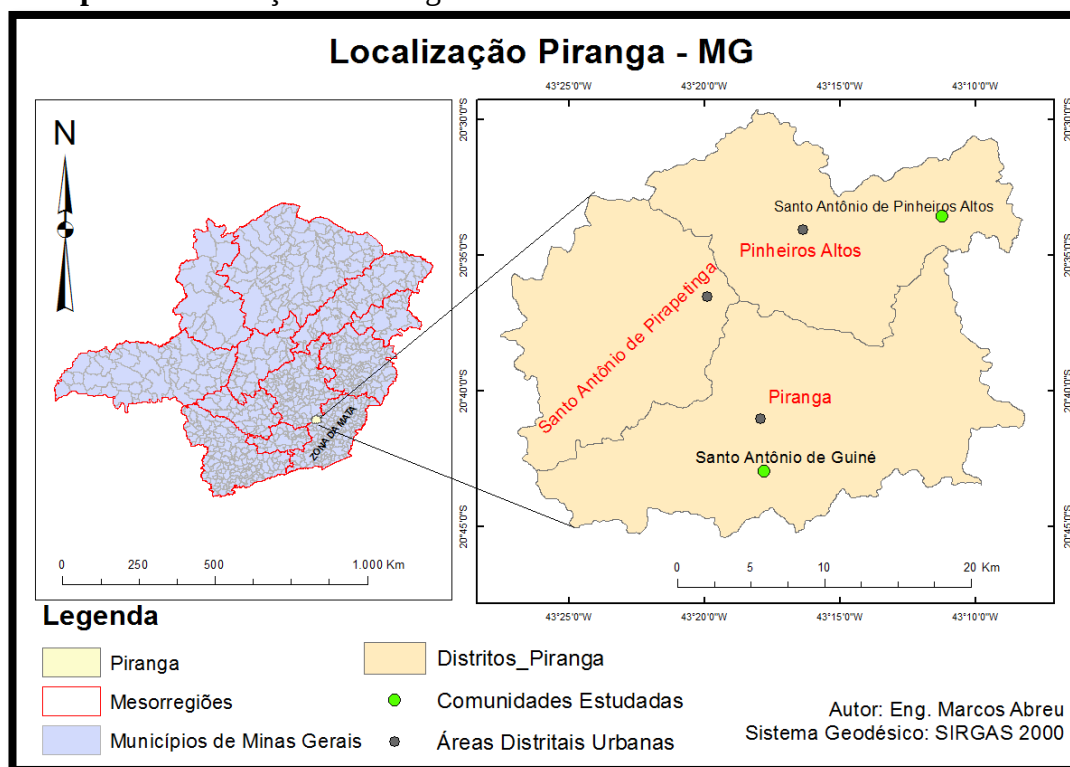
Fonte: Silva (2011:11)

Da África ocidental foram trazidos principalmente os negro mina, do centro-oeste vieram em especial os angolanos. Os dados do município corroboram com os autores que trouxeram dados referentes a Minas Gerais (capítulo 2).

6.3-Piranga na Atualidade

O município se localiza na Zona da Mata mineira, micro região de Viçosa. Suas coordenadas geográficas são: 20° 45'45" S e 43° 18'10" W. A sua área é de aproximadamente 657 km². Fazem parte de Piranga os distritos de Santo Antônio de Pirapetinga e Pinheiros Altos (Mapa 6). Em Pirapetinga existem igrejas que foram construídas no século XVII. O município é banhado pelo Rio Piranga e seus afluentes.

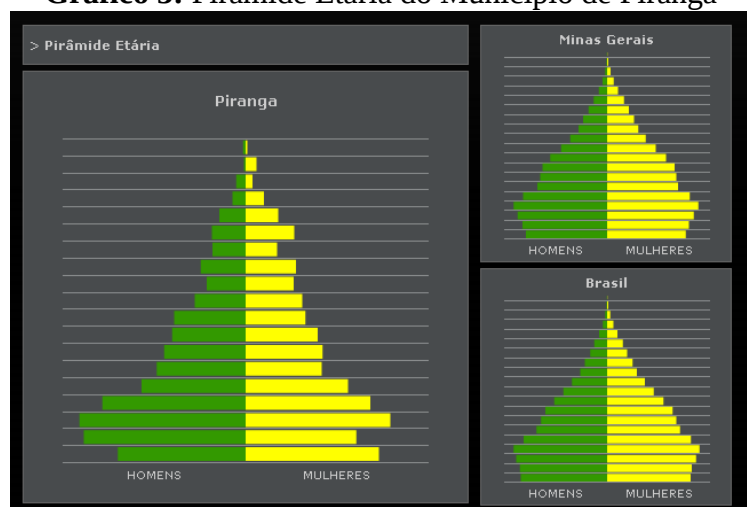
Mapa 6: Localização de Piranga



Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no censo 2010

O município possui 17.232 habitantes, sendo que 5.958 estão na zona urbana e 11.274 na rural. O total de homens na zona rural é de 5.800 e o de mulheres é de 5.474. Em relação à população classificada como jovem, o município tem 4.663 indivíduos na faixa etária de 15-29 anos, sendo que 2.460 são homens e 2.203 mulheres.

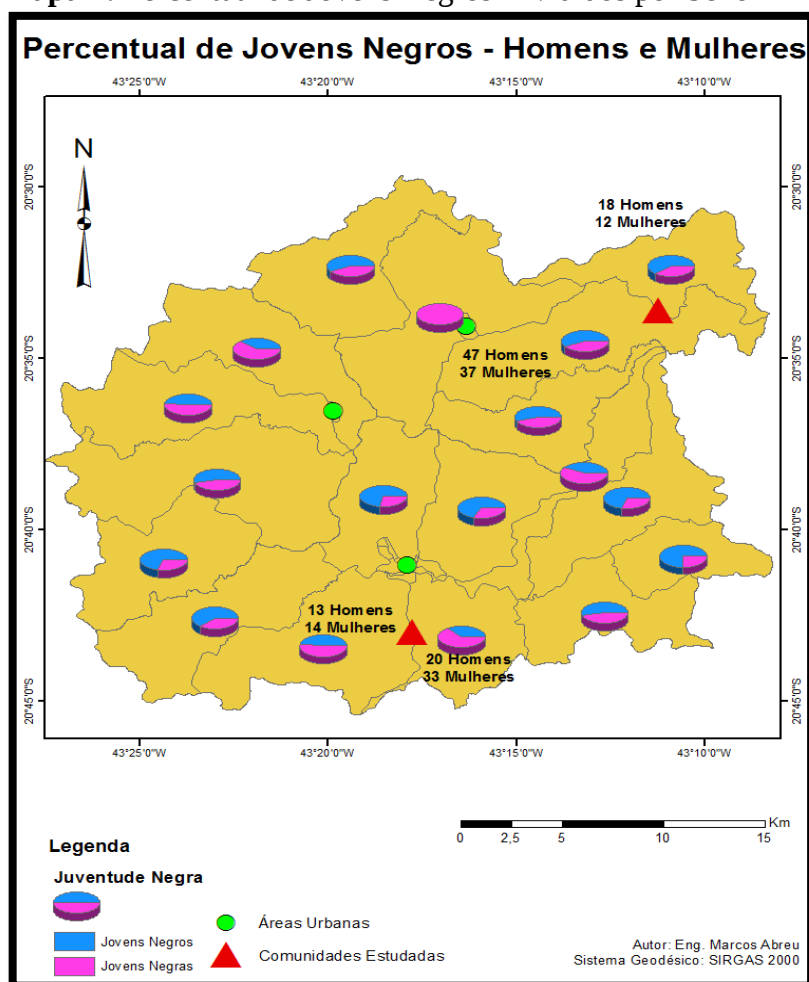
Gráfico 3: Pirâmide Etária do Município de Piranga



Fonte: IBGE cidades

Em relação à cor/raça da população piranguense, de acordo com o censo do IBGE 2010, se declararam brancas 5.354 pessoas, pardas 8895 e pretas 2.769. Em relação aos jovens entre 15-29 anos, o mapa 7 traz o percentual de jovens negros em cada setor censitário do município de Piranga. Nos setores censitários que compreendem a comunidade Santo Antônio de Pinheiros Altos, o percentual de homens negros é maior do que o de mulheres. Já em Santo Antônio do Guiné o de mulheres negras é maior.

Mapa 7: Percentual de Jovens Negros Divididos por Sexo



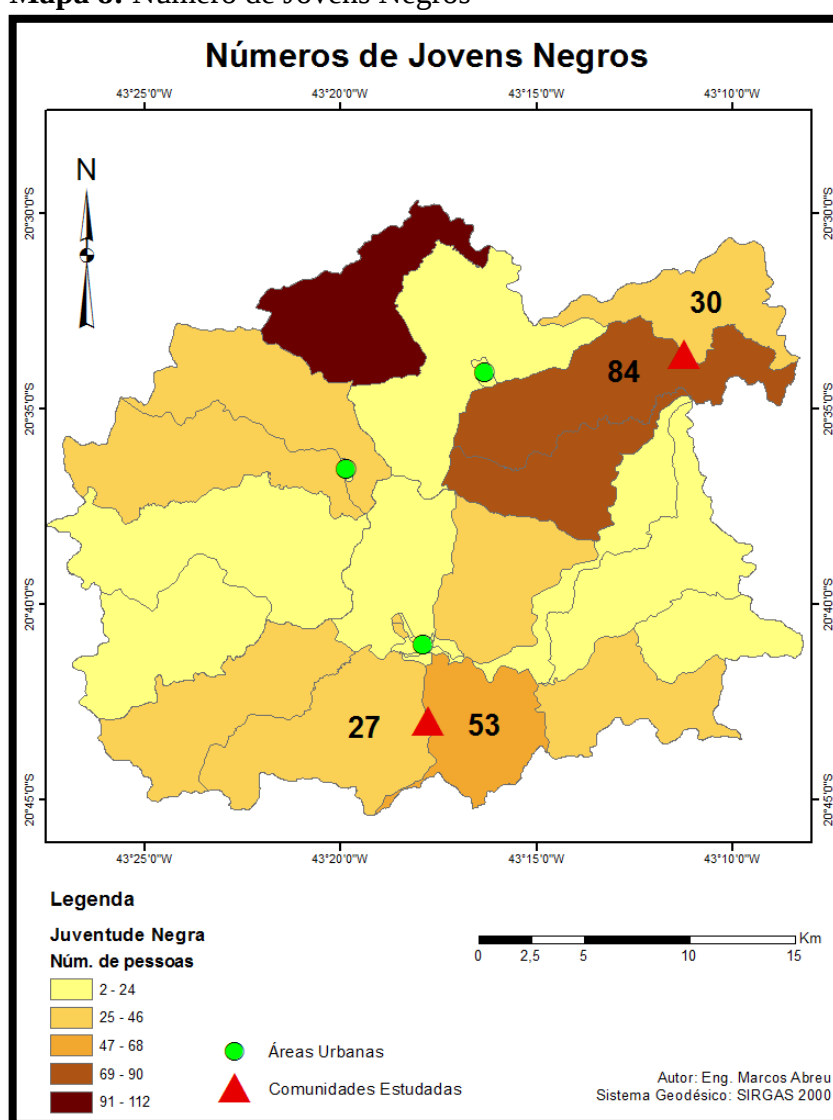
Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no censo 2010

Vale ressaltar que nos mapas 7, 8, 9, 10 e 11, as comunidades de Santo Antônio do Guiné e de Santo Antônio de Pinheiros Altos, não estão localizadas em apenas um setor censitário, isso porque, geralmente o IBGE utiliza como

limite de setor, curso de rio e estradas, assim, as referidas comunidades estão localizadas em dois setores. Os dados dos mapas devem ler interpretados levando em consideração o mencionado. O “setor censitário é a unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil” (IBGE).

Em termos numéricos, o mapa 8 evidencia o número de jovens negros entre 15-29 anos, nos setores censitários que compõem as comunidade. Em Santo Antonio de Pinheiros Altos a soma dos setores chegou a 114 jovens, em Santo Antonio do Guiné, 80.

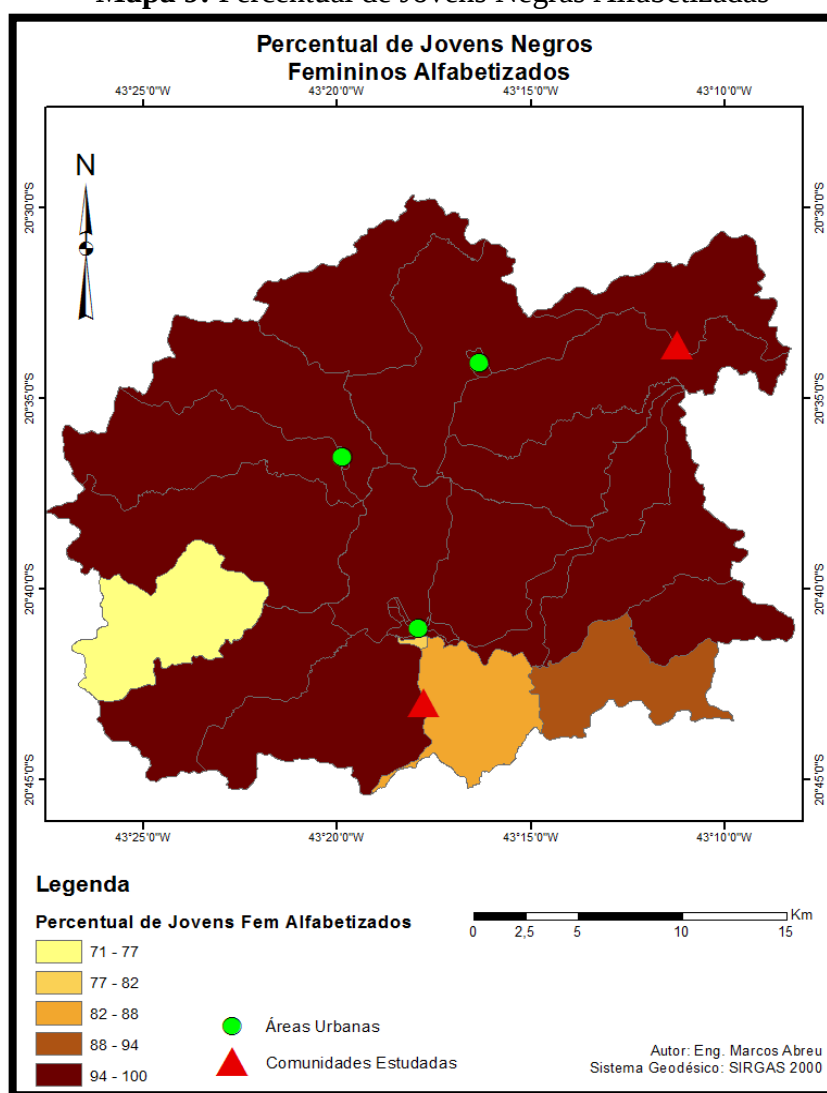
Mapa 8: Número de Jovens Negros



Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no censo 2010

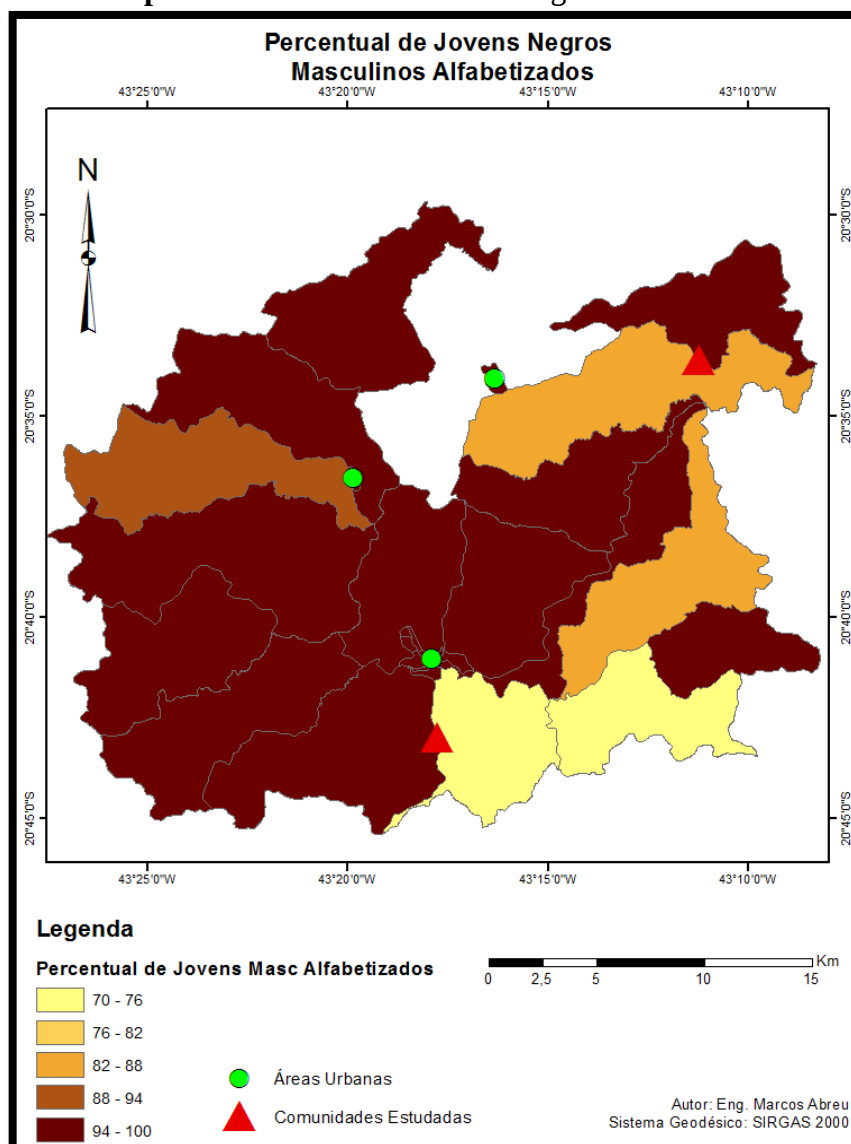
Em relação à alfabetização, o mapa 9 demonstra o percentual de jovens mulheres alfabetizadas e o mapa 10 o número jovens homens alfabetizados. O percentual de jovens mulheres alfabetizadas é maior, em pelo menos um dos setores que se localizam as comunidades.

Mapa 9: Percentual de Jovens Negras Alfabetizadas



Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no censo 2010

Mapa 10: Percentual de Jovens Negros Alfabetizados

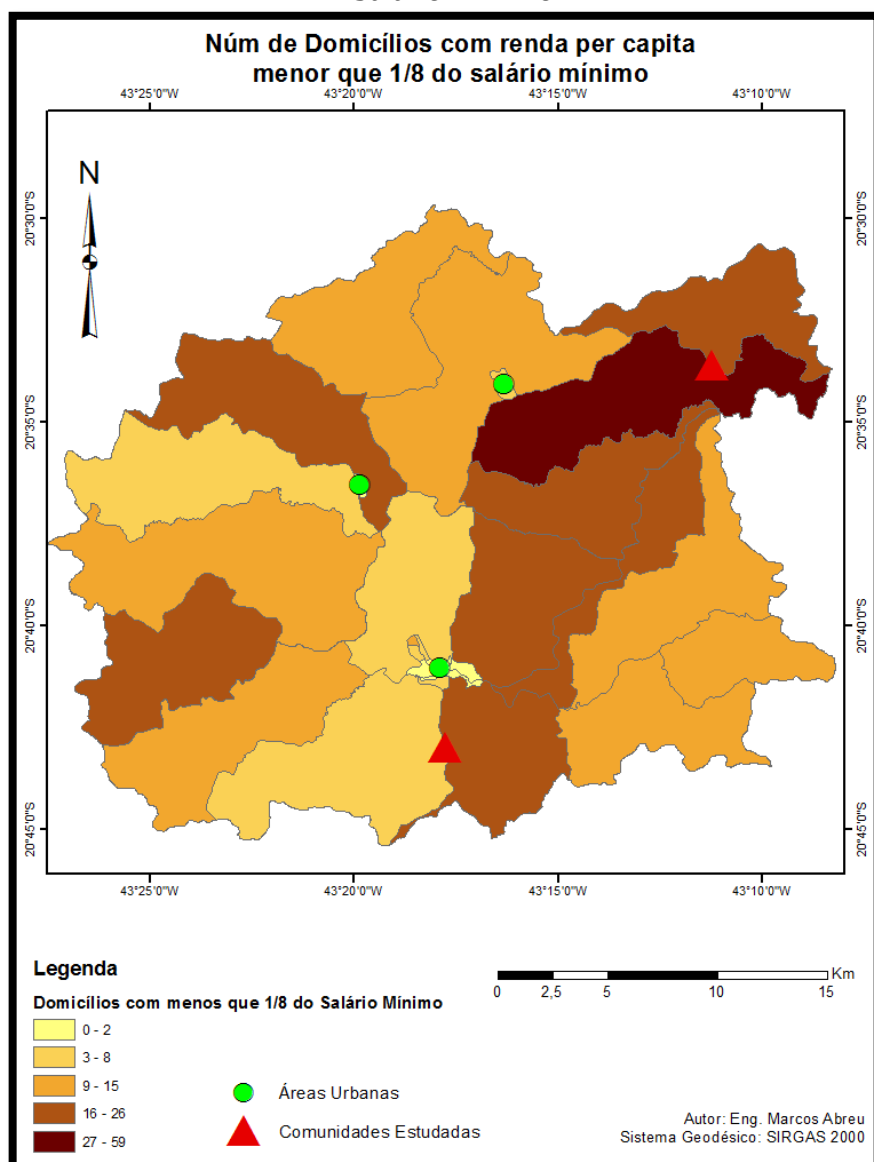


Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no censo 2010

O espaço em branco, no mapa 10, significa que nesta região não há jovens negros masculinos.

Em termos de renda *per capita* da população nos setores censitários, verificamos que em um dos setores de Santo Antônio de Pinheiros Altos há um maior número de domicílios com renda entre 1/8 e 1/4 do salário mínimo.

Mapa 11: Números de Domicílios com Renda *Per Capita* Menor que 1/8 do Salário Mínimo



Fonte: Mapa construído a partir de dados disponíveis pelo IBGE no Censo 2010

No município podemos encontrar várias comunidades negras, dentre elas apenas três foram pré-identificadas como comunidade de remanescente de quilombo: Bacalhau, Santo Antônio do Guiné e Santo Antônio de Pinheiros Altos. As duas últimas possuem a certificação de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.

6.4.- Santo Antônio de Pinheiros Altos

Santo Antônio de Pinheiros Altos recebeu a certificação pela Fundação Cultural Palmares em 2008. A comunidade contou com o apoio de um extensionista da Emater e da Secretária da Cultura do município.

A comunidade também é conhecida como Santo Antônio dos Crioulos, e se localiza no meio rural e dista aproximadamente 30 km da sede do município. Segundo consta na Carta de requerimento de certificação que a EMATER enviou a Fundação Cultural Palmares, há na comunidade 80 famílias e segundo os moradores, existe alto grau de parentesco entre elas. As famílias Nicácio e Acácio são os principais e mais antigos troncos familiares.

Segundo consta na carta, a região do quilombo não há grandes proprietários latifundiários. Piranga “foi ocupada pela população indígena no início do século XVIII, e há diversos sítios arqueológicos e construções coloniais no entorno e na própria comunidade”.

Há na comunidade um documento de doação de terras que foi dado pelos antigos donos da fazenda a um casal de negros forros. Tal fato confirma o levantamento bibliográfico sobre a história dos escravos negros em Piranga.

Em Santo Antônio de Pinheiros Altos, há evidências do trabalho no garimpo. “Existe um canal construído pelos escravos para lavar o cascalho e separar o ouro”. De frente à casa de uma moradora da comunidade, podemos encontrar “dois monturos de cascalho (amontoados de pedras) que foram feitos pelos escravos no trabalho do garimpo”. Esta moradora, por nome Inês, de 70 anos, guarda alguns cachimbos de cerâmica confeccionados por escravos. Sua avó, por nome Chica, foi escrava (Carta de requerimento de certificação).

A renda das famílias gira em torno de atividades agrícolas nas fazendas do entorno, de recursos enviados por membros que foram trabalhar em São Paulo, de benefícios governamentais como o Bolsa Família e aposentadorias. Em épocas de colheita algumas famílias trabalham nas lavouras de café e de pimenta.

Para garantir seu sustento, vários moradores têm buscado trabalho fora da comunidade, migrando até mesmo para fora do estado. Muitos dos que não migraram, trabalham em outros municípios; isso se dá principalmente entre os homens, que durante a semana estão trabalhando fora e nos finais de semana

retornam à comunidade. Alguns ficam 15 dias, e depois retornam, outros permanecem longe de casa.

Em termos de infra-estrutura, verificou-se que as casas são feitas em sua maioria de alvenaria. Existe iluminação nas casas e iluminação pública nas proximidades da escola e do posto de saúde. Na sede da associação de moradores há um tanque de resfriamento de leite (Figura 1) onde os produtores da região e da comunidade depositam o leite para que o laticínio compre. No núcleo central da comunidade as ruas são calçadas.

Há uma escola de ensino primário (Figura 2), quando os alunos terminam essa fase eles vão estudar em Pinheiros Altos. A comunidade ainda conta com um posto de saúde (Figura 2), uma igreja católica (Figura 4), e uma evangélica (Figura 6).



Figura 1: Membros da associação de moradores colocando leite no tanque de resfriamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012



Figura 2- Escola municipal
Fonte: Pesquisa de campo, 2012



Figura 3- Posto de saúde
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As missas acontecem uma vez por mês, pois não há um pároco na comunidade. O padroeiro da comunidade é Santo Antônio. Em épocas de festa do

santo há rezas durante 13 dias na capela. A figura 5 demonstra o interior da capela. Percebe-se que o altar se encontra preparado para a festa do padroeiro, a imagem de Santo Antônio foi colocada ao lado do altar.



Figura 4- Igreja católica
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 5- Interior da igreja católica
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 6- Igreja evangélica
Fonte: Pesquisa de campo, 2012

A comunidade está passando por melhorias em sua infraestrutura, um posto de saúde está sendo construído (Figura 7). As estradas estão sendo calçadas, pelo menos na parte central da comunidade, e um monumento em memória dos negros escravizados está sendo construído na praça da igreja (Figura 9).



Figura 7- Construção do novo posto de saúde
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 8- Estrada que dá acesso a igreja católica
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 9- Praça da igreja católica onde está sendo construído um memorial da escravidão.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A comunidade é também conhecida pelas tranças que as mulheres fazem nos cabelos. Os cabelos são trançados com fios naturais e/ou artificiais. Essas tranças foram consideradas por Santos (2009) como marcas identitárias da comunidade.

6.5- Santo Antônio do Guiné

Santo Antônio do Guiné recebeu a certificação pela Fundação Cultural Palmares em 2009. A comunidade dista aproximadamente 16 km da sede do município. Nela há 15 residências e um total de 150 pessoas. As residências dos moradores dessa comunidade encontram-se cercadas por sitiantes não oriundos de Guiné.

Segundo contam os moradores antigos, um forasteiro vindo da Guiné, na África, veio para Piranga e deixou na comunidade a imagem de Santo Antônio e disse que depois voltava para buscá-la. Mas ele não voltou, até hoje a imagem está na comunidade. Desse modo, os habitantes da comunidade deram o nome à localidade de Santo Antônio do Guiné. A figura 10 mostra as crianças festejando o Santo.



Figura 10- Homenagens a Santo Antônio

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.

Para garantir seu sustento, vários moradores, assim como em Santo Antônio de Pinheiros Altos, têm buscado trabalho fora da comunidade, migrando

até mesmo para fora do estado. Muitas recebem auxílios governamentais como o Bolsa Família e aposentadorias.

Em relação à infra-estrutura, existe iluminação nas casas e iluminação pública nas proximidades da escola e do posto de saúde, onde também nestas proximidades as ruas são calçadas. As casas são feitas em sua maioria de adobe e alvenaria. A água que os moradores utilizam é oriunda das nascentes ou cisternas.

Há uma escola de ensino primário. Quando os alunos terminam essa fase eles continuam seus estudos nas escolas no meio urbano de Piranga. A comunidade ainda conta com um posto de saúde, uma igreja católica (Figuras 12 e 13) e um bar. Na comunidade também podemos encontrar uma cachoeira e vários moinhos d'água nas margens do curso d'água (Figuras 14 e 15). Há também um campo de futebol.



Figura 11- Posto de saúde em Santo Antônio do Guiné

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 12- Igreja católica
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

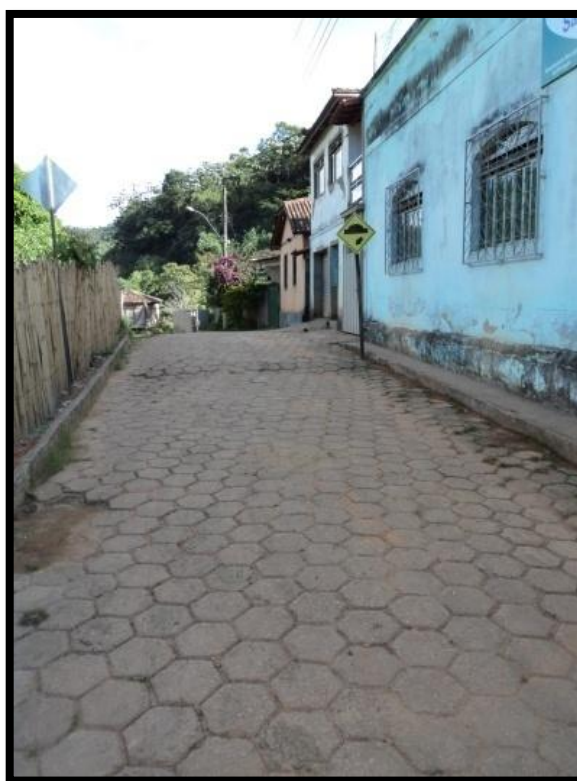


Figura 13- Calçamento da rua próximo as casas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 14- Cachoeira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

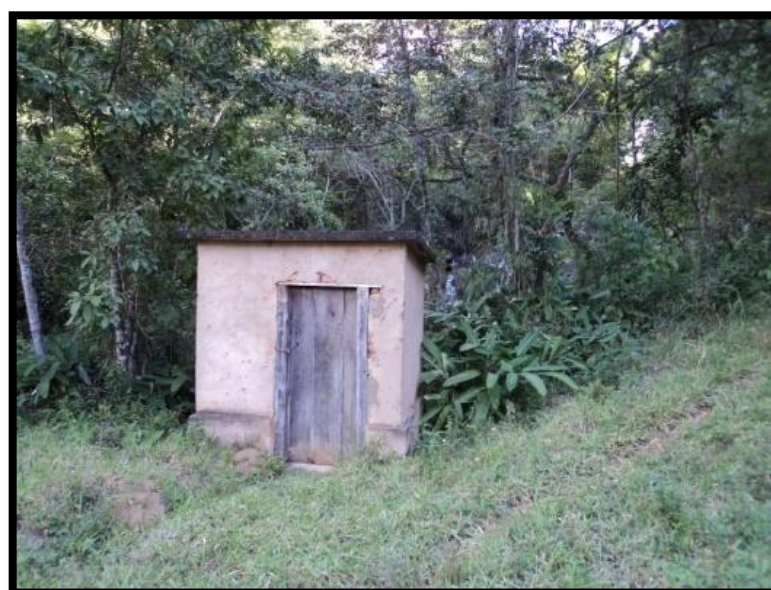


Figura 15- Casa onde fica o Moinho d'água.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Algumas famílias ainda preservam os costumes alimentares dos antepassados, como a produção de rapadura e farinha de monjolo (Figura 17). O milho antes de utilizado no monjolo (Figura 16) é triturado no pilão (Figura 18).

Algumas famílias ainda plantam em sistema de meeiro. Em termos de posse da terra, muitos possuem o título de propriedade individual. Os chás caseiros também são muito utilizados.



Figura 16-:Monjolo onde é produzida a farinha

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.



Figura 17- Farinha de monjolo já pronta

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.



Figura 18- Pilão utilizado para triturar o milho
Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.

Uma das festas tradicionais é a de nossa Senhora do Rosário, no mês de outubro, com a tradicional guarda de congo. Na comunidade, tem uma tradicional guarda de congo. Na figura 3 o grupo está se apresentando na igreja da comunidade, na dança além dos adultos estão presentes as crianças. A coroação de Nossa Senhora dos Remédios também é outra comemoração importante para comunidade. A maioria da comunidade se diz católica.



Figura 19: Dança do congado no interior da igreja católica de Santo Antônio do Guiné
Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.

Outra tradição presente nos dias de hoje é a benção. As benzendeiras benzem “quebrante”, “mal olhado”, “aguamento”. Na figura 20 a benzedeira está benzendo “espinhela caída”, na figura 21 “mal olhado”.



Figura 20: Benção de “espinhela caída”
Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.



Figura 21- Benzenção de “mal olhado”

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.

A figura 22 mostra uma pedra no qual, segundo uma moradora da região, os negros na época da escravidão jogavam “búzios”. Já a figura 23 é de uma pedra esculpida em 1888 e que se encontra até hoje no território de Guiné .



Figura 22- local onde supostamente os negros da época da escravidão jogavam “búzios”

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.



Figura 23: Pedra esculpida datada de 1888

Fonte: Arquivo pessoal de Maria José. As fotos foram cedidas pela mesma.

Conforme já mencionado no histórico de Piranga, em Santo Antônio do Guiné, há um jequitibá de mais de 300 anos. Uma vez por ano, no dia da árvore, acontece uma missa na área onde árvore está plantada. Segundo moradores da comunidade, ocorre a participação nas missas de várias pessoas da comunidade e de outras localidades da região (Figura 24).

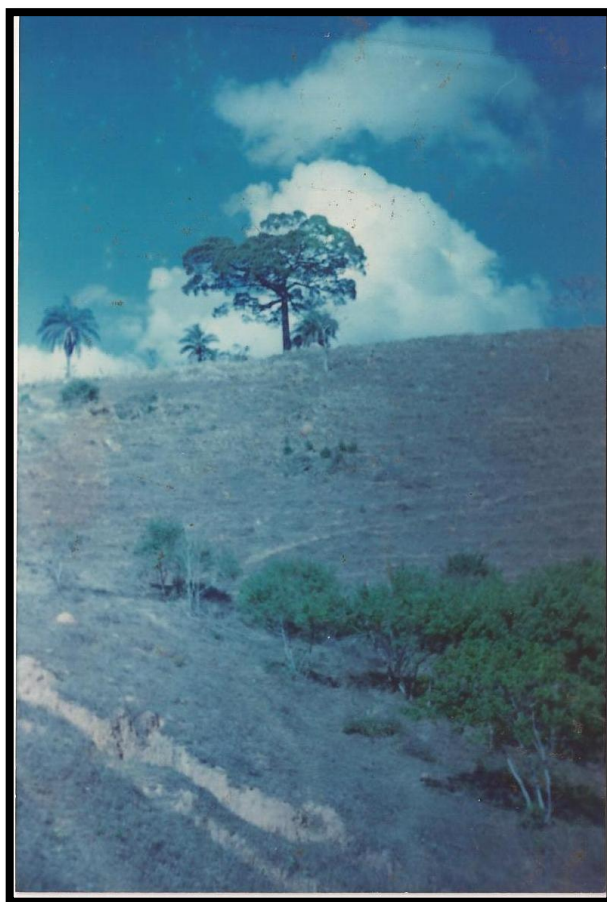


Figura 24- Jequitibá
Fonte: Arquivo pessoal de Maria José.

6.6-Primeiros Contatos com as Comunidades e Algumas Observações do Trabalho de Campo

No trabalho de campo os primeiros contatos se deram com a Emater/Piranga, por meio da qual fizeram-se os contatos com a comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Foi realizada observação participante nas reuniões que a Emater fez na comunidade durante o período do trabalho de campo. Na primeira reunião que a pesquisadora participou, os assuntos abordados foram à qualidade do leite e o Vitasopa.

Ainda nesta reunião, foi estabelecido o primeiro contato com os jovens, pois havia duas jovens que estavam participando da reunião. Elas foram às

informantes-chaves e foi a partir de uma delas que a pesquisadora mantinha contato com a comunidade. Formou-se um grupo de jovens para facilitar a coleta de dados, o qual se reuniu algumas vezes com o fim de realizar entrevistas e conversas sobre o cotidiano da comunidade. Foi uma experiência enriquecedora, pois algumas questões como a religiosidade de matriz africana só apareceram nas conversas mais informais.

Sempre que possível, a pesquisadora continuou a participar das reuniões que a Emater realizava, quando, numa das quais, pode-se constatar que a comunidade estava preocupada com a geração de emprego para os jovens e para as mulheres. A comunidade, portanto, pediu para a Emater fazer um projeto para que fosse montada uma padaria comunitária, pois dessa forma haveria emprego e os produtores poderiam fornecer seus produtos para a mesma.

Em relação a Santo Antônio do Guiné, a chegada a campo se deu por meio da Assistência Social, a qual atua junto à juventude rural por meio do Projovem. Nas reuniões em que a pesquisadora participava, uma parte do tempo era cedida para que as entrevistas pudessem ser feitas. Estas, por serem extensas, foram realizadas em duas etapas, sendo que na primeira se trabalhou as questões referentes ao contexto familiar, trabalho e políticas públicas e na segunda, as questões sobre identidade e projeto de vida.

As atividades do Projovem eram divididas em duas partes, uma de formação e outra de recreação. Nesta, todos, inclusive a pesquisadora, se dirigiam ao campo de futebol para jogar bola, peteca, baralho, dama, xadrez, etc.. Isso a aproximou dos jovens, o que contribuiu positivamente para coleta de dados.

É importante informar que não foi possível manter um equilíbrio entre o número de entrevistados nas duas comunidades, uma vez que se respeitou o direito dos jovens de não quererem participar do estudo. Isso ocorreu algumas vezes em Santo Antônio de Pinheiros Altos, principalmente em relação aos jovens do sexo masculino. Outra situação encontrada foi que nas reuniões com os jovens, apareceram crianças de 9 e 11 anos. Desse modo participavam das reuniões um total de 12 pessoas, sendo que na faixa etária que esta pesquisa focava só foram entrevistados 8 jovens. Os resultados apresentados a seguir se referem apenas a estes.

Em se tratando da comunidade de Santo Antônio do Guiné dos 20 entrevistados 18 jovens participavam do Projovem e os outros dois não participavam.

As questões que foram trabalhadas com os jovens de ambas as comunidades foram divididas em 6 blocos:

1. Bloco 1: o Jovem e sua família – que aborda características da família, como tipo de trabalho e fonte de renda familiar, e do relacionamento entre o jovem e seus familiares.
2. Bloco 2: Trabalho – que aborda questões sobre o trabalho do jovem, sua renda atual e projeção futura, além de acesso a meios de comunicação.
3. Bloco 3: Cotidiano na comunidade – que trata do dia-a-dia na comunidade, com suas festas e locais de lazer.
4. Bloco 4: Políticas Públicas – o qual traz questionamentos referentes ao conhecimento que os jovens possuem sobre as exigências legais contidas na política de reconhecimento, além do conhecimento de políticas públicas voltadas ao jovem rural.
5. Bloco 5: Projeto de vida –no qual são abordados aspectos relativos a forma como o jovens estão construindo seus projetos de vida para o futuro em relação ao trabalho, escolaridade, estado civil, local de moradia. Assim como, questões sobre a influência das políticas na elaboração do projeto de vida.
6. Bloco 6: Identidade – que questiona a visão do jovem rural sobre o que seja ser remanescente de quilombola e o que é próprio da cultura afrodescendente. Este bloco trata das identificações culturais e identitárias que os jovens estão construindo.

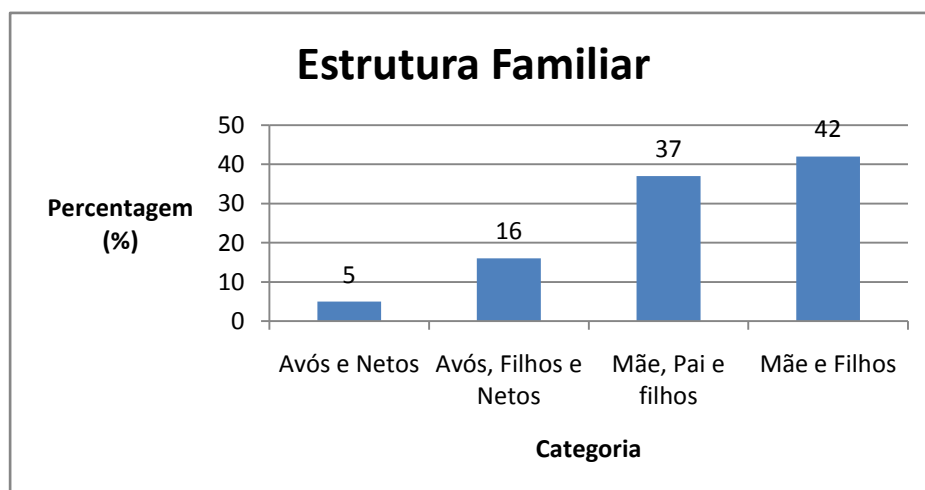
Como as entrevistas foram feitas com roteiro e este havia ficado muito extenso, elas foram feitas por etapas, sendo o bloco 4 e 6 os trabalhados no primeiro momento e os demais posteriormente.

6.7- O Jovem Rural Quilombola no Contexto Família e Comunitário

Os jovens rurais quilombolas de Santo Antônio de Pinheiros Altos e Santo Antônio do Guiné vivenciam um contexto de poucas oportunidades. Eles convivem com dificuldades econômicas, escassez de emprego, poucas opções de lazer, problemas de infra-estrutura, etc.

Em termos de estrutura familiar (Gráfico 4), a pesquisa evidenciou que 42% dos jovens rurais quilombolas são provenientes de famílias compostas pela mãe e seus filhos (mães viúvas ou solteiras); 37 % pela mãe, pai e filhos; 16 % avós, filhos e netos; 5 % avós e netos. Em termos de números de pessoas por famílias a média foi de 6 pessoas, variando de 3 a 9.

Gráfico 4: Estrutura Familiar

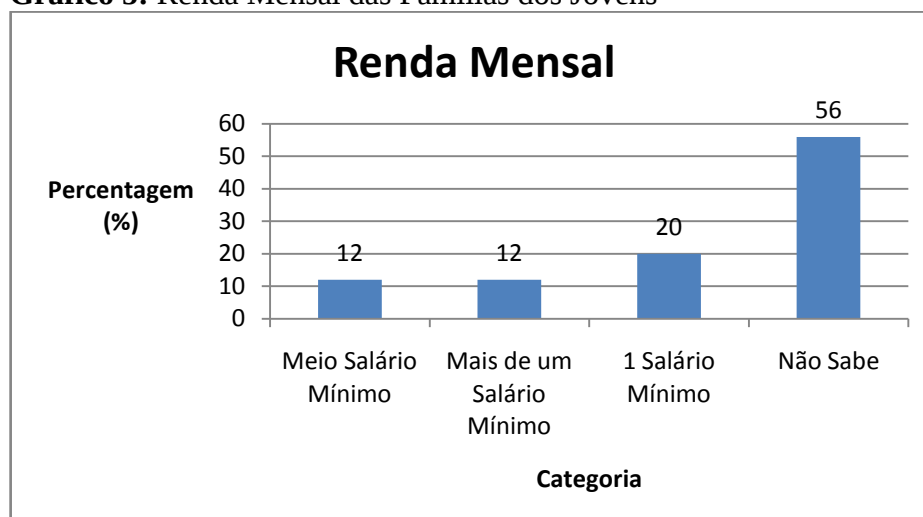


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012

Nestas famílias a média de pessoas que trabalham foi de aproximadamente uma, e sua principal ocupação é em ordem decrescente: lavrador, carvoeiro, vendedor e empregada doméstica. A renda mensal das famílias em 20 % dos casos era de um salário mínimo, 12 % ganhavam meio salário e 12 % mais de um salário (Gráfico 5). Chama a atenção o fato de 56 % dos jovens não saberem informar a origem da renda familiar.

Em relação aos benefícios governamentais, 64 % das famílias recebem algum tipo de benefício. Destas, 88% recebem o Bolsa Família, 8 % contam com a aposentadoria de um dos membros, e 4% recebem pensão devido à morte de um dos cônjuges. As famílias que não recebem nenhum tipo de benefício totalizam 36%.

Gráfico 5: Renda Mensal das Famílias dos Jovens



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

A totalidade dos entrevistados mencionou que suas famílias cultivam a terra e criam alguns animais. O tipo de agricultura praticada é a de subsistência. As principais culturas são: milho, feijão, horta, arroz, amendoim, cana, café e mandioca. A criação de animais mais mencionada foi: galinha, porco e gado de leite. Todos os jovens mencionaram que ajudam os seus pais nas atividades agrícolas, criação de animais e atividades domésticas.

Alguns membros dentro das famílias trabalham em contrato de empreitada. Eles ora vão para outras localidades, como Mariana, Belo Horizonte, para trabalhar de empreitada na construção civil. Ora “pegam para bater pasto” (limpeza da área de pastagem, por meio manual utilizando ferramenta como, por exemplo, a foice), nas proximidades locais da comunidade. Nesta última, o trabalho envolve toda a família, filhos, tios e primos. Isso demonstra que esses jovens são inseridos nas atividades agrícolas embora, estas atividades não sejam desenvolvidas em suas próprias terras.

Dos jovens entrevistados, 42 % trabalham fora e 58 % não. Dos que não trabalham 64% já trabalharam, 36 % nunca trabalharam. O tipo de trabalho desenvolvido por esses jovens estão ligadas às atividades agrícolas na maioria dos casos, como: bater pasto, aprendiz de sitiante, colheita, atividades essas realizadas em terras de outros. As atividades não agrícolas mencionadas foram: vendedor e recepcionista. A renda mensal dos jovens no primeiro caso foi de R\$ 900,0 e no segundo caso foi de um salário mínimo. Já nas atividades agrícolas a renda girou entre R\$ 50,0 e R\$ 100,0. Em Santo Antônio de Pinheiros Altos todos os jovens entrevistados trabalham, ou já trabalharam, nas lavouras de café e de pimenta.

Observou-se que o jovem que está ou esteve exercendo uma atividade agrícola, teve um ganho mensal inferior aos que exerceram outras atividades assalariada não agrícola. Tal fato pode ser a justificativa deles escolherem exercer no futuro atividades mais bem remuneradas e menos fatigantes. Além disso, conforme apontou uma entrevistada, há poucas oportunidades de emprego no meio rural, “os fazendeiros estariam preferindo plantar braquiária e eucalipto”, que não demandam muita mão de obra.

Outra questão trabalhada com os jovens foi a transmissão da terra. Perguntou-se como era feita a transmissão da terra dentro da família. Os resultados revelaram que a totalidade das famílias divide a terra de forma igualitária para todos os filhos. Esse tipo de lógica também está presente em outras comunidades quilombolas, como a Buieie, em Viçosa, e o Bom Jardim em Visconde de Rio Branco. Nestas comunidades, a subdivisão das terras tem diminuído a área disponível para a agricultura, o que impossibilita a sua comercialização. O que se planta é utilizado nas despesas das famílias.

Em relação ao contexto comunitário no qual o jovem está inserido, constatou-se que em termos de lazer as comunidades oferecem poucas opções. Tais atividades ficam restritas ao jogo de futebol, às missas, aos cultos evangélicos. Isso tem levado os jovens a buscarem em outras localidades formas de lazer como os bailes de funk e forró. Assim, as comunidades quilombolas apresentam características iguais às demais comunidades rurais, nas quais a ausência de lazer tem favorecido para uma visão negativa dos jovens em relação aos espaços locais, ao mesmo tempo que, seguindo a bibliografia consultada, pode estar contribuindo para o aumento da violência juvenil no meio rural.

Há na comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, indícios de aumento da violência. Além de algumas queixas dos mais velhos, na pesquisa de campo pôde se verificar que na porta da igreja católica havia uma notificação dizendo que a comunidade pedia apoio da polícia para que durante as festividades do padroeiro (Santo Antônio) houvesse mais segurança. Tal fato pode ser a justificativa de algumas festas não serem mais feitas como antigamente. De acordo com os jovens e alguns adultos esta violência é praticada por “pessoas de fora” da comunidade.

Em relação às festas, os jovens e os adultos relatam que antigamente nas festas, havia leilões e apresentação de congada após as missas. Hoje as comemorações se resumem nas orações na capela. Havia durante o ano várias comemorações, coroação de Nossa Senhora, festa junina, comemoração do dia das mães, dia das crianças, natal, dia de Reis. Hoje muitas deixaram de acontecer: coroação, festa junina, apresentação da congada após as missas. Constatou-se que é desejo de jovens e adultos que estas festas voltem a ser como eram antes, “animadas” e com “maior participação da comunidade”.

Em Santo Antônio de Pinheiros Altos os jovens criaram um grupo onde eles se reúnem para ouvir e dançar funk, brincar, conversar e “ficar” (namorar). Trata-se de uma estratégia de reinvenção de espaços e formas de sociabilidade e lazer. Isso porque muitas das formas de lazer que havia na comunidade, como o grupo de reza para jovens já não existe mais. Os jovens criaram seu próprio espaço. A reunião do grupo é feita todos os sábados na parte da tarde ao lado da igreja (Figura 25).



Figura 25: Espaço ao lado da igreja católica
Fonte: dados da pesquisa de campo, 2012.

6.8- O jovem rural quilombola visto pela geração mais velha

A juventude rural quilombola, assim como os outros jovens rurais, são alvo de preocupações da geração mais velha, que ora os vê como desinteressados pela cultura e pelas atividades agrícolas, ora culpados das mazelas sociais, ora como as vítimas das condições sociais dentro da comunidade e dentro das famílias.

Segundo as extensionistas da EMATER, em se tratando da juventude rural, elas afirmam que nas reuniões municipais com os produtores rurais, mesmo não sendo a juventude a pauta de discussões, eles acabam por vezes falando sobre o assunto. Os jovens são a grande preocupação do momento. Isso porque na opinião dos pais, seus filhos “não querem saber de agricultura”.

Além disso, segundo as extensionistas, está ocorrendo um aumento da violência no campo, o número de assaltos à propriedade tem aumentado, deixando as famílias extremamente preocupadas.

Nas referidas reuniões, as famílias afirmam que estão se sentindo sem saída em relação à juventude; isso porque, na opinião delas, hoje, os pais não podem mais ensinar para os filhos a profissão que seus pais passaram para eles, por que tudo se configura “trabalho” e os jovens menores não podem trabalhar, pois isso iria contra o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Já na realidade das comunidades quilombolas as queixas são a falta de trabalho para juventude. Em entrevistas na comunidade de Santo Antônio do Guiné, uma mãe desabafa:

“Eles ficam falando que jovem tem que estudar. No meu tempo era difícil estudar. Hoje tem tudo, os jovens têm moradia, tem transporte, merenda nas escolas, mas não tem trabalho. Nós pelo menos tínhamos trabalho antigamente” (Entrevistada 35, F, 41 anos, Guiné).

“O pessoal daqui não está mais investindo em roça, porque agora é eucalipto, braquiária, aí os meninos ficam sem trabalho” (Entrevistada 35, F, 41 anos, Guiné).

As mudanças ocorridas em relação ao tipo de produção agrícola nas propriedades dos fazendeiros e sitiantes nas imediações da comunidade têm diminuído a oferta de trabalho, as plantações de eucalipto e braquiária para o gado estariam sendo preferidas às plantações de milho, feijão, etc.

A entrevistada afirmou que queria plantar à meia um pouco de feijão próximo a sua casa, mas o dono das terras ainda não havia lhe dado nenhuma resposta. Os filhos dos antigos proprietários de terras não estariam mais concedendo terras para plantar.

“outro dia eu fui na reunião lá na rua. Eles estavam falando de agricultura familiar. Isso é muito bonito para quem tem terra, para nós não está valendo, não temos lugar para plantar. Sabe aquela terra ali, eu pedi o dono para plantar feijão a meia com ele, mas o dono não deu. Os donos das terras não ajuda, aí fica difícil plantar. Enquanto tava na mão do pai tava bom, dava a meia, mas o filho não está dando” (Entrevistada 35, F, 41 anos, Guiné).

As terras onde habita a grande maioria dos quilombolas são de pequenas extensões, não proporcionando o cultivo de plantações voltadas a comercialização, mal dando para seu próprio sustento.

O desejo dos mais velhos de que a juventude preserve a cultura é uma realidade nas comunidades quilombolas investigadas. Vários incentivam os filhos a ir à igreja, mas na opinião de dois entrevistados o jovem quer seguir outro caminho.

“a gente tenta levar para o mesmo caminho da religião, mas eles não querem” (entrevistado 34, M, 45 anos, Guiné).

Quando questionamos os jovens se existe algum tipo de conflito intergeracional, os desentendimentos mencionados são considerados pequenos. Eles não se referem aos contidos nos dispositivos legais, até porque apenas uma entrevistada possuía conhecimentos sobre eles. Os conflitos apareceram ligados aos comportamentos dos jovens dentro das famílias como: entrar com pé sujo

dentro de casa, ouvir som alto, assistir televisão de mais (e muitos filmes de terror).

A opinião dos jovens e adultos divergem quando falamos de conflitos intergeracionais. Mas, seria a juventude rural quilombola “desinteressada” por tradições e pela agricultura e o meio rural, ou ela está optando por aquilo que realmente está a seu alcance?

Retomando a bibliografia consultada, os conflitos existentes podem ser, conforme aponta Bourdieu (1983) conflitos entre aspirações de vida construídas em épocas diferentes. A agricultura, elemento valorizado pelos pais, nas condições em que é praticada atualmente, não é mais valorizada entre a geração mais nova. No entanto, conforme veremos mais adiante, no tocante a religião, apesar de alguns adultos considerarem o jovem como não interessado por cultura, constatou-se que os jovens estão valorizando o congado e as rezas.

6.9-Políticas Públicas nas Comunidades de Santo Antônio do Guiné e Santo Antônio de Pinheiros Altos

Este tópico se dedica a apresentar as políticas públicas que as comunidades rurais quilombolas e seus jovens possuem acesso. Este levantamento é importante, pois ajuda a evidenciar o campo de possibilidades no qual os jovens estão inseridos.

A pesquisa constatou que as comunidades de Santo Antônio do Guiné e Santo Antônio de Pinheiros Altos recebem assistência técnica da Emater, mas ela não se diferencia em relação às outras comunidades rurais. Esta instituição oferece os seguintes programas às comunidades rurais: Minas Sem Fome, Vitavida, Crédito Rural, Minas Leite e Artesanato Rural.

Em termos de trabalhos desenvolvidos, a instituição tem trabalhado com a melhoria da qualidade do leite, o associativismo e organização, segurança

alimentar e nutricional, crédito rural, assistência técnica em agropecuária e artesanato rural.

Atualmente 90 famílias em Santo Antônio de Pinheiros Altos e 62 em Santo Antônio de Guiné, são atendidas pela EMATER. Nesses números estão incluídas as famílias quilombolas e não quilombolas que são atendidas pela instituição. Nas comunidades estudadas há tanto famílias quilombolas quanto não quilombolas.

Na pesquisa de campo, a pesquisadora pode acompanhar algumas reuniões da EMATER com os membros da associação de moradores da comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Nestas reuniões os temas discutidos foram a qualidade do leite e a Vitasopa. Sobre esta última, as extensionistas responsáveis informaram à comunidade que ela só recebeu o programa porque as extensionistas mencionaram no pedido que se tratava de uma comunidade quilombola, pois o programa já havia terminado. Recentemente, a comunidade recebeu novamente “as sopas”. O Vitasopa é um programa de combate à desnutrição, onde é enviado as comunidades pacotes individuais de sopas desidratadas.

Após esta experiência, as extensionistas afirmaram que mencionarão, ao fazer pedido de algum projeto, o fato de se tratar de comunidades quilombolas. A exemplo disso, a coordenadora do Projovem afirmou que a Assistência Social do município a partir de agora irá fazer o mesmo, para que dessa forma os recursos possam chegar às comunidades. Esta instituição mencionou que em se tratando do Projovem-adolescente é desejo deles implantar um Projovem na comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, mas como anteriormente eles não informaram a nova condição da comunidade, os recursos não vieram. O município já possui quatro coletivos (nome dado aos grupos atendidos pelo Projovem) e para que a quantidade aumente é necessário um número maior de habitantes no município.

As comunidades que possuem o Projovem são Santo Antônio do Guiné, Carioca, Pinheiros Altos, Vila do Carmo. O número de jovens atendidos é 86, sendo que em Guiné são 20. A faixa etária atingida pelo programa é de 14-17 anos.

O Projovem é o programa que atende um número maior de jovens. No entanto, em relação à demanda dos jovens, ainda são oferecidas poucas vagas. Conforme mencionamos, no município de Piranga existem outras comunidades

quilombolas que ainda não entraram com o pedido de certificação na Fundação Cultural Palmares (Bacalhau, Castro e Bordões). Os jovens dessas comunidades e de Santo Antônio de Pinheiros Altos, não são atendidos por esse programa. Tal fato justifica o desejo de alguns dos entrevistados de que o programa fosse ampliado em termos de vagas e comunidades atendidas.

Na opinião da coordenadora do Projovem, as comunidades atendidas pelo programa são as que apresentam maior vulnerabilidade social:

“Essas comunidades são áreas de maior vulnerabilidade social (destaque para Carioca), elas convivem com problemas de drogas, abuso sexual, gravidez precoce, exploração do trabalho infantil e evasão escolar” (entrevista 33, pesquisa de campo 2012).

Na opinião dessa entrevistada, em Santo Antônio do Guiné, “a maior demanda é por cultura”. Isso levou o Projovem de lá a trabalhar as questões da cultura dentro de suas atividades.

Retomando as ações da EMATER, a instituição oferece aos jovens rurais o projeto Transformar. No entanto, pode-se constatar que o número de jovens atendidos está muito aquém da demanda. De 2007 até 2010 foram beneficiados por este programa 10 jovens rurais. Desses, apenas uma era quilombola

Os projetos financiados por ano foram:

2007: duas jovens conseguiram apoio para projetos com artesanato e dois jovens conseguiram para plantio de eucalipto e café;

2009: dois jovens e duas jovens conseguiram apoio para trabalhar com horticultura e uma jovem quilombola conseguiu apoio para trabalhar com artesanato;

Em 2010: uma jovem e um jovem conseguiram recursos para trabalhar com agroindústria;

A pesquisa de campo detectou que tanto a EMATER quanto a Assistência Social, atualmente, não oferecem projetos e/ou programas específicos para as comunidades quilombolas e seus jovens. Isso demonstra que essas e outras instituições municipais, necessitam de capacitação, pois, conforme apresentado no

capítulo 5, há programas específicos para os quilombolas. Mas, as comunidades sozinhas não conseguiram ter acesso a elas.

Para as extensionistas a dificuldade de se trabalhar com a população quilombola é da mesma ordem que em outras não quilombolas, mas para elas, é o autorreconhecimento o tema mais difícil de ser trabalhado nessas comunidades.

Questionadas se elas se sentem preparadas para atuar com essas comunidades, a resposta foi que não; apesar da empresa dar total apoio para desenvolver trabalhos nessas comunidades, elas admitem que necessitam de treinamentos específicos sobre os quilombolas. O papel da instituição seria o de fortalecer a cultura nessas comunidades por meio de agroindústria, artesanato, culinária e uso de plantas medicinais. Neste sentido, elas afirmam que as dissertações⁵ de mestrado já desenvolvidas e a que está sendo desenvolvida em relação aos jovens pelo programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, poderão auxiliá-las no conhecimento dessas realidades.

Os resultados apontam que a existência, por si só, de políticas direcionadas ao incentivo à agricultura e combate à desnutrição não melhoram a realidade das comunidades quilombolas. O acesso ao bem produtivo, a terra, precisa ser garantido para que dessa forma os quilombolas possam continuar nas tradições agrícolas. Além disso, as terras quilombolas já estão muito subdivididas entre os filhos, o que não proporciona meios de sobrevivência a todos.

Assim, alguns jovens dessas comunidades poderiam estar participando do programa “Terra negra Brasil”. Conforme foi verificado na bibliografia, este programa foi desenvolvido para facilitar o acesso à terra aos jovens de comunidades negras rurais.

Em relação à juventude rural, ela necessita muito mais que cursos e formações, necessita de oportunidades concretas de trabalho. Uma jovem rural, em uma das reuniões com a Emater na comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, questionou se ao fazer mais um curso, que estava sendo proposto na

⁵ SANTOS, A. Entre a colher e a enxada, interfaces entre a alimentação e a cultura dos quilombos de Piranga-MG, 2009.

CARVALHO, Ícaro Trindade. O Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: Entre o Processo de Reconhecimento e a Construção Cultural, 2009.

reunião, seria possível arrumar serviço. Ela já havia feitos três cursos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ainda não tinha conseguido emprego.

Percebe-se que algumas instituições, como a Emater, têm cumprido seu papel de dar assistência, mas elas agora estão esbarrando na geração de emprego. Mas será essa a função desta instituição? Quem são os responsáveis por tal? Essas são perguntas que não só a Emater se faz, mas também as próprias pessoas que residem no meio rural.

6.10-O Jovem Rural Quilombola e as Políticas Públicas

Após o mapeamento das políticas públicas que as instituições municipais ofereciam às comunidades estudadas e aos jovens, realizou-se um levantamento junto aos jovens entrevistados sobre o seu conhecimento e participação nessas políticas.

Neste sentido, foi perguntado aos 28 jovens se eles sabiam o que era uma política pública, todos responderam que não sabiam. No entanto, eles têm conhecimento do Projovem e do Bolsa Família e os identificam como Política Pública. Em relação à política de reconhecimento e demarcação de terras quilombolas, 100 % dos entrevistados não possuíam conhecimento das exigências legais. Os jovens afirmaram essa questão é pouco explorada na comunidade. Em relação às políticas voltadas para os jovens rurais, 52 % dos entrevistados citaram o Projovem Adolescente.

Das instituições governamentais responsáveis por aplicar as políticas públicas, os jovens citaram a Emater, a Assistência Social, Secretaria de Saúde e a Secretaria da Educação. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também foi mencionado. Alguns jovens já fizeram cursos oferecidos por essa instituição. Dos projetos direcionados especificamente aos jovens, 84 % dos entrevistados participam do Projovem, e 4 % já participaram do Travessia e do Transformar, os demais 12 % não participaram de nenhum projeto.

Na figura 26 podemos ver os jovens do Projovem, de Santo Antônio do Guiné, jogando futebol no campo de futebol da comunidade. Nesta atividade, tanto os meninos quanto as meninas estão jogando futebol juntos.



Figura 26: Jovens do Projovem jogando bola no campo. Santo Antônio do Guiné

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Ao lado do campo de futebol há um espaço coberto por telhas (Figura 27), onde também são desenvolvidas algumas atividades como o jogo de xadrez, dama e “UNO”. Este espaço é de propriedade de um morador local.



Figura 27: Campo de futebol, casa de um morador e um espaço aberto e coberto com telhas. Santo Antônio do Guiné

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Questionados se essas políticas vão ao encontro de suas necessidades, 84% disseram que sim, 8 % disseram não, e 8 % às vezes.

“Sim, porque nos ensinam muitas coisas boas” (Entrevistado 1, 15 anos, Guiné)

“Sim, porque estão fazendo o melhor para nós” (Entrevistado 2, 17 anos, Guiné)

“Sim, poderia até melhorar (ampliar projetos como o Projovem), mas está atendendo a nossas necessidades” (Entrevistado 3, 16 anos, Guiné)

“Às vezes. Pois não atendem todos os jovens igualmente” (Entrevistado 4, 16 anos, Guiné)

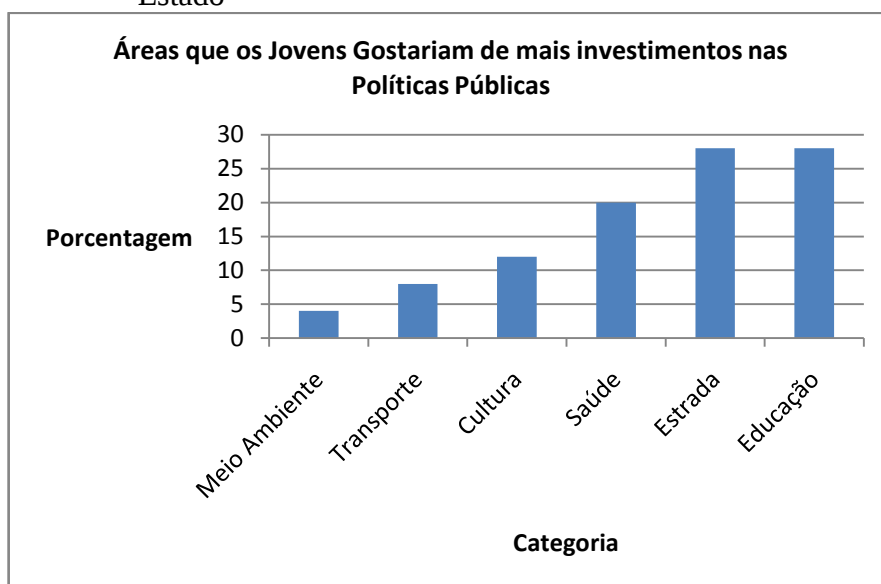
“Sim, quem participa do Projovem viaja bastante” (Entrevistado 27, F, 16 anos, Pinheiros Altos)

Em relação à política de reconhecimento quilombola, os jovens disseram não ter conhecimento sobre ela, mas apesar disso, eles sabem que o governo tem investido em melhorias locais nas comunidades. Mas para alguns, apesar dos investimentos, a comunidade necessita de muitas outras melhorias. As atenções têm sido concentradas na área central da comunidade, os jovens que residem mais afastados do centro têm reclamado da falta de investimentos nas estradas, na iluminação pública e nas casas.

O fato de não conhecerem o que diz os dispositivos legais, aponta que instituições como a Emater não têm trabalhado em profundidade estes aspectos nas comunidades. Cabe a Emater informar o que as políticas estão preconizando e como se faz para acessá-las. Muitos projetos do Brasil Quilombola poderiam estar sendo desenvolvidos nestas comunidades, assim como também poderiam já estar sendo desenvolvidos projetos culturais. A Fundação Cultural Palmares tem financiado projetos de valorização e resgate cultural. Neste sentido, cabe às instituições públicas, ONG's, Sindicatos, dentre outros, submeter projetos, o que exige, da parte de quem os formula, maiores conhecimentos sobre os quilombolas.

Perguntou-se aos jovens quais eram as áreas em que eles desejariam maiores investimentos por parte do Estado, as respostas foram (Gráfico 6): melhoria nas estradas (28 %), educação (28 %), saúde (20 %), cultura (12 %), transporte (8 %), e meio ambiente (4 %). Alguns não souberam responder (16 %), não informaram (8 %).

Gráfico 6: Áreas que os jovens desejam maiores investimento por parte do Estado



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

Conforme se verifica no gráfico 6, a cultura não deixou de ser mencionada, aparecendo em quarto lugar. Os jovens de Santo Antônio de Pinheiros Altos desejam que haja aulas de capoeira. Na comunidade já havia aulas de capoeira, mais elas duraram apenas um mês e foi iniciativa da comunidade. O professor era de Porto Firme e vinha uma vez por semana dar as aulas. Cobrava-se, dos participantes, uma taxa de 20,0 reais mensais.

Tal atividade poderia estar sendo financiada pelas políticas públicas, como está acontecendo em Santo Antônio do Guiné. Mas, como não há um coletivo do Projovem em Pinheiros Altos, a saída dos jovens foi pagar um professor particular.

Em relação às estradas, no período das chuvas, carro não transita por suas vias. Nesta época os jovens ficam sem ir à escola, pois o ônibus não vai até a comunidade. Entre os jovens o problema da evasão escolar esta presente, principalmente entre os meninos. Segundo uma das entrevistadas, nas comunidades de Santo Antônio de Pinheiros Altos, apenas três meninas concluíram o segundo grau. O que justifica a preocupação dos jovens em relação à educação.

Na área da saúde, apesar de haver, nas duas comunidades, postos de saúde, a falta de médicos e a demora dos atendimentos tem sido alvo de

reclamações dos entrevistados. Alguns têm que se deslocar até a cidade para conseguirem ser atendidos.

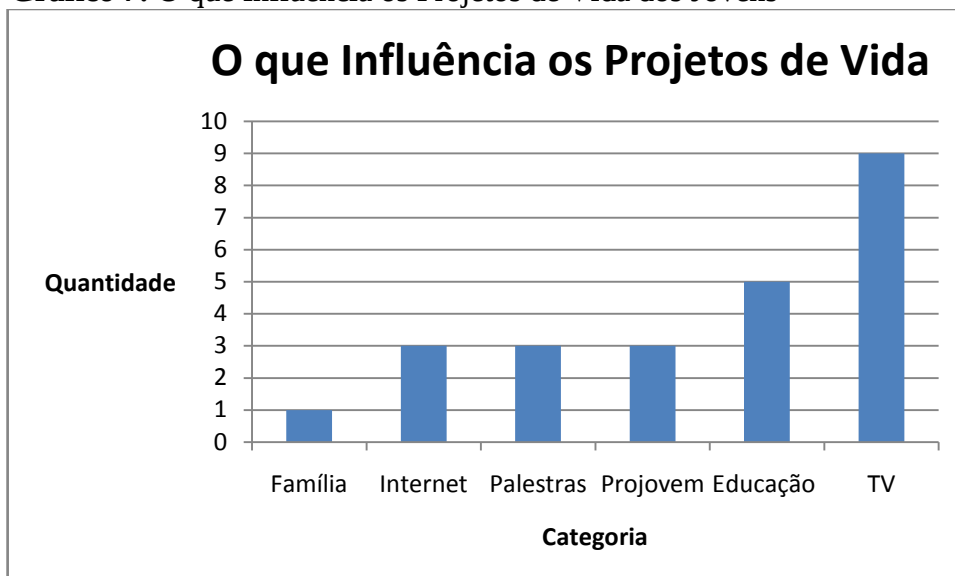
6.11-O Jovem Rural Quilombola e os Projetos de Vida para o Futuro

Perguntou-se aos jovens se a política de reconhecimento quilombola estava influenciando na formulação de seus projetos de vida. Dos entrevistados, 36 % responderam que ela influencia, pois o governo investe mais na comunidade e ela poderá melhorar; 28 % responderam não, pois não conhecem a política e 36 % afirmaram não saber. Já em relação à influência das políticas públicas direcionadas aos jovens, 56 % afirmaram que elas influenciam, pois trazem mais conhecimento, 12 % disseram que não e 32 % não responderam, pois disseram não saber.

Afinal, o que tem influenciado os projetos de vida na ótica dos jovens? As respostas se encontram no gráfico 7. A televisão, educação e o Projovem foram os mais citados, o que demonstra a importância não só dos meios de comunicação e da escola, mas também de políticas públicas. Os meios de comunicação exerceriam influência na formulação dos projetos de vida de 60 % dos entrevistados, pois estariam trazendo mais conhecimentos para a vida deles; 16 % responderam que a televisão não influencia e 24 % ficaram indecisos.

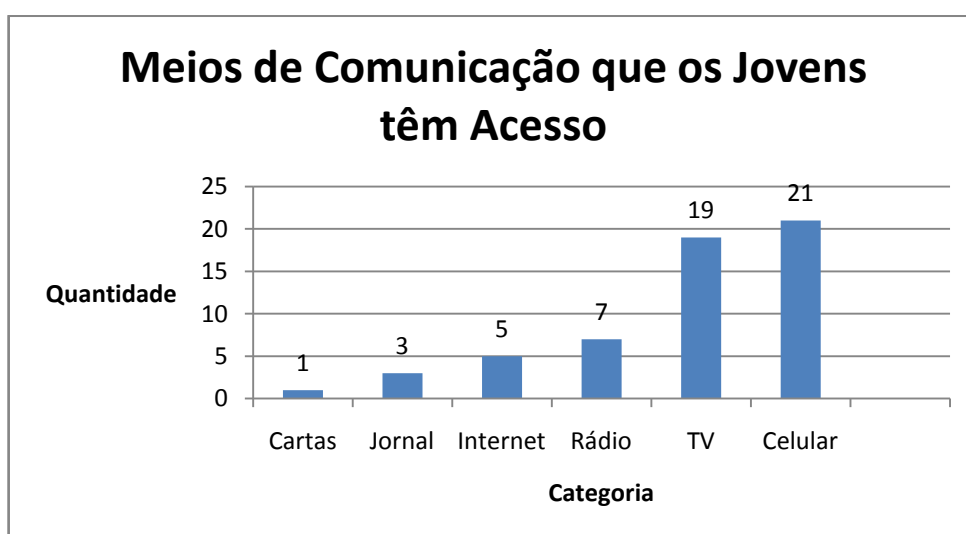
Tais resultados se justificam quando analisamos quais os meios de comunicação os jovens têm mais acesso (Gráfico 8). O celular e a televisão despontam como mais citados, seguidos do rádio, jornal, internet e cartas (correios).

Gráfico 7: O que Influência os Projetos de Vida dos Jovens



Fonte : Dados da pesquisa de campo, 2012.

Gráfico 8: Meios de Comunicação que os Jovens têm Acesso



Fonte : Dados da pesquisa de campo, 2012.

Os meios de comunicação citados acima foram financiados em 88 % dos casos pela família dos jovens e em 12 % pelos próprios entrevistados. Na opinião dos jovens, em 96 % dos casos, daqui a dez anos eles serão capazes de arcar com os gastos desses aparelhos. Conforme se verifica em algumas falas, a justificativa

esteve ligada ao fato de que os jovens estarão trabalhando e assim terão uma renda capaz de possibilitar a aquisição e manutenção desses aparelhos.

“Sim, porque já vou estar trabalhando e terei uma melhor renda” (Entrevistado 5, 15 anos, Guiné).

“Sim, porque já vou ter um emprego mais fixo” (Entrevistado 2, 17 anos, Guiné)

“Sim, porque pretendo estar trabalhando e conseguindo me sustentar sem a ajuda dos outros” (Entrevistado 6, 15, Guiné).

“Sim, porque eu vou arrumar um emprego digno para mim” (Entrevistado 7, 15, Guiné)

“Sim, porque estarei trabalhando” (Entrevistado 7, 18, Guiné)

Se eles estarão trabalhando no futuro, qual é a profissão que eles imaginaram estar exercendo? A maioria dos jovens deseja profissões ligadas a atividades não agrícolas, sendo que as profissões de advogado, engenheiro, professor e jogador de futebol foram as mais citadas. A profissão ligada ao setor rural foi veterinária.

Em termos de escolaridade, 60 % dos jovens desejam fazer curso superior, 12 % responderam que vão terminar apenas o 2º grau, 4 % desejam terminar o 2º grau e fazer algum curso profissionalizante e 24 % não souberam responder.

No futuro, em relação ao estado civil, 60 % se vêem casados, 24 % solteiros e 16 % não souberam responder. A cidade foi o local de moradia escolhido em 100 % dos casos, sendo citadas mais vezes: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete. A justificativa foi que na cidade, especialmente nas citadas pelos entrevistados, haverá mais oportunidade de trabalho e melhores condições de vida. Assim, percebe-se que, ao menos teoricamente, os jovens têm vislumbrado a migração para cidades de grande porte como perspectiva de futuro melhor.

Alias, a migração é uma realidade na comunidade, 92 % dos entrevistados possuem algum parente morando em outra cidade sendo que em 28 % dos casos ele eram irmãos dos entrevistados, em 32 % são os tios e primos. As cidades mais mencionadas pelos entrevistados como destino de seus parentes foram em ordem decrescente: Belo Horizonte, São Paulo, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete.

Percebe-se que entre essas cidades estão àquelas citadas como destino dos jovens entrevistados, o que mostra a influência da rede familiar na elaboração dos projetos de vida, embora a família não tenha sido considerada fundamental pelos jovens quando questionados sobre os fatores de influência no seu futuro.

Apesar da tendência a migração, existe algum fator que poderá contribuir para permanência desses jovens no meio rural? Os resultados apontam que sim. Para 68 % dos jovens, o que contribuiria para a sua permanência no meio rural seria a existência de emprego. Apenas 12 % responderam que nada os prenderiam ao meio rural. Responderam que o casamento 4 %, a família 4 %, melhoria no transporte 4 %, criação de uma casa paroquial na comunidade 4 %, não responderam a pergunta 4 %. No total, 84 % dos jovens indicam uma tendência de permanecer na comunidade, desde que satisfeita à necessidade prioritária de emprego. Como os entrevistados percebem que pode não haver mudanças a médio ou curto prazo no campo de possibilidades profissionais no âmbito local, parece haver coerência com a perspectiva de futuro nas cidades maiores.

Foi perguntado aos jovens se a comunidade, mesmo diante da migração da juventude iria continuar. Para a totalidade dos entrevistados, a comunidade continuaria, pois “tem os que saem”, mas “tem os que ficam”, e esses casam cedo. Isso foi constatado por uma das entrevistadas, de 16 anos, que iria se casar daí a poucos dias. Além disso, uma estratégia utilizada para evitar a migração juvenil definitiva é a migração sazonal dos homens casados ou dos filhos mais velhos.

Os sentimentos dos jovens em relação à comunidade se manifestaram em termos de: alegria; amor, amizade, solidariedade, tranquilidade, presença da família. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente eles manifestam sentimentos positivos em relação à comunidade, o que justifica o desejo de alguns de preferirem ficar na comunidade. Tais resultados corroboram com Magno e Doula (2011) que relatam que os jovens do Buieié, outra comunidade quilombola do município de Viçosa, valorizam a comunidade, e a têm como local tranquilo, local onde se encontra a família e os amigos.

Diante dos resultados, retomamos o questionamento: a juventude rural quilombola é desinteressada pelo meio rural? Os resultados indicam que na maioria dos casos não. O desejo de ir para cidade, nos casos analisados, se configura como uma saída para se conseguir melhores condições de vida. Em

alguns casos ela se configura como meio de sobrevivência, uma vez que o mercado de trabalho no meio rural e no município como um todo é restrito.

6.12-O jovem rural Quilombola e suas Identificações Culturais

Os resultados demonstram que a maioria dos jovens rurais quilombolas não se sentem diferentes dos urbanos. Sendo “iguais” aos urbanos, eles ainda se identificam com a cultura de seus antepassados? Os resultados apontaram que sim. Mesmo reivindicando uma juvenialidade contemporânea, desejando ter acesso aos bens tecnológicos contemporâneos como celular, computador, moto, etc; a maioria dos jovens se identifica com pelo menos um elemento da cultura de seus antepassados. Eles identificaram com clareza os elementos da cultura herdados (tabela 9). Uma das jovens disse que sua irmã gosta de benzer. Já outra afirmou que sabe benzer e que foi a mãe quem ensinou.

Tabela 9: Elementos Identificatórios da Cultura dos Antepassados

Religião	Candomblé, Umbanda, macumba
Festas religiosas e profanas	Congado, Maculelê, Teteia, Junina, Santo Antônio
Alimentação	Feijoada, farinha de monjolo, canaviais, mandioca, café, frutas
Medicina popular	Benzedeiras, remédios caseiros
Cultura material	Pilão, moinho, carro de boi, engenhoca, fazendas, casa de sapé, casa de pau-a-pique, pedra, arado
Natureza e território	Jequitibá, campo de futebol
Outros	Capoeira, historias de antigamente, artesanato

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2012.

Em relação à prática da benzeção, um dos entrevistados relata que na comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, existem vários tipos de benzeção, as de crianças, mal olhado e as da macumba. Em relação à religiosidade de matriz africana, percebe-se na fala abaixo que ela está sendo transmitida dentro das famílias. O fato de apenas um dos entrevistados ter mencionado, não é sinônimo de sua inexpressividade ou ausência, só uma pesquisa mais aprofundada poderá revelar sua magnitude dentro dessas comunidades. O que se sabe é que a religiosidade de matriz africana ainda é alvo de preconceitos, por isso, em muitos contextos ela é escondida dos olhares dos “de fora”, ou permanece mesclada a práticas de outras religiões.

“tem vários tipos de benzedeiras, as que benzem crianças e mal olhado, e tem as que benzem na macumba. Aqui tem magia negra, mas isso é tudo coisa de família”
(Entrevistado 2, F, 16 anos, Pinheiros Altos).

Na tabela 10 são transcritas algumas das falas dos entrevistados e como se pode verificar, os jovens estão se identificando mais com o congado, as rezas, danças e festas. É importante salientar que dos jovens que gostam do congado, nem todos dançam nas congadas, apenas um disse fazer parte, mas os outros gostam de assistir e, no caso de Guiné, ressentem-se por não mais estar havendo apresentação da congada após as festas na igreja local. Segundo consta, os dirigentes das rezas não estariam convidando a guarda de Congo. Isso fez com que os jovens considerassem as festas na atualidade, chatas e desanimadas. A banda de Congo continua a se apresentar fora da comunidade. O fato mencionado é recente, mas parece que não permanecerá, pois a comunidade está pressionando para que volte a ter a dança da congada após as festividades.

Tabela 10: Identificações Culturais dos Jovens

“O congado é uma cultura e muitos jovens participam” (Entrevistada 18, F, 15 anos, Guiné)
“As rezas e as comidas” (Entrevistada 16, F, 18 anos, Guiné).
“Sim, eu sei benzer, minha mãe me ensinou” (Entrevistada 25, F, 16 anos, Pinheiros altos)
“Participo de missa e do congado” (Entrevistado 7, M, 15 anos, Guiné)
“Participo da igreja, assisto a congada e danço forró” (Entrevistado 9, 18, Guiné)
“A natureza e outros” (Entrevistada 25, F, 14 anos, Guiné)
“O congado” (Entrevistado 4, M, 15 anos, Guiné)
“Com os elementos de danças” (Entrevistado 1, M, 15 anos, Guiné)
“Sim. Arquitetura, costumes, festas, culinárias. Eu tento preservar alguns costumes” (Entrevistado 3, 16 anos, Guiné)
“Sim, Teteia, congada” (Entrevistada 19, F, 15 anos, Guiné)
“Congadas, rezas, comida, etc” (Entrevistada 11, F, 16 anos, Guiné)
“As rezas, as comidas, Congadas, etc” (Entrevistada 20, F, 18 anos, Guiné)
“Quadrilha, congado, e futebol (Entrevistada 21, F, 16 anos, Guiné)
“Sim, artesanato (fazer balaio)” (Entrevistado 26, F, 18 anos, Pinheiros Altos)

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

Em termos religiosos, 100 % dos jovens disseram que frequentam algum tipo de culto religioso. Disseram frequentar a igreja católica, 96% dos entrevistados, e a evangélica, 4 %. A frequência com que esses jovens, na maioria dos casos, vão às missas católicas é uma vez por mês. Isso porque as missas são

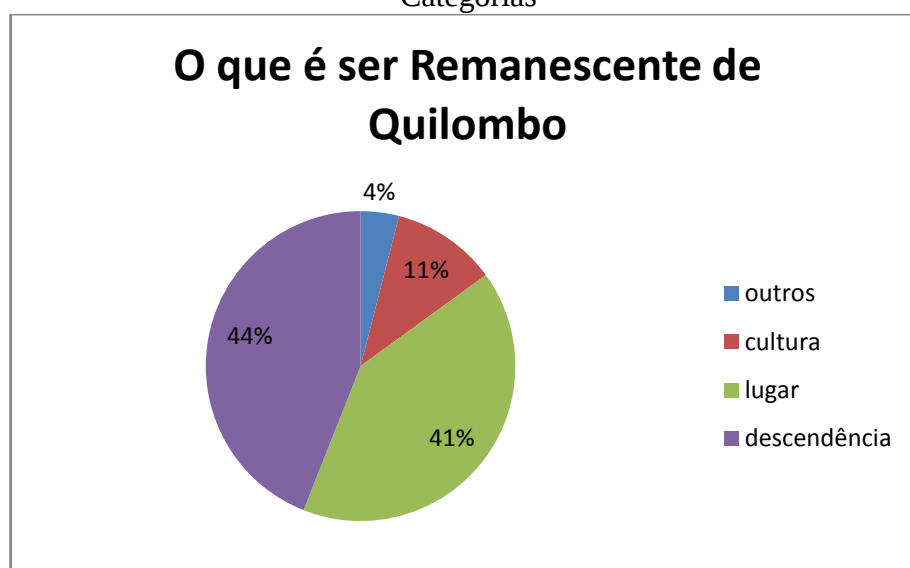
celebradas mensalmente na comunidade. Os evangélicos frequentam de uma a três vezes por semana.

Ainda em relação à religiosidade, 25 % dos entrevistados afirmaram participar do Grupo de Reflexão. Uma das jovens disse que não só participa, mas também ajuda na condução do grupo.

Os estilos musicais que os jovens mais gostam são o funk, sertanejo e forró. Vale ressaltar que o funk é um estilo musical que se originou da música *soul*. Esta nasceu entre a população negra nos Estados Unidos. Para a maioria dos jovens, seu gosto musical, modos de vestir e formas de lazer, não são diferentes dos jovens urbanos. Para 64 % não há diferenças entre o jovem rural e o jovem urbano, assim como não há entre o jovem quilombola e o não quilombola. Já para 36 % existem diferenças e elas se dariam em termos de maior grau de escolaridade por parte dos urbanos.

Os resultados da pesquisa evidenciaram também que a maioria dos jovens entrevistados (88 %) se autodefiniram como remanescente de quilombo. Suas representações em relação ao que seja remanescente de quilombo apareceram associadas principalmente à ideia de lugar-território (41 %), descendência (44 %) e outros (4 %) (Gráfico 9).

Gráfico 9: Definições do que é ser Remanescente de Quilombo Agrupadas em Categorias



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012

Na Tabela 11, são evidenciadas as falas mais representativas para cada uma das categorias citadas. Observa-se que esses jovens estão se reportando ao passado e para maioria deles ser quilombola é “ser descendente dos escravos”. Isso, somado ao autorreconhecimento dos mesmos, é de suma importância para a comunidade, pois revela que a juventude, o futuro da comunidade, se identifica em termos identitários com as origens históricas, sociais e culturais do grupo.

As falas demonstram que há uma diversidade de possibilidades de identificações culturais, sejam elas transmitidas no interior das famílias ou pela coletividade. A religiosidade, como fica claro, é o comportamento cultural mais forte e o que permite o elo de continuidade entre as gerações. Talvez por isso a descontinuidade das apresentações do Congado sensibilize tanto os “novos e velhos portadores” da cultura, na medida em que essa manifestação, típica das populações afrodescendentes rurais, alia a religiosidade, a festa e o lazer, ou seja, aqueles elementos de sociabilidade que os jovens entrevistados afirmam estar carentes.

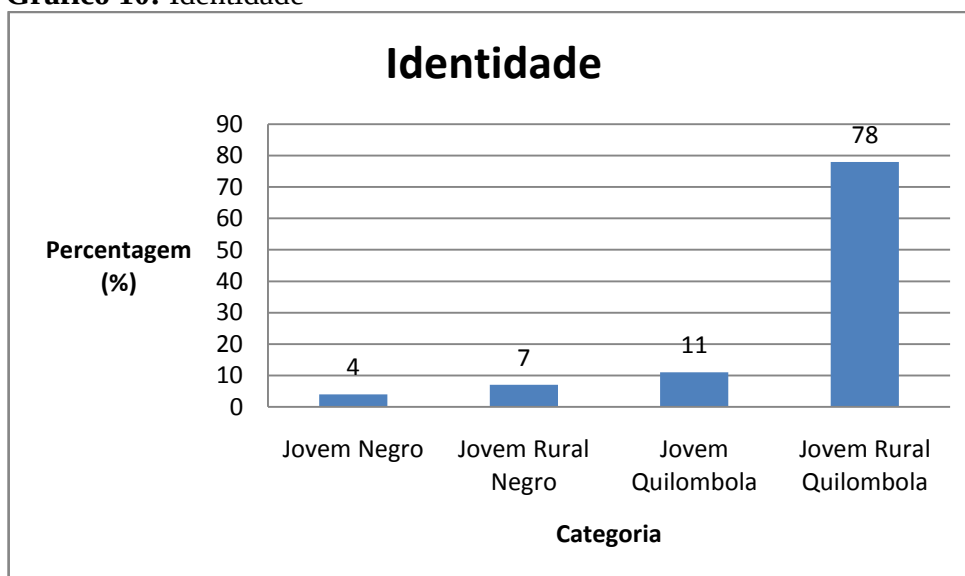
Tabela 11: Definições de Remanescente de Quilombo segundo os Jovens

Um Lugar	“Um lugar diferente que tinha muita gente com muitas mulheres e crianças ” (Entrevistada 20, F, 14 anos, Guine). “Pra mim, ser quilombola é morar em um lugar onde foi habitado pelos escravos refugiados onde formaram os quilombos” (Entrevistada 13, F, 17 anos, Guine). “lugar que ficava os negros. Quer dizer, lugar que fica até hoje” (Entrevistado 12, 15anos, Guiné) “lugar onde antigamente habitava os escravos” (Entrevistado 22, 15anos, Guiné) “lugar que tem negros que é conhecido, pelos de fora, como quilombola” (Entrevistado 23, M, 15 anos, Guiné)
Um descendente de escravos	“É ser desentende do povo do quilombo e pertencer ao lugar onde os escravos viviam a muitos anos atrás” (Entrevistada 17, F, 16 anos, Guine). “Ser descendente de escravos” (Entrevistada 15, F, 16 anos, Pinheiros Altos). “Em minha opinião, remanescente de quilombo, são pessoas que são parentes ou que já pertenceram a uma comunidade quilombola” (Entrevistado 1, M, 15 anos, Guine). Na minha opinião quilombola são escravos que viviam nos quilombos há muitos anos atrás” (Entrevistada 10, F, 16 anos, Guine). “Em minha opinião, ser quilombola é ser uma pessoa que de uma maneira ou outra tinha relações de vivência com escravos. Mas na vivência da vida, pude aprender que ser quilombola eram pessoas que não ganharam a liberdade para sair da escravidão, então fugiam” (Entrevistado 9, F, 14 anos, Guine).
Uma cultura	“É uma cultura” (Entrevistado 8, 17 anos, Guiné).
Outros	“Ser uma pessoa que corre atrás, luta, que deixa suas histórias” marcadas (Entrevistado 4, M, 15 anos, Guine).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012

O gráfico 10 revela a forma como os jovens entrevistados gostariam de ser reconhecidos pelas pessoas de fora da comunidade. A maioria (78 %) gostaria de serem reconhecidos como sendo um jovem rural quilombola, 11 % como um jovem quilombola, 7 % um jovem rural negro e 4 % um jovem negro. Os dados revelam que as categorias “quilombola” e “rural” são fortes identificações entre esses jovens, a primeira aparece em 89 % dos casos, e a segunda em 85 % dos casos.

Gráfico 10: Identidade



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012

Diante dos resultados será que podemos afirmar que esta juventude está se identificando somente com as coisas urbanas? A cultura local ainda tem peso na vida desses jovens. Os jovens consideram que o fato de desejarem usufruir de bens modernos e urbanos, não apaga as marcas identitárias relacionadas à cultura de seus antepassados. Assim, conforme apontou Cuche (2002), a juventude, ao construir sua identidade faz uma síntese de suas identificações culturais. Para os jovens entrevistados isso não é fonte de tensão, eles não vêem problemas em gostar de coisas modernas e ao mesmo tempo das tradicionais. Talvez o problema esteja nos olhos de quem vê “de fora”, exigindo uma pureza cultural que não

existe dentro das sociedades chamadas “tradicionais”, sejam elas rurais, quilombolas ou indígenas.

Assim, a pesquisa mostra que nos grupos estudados, os jovens se identificam prioritariamente pelo território ocupado pelos ancestrais, pela descendência comum de um passado ligado à escravidão, pela ruralidade e por bens culturais, em particular a religiosidade.

No entanto, há que se destacar que apenas as identificações culturais e territoriais não bastam para garantir a reprodução social de um determinado grupo. Há as condições objetivas, das quais os jovens são carentes e conscientes, cuja concretização depende de outras esferas de poder. Trabalho, continuidade dos estudos, infra-estrutura são condicionantes para que os jovens permaneçam no local, não simplesmente como forma de reduzir o êxodo rural rumo às cidades, mas como direitos fundamentais de cidadania.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os questionamentos que nortearam a pesquisa, pode-se concluir que os jovens rurais quilombolas não possuem conhecimentos das exigências contidas nas disposições legais. No entanto, sem saber das exigências, eles estão se identificando e preservando a cultura de seus antepassados. Além disso, eles se autodefinem como remanescente de quilombo, exigência fundamental para uma comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo e ter direitos garantidos.

Nas comunidades não se observaram conflitos intergeracionais decorrentes das imposições legais. Os conflitos apareceram relacionados aos comportamentos dos jovens dentro das famílias.

Os jovens estão valorizando positivamente algumas tradições, especialmente no âmbito religioso. Isso não significa que o jovem não esteja imerso em uma rede mais ampla de contatos interpessoais, que não sofra influência da mídia e das novas tecnologias da informação e comunicação, ou mesmo as atualizações culturais que decorrem do trânsito entre rural e urbano. Essas novas configurações confirmam os estudos sobre a acumulação de identidades ou de uma identidade performática, como propôs Hall, que elaboram sínteses de variados contextos socioculturais. Esta característica, comum ao segmento juvenil como um todo é dificilmente reconhecida pelas políticas públicas e pelos órgãos responsáveis por sua implantação.

As políticas públicas estão concentradas nas atividades agrícolas, o que as tornam ineficazes quando pensamos na realidade dos jovens quilombolas, pois eles não têm terras suficientes para exercerem essas atividades. Esse fato demonstra a importância de outras políticas de geração de emprego em outras áreas, pois assim o jovem poderá ter condições de se manter em seus locais de origem. O Projovem tem sido utilizado como um dos meios para reverter o quadro de exclusão da juventude, mas, sozinho ele não está revertendo à realidade vivenciada, sendo necessárias outras políticas que complementem suas ações.

Os jovens rurais quilombolas das comunidades estudadas não vivenciam o período de moratória social proporcionada pelos estudos, como o vivem os jovens

urbanos; desde cedo eles se vêem obrigados, devido às condições socioeconômicas de suas famílias a procurar um emprego para se sustentar. Isso justifica a evasão escolar após a 6ª série do ensino fundamental e a migração. Esta última não se configurou, na maioria dos casos, como uma escolha, mas como “solução” para garantir sustento e melhores condições de vida. Esse quadro só poderá ser revertido caso haja emprego no meio rural. Nesse aspecto as prefeituras das pequenas cidades têm se mostrado inoperantes tanto na captação de novos investimentos, como na distribuição mais equilibrada dos recursos disponíveis.

Em relação ao arranjo institucional local, a Emater tem buscado implantar alguns programas, apesar de saber da necessidade de desenvolvimento de estratégias diferenciadas para se trabalhar com as comunidades quilombolas. Mas, em relação à juventude rural a instituição tem oferecido capacitação, mas que não tem se configurado como garantia de emprego. Isso aponta que outras instâncias locais não têm cumprido seu papel de desenvolver projetos de geração de emprego.

Assim, podemos concluir que a juventude está fazendo escolhas diante do campo de possibilidades no qual estão inseridos. Afirmar apressadamente que eles são mais interessados pelo urbano e por isso migram, é não perceber o contexto de limitações que impede a concretização das aspirações dessa juventude, inclusive as de permanecer no local de origem. Assim, é preciso conhecer a juventude rural quilombola para que dessa forma as políticas públicas possam realmente satisfazer suas necessidades concretas. É nesse sentido que esta dissertação espera contribuir, dando visibilidade a esse jovem, fazendo ouvir sua voz.

Vale ainda ressaltar a importância de uma boa formação dos extensionistas rurais. Nesse sentido, o programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa desponta como uma das instituições que têm oferecido uma formação mais ampla sobre o rural.

Atualmente, no meio rural, há uma gama de novos atores sociais que vêm lutando por seus direitos e por melhorias das condições de vida. Os extensionistas precisam conhecer essas realidades, que são múltiplas, para que dessa forma esses novos atores sociais não permaneçam na invisibilidade. Os agentes externos são importantes facilitadores do acesso a políticas públicas, especialmente a de demarcação das terras quilombolas. A invisibilidade diante das instâncias

municipais tem retardado a titulação das terras e o desenvolvimento comunitário. Esse é o caso de Piranga, onde as comunidades ainda permanecem invisíveis, sendo assistidas como qualquer outra comunidade rural. De um modo geral, as instituições procuradas durante essa pesquisa justificaram a sua pouca atuação pela dificuldade de compreensão das realidades culturais e identitárias dessas comunidades.

Para uma melhor compreensão da realidade da juventude rural quilombola é necessário também um maior investimento em pesquisas. Há uma gama de questões que precisam ser exploradas em maior profundidade como, por exemplo, a influência dos meios de comunicação, as abordagens de gênero, noção de risco, cultura, etc. Esta dissertação é apenas uma das várias formas de se pensar a juventude, não como problema, mas como potencial de desenvolvimento local que, no entanto, na atualidade ainda permanece anônima e com um campo de possibilidades muito limitado.

8-REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ABRAMO, H.W.O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro.In: Freitas, M.V. **Juventude e ação educativa**. São Paulo, 2005.

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n.6, set./dez.1997.

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 448 p.

ALMEIDA, E. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, M.P(Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências sociais e Serviço social (1999-20006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ANDRADE, M.P. Novos sujeitos de direitos e seus mediadores- uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. **Revista Antropolítica**. Niterói, v.16, n.2, p.43-61, 2009.

ANJOS, R. S. A. Cartografia da diáspora África – Brasil. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1, p. 261-274, out. 2011.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. Unesp. 1997.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero Limitada, 1983. 121p.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, p.35-51.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista. Katál. Florianópolis** ,v.13, n.1, p.133-139 jan./jun. 2010

CARNEIRO, M.J. Ruralidades: Novas identidades em questão. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.53-75. out. 1998.

CARNEIRO, M.J. **O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&areaID=21>

Acessado em: 12/ 03/ 09.

CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, W.; MARTONI, P. P. (org). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008.

CARNEIRO, M.J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007, 53-66p.

CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007, 311p.

CARRANO, P.C.R.; DAYRELL, L.; SILVA, A.B. **Sementes da memória: um documentário sobre jovens (e) quilombolas**. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Sementes_da_Memoria_Seminario_Juv_Rural.pdf> Acessado em: 14/11/11.

CARRIL, L.F.B. Trabalho E Excedente Econômico: Remanescentes De Quilombos No Brasil. Scripta Nova, **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. V.6, n.119 (39), agosto de 2002.

CARVALHO, I.T. **O Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: Entre o Processo de Reconhecimento e a Construção Cultural**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, MG, 2009.

CASTELLS, M. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Paz e terra, São Paulo, 2004

CASTRO, J.A; AQUINO, L. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. IPEA. Governo Federal. 2008.

CASTRO, E.G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão de um ator político. **Revista Latino Americana de Ciências Sociais**, Niñez y juventud, v.7, n.1, enero-junio, 2009, p.179-208.

CASTRO, E.G.. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para debate**. Disponível em: <[http://: WWW.alasru.org](http://WWW.alasru.org)> Acessado em: 11/11/10

CASTRO, E.G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão de um ator político. **Revista Latino Americana de Ciências Sociais**, Niñez y juventud, vol.7, n. 1, enero-junio, 2009, PP. 179-208.

CEDESFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e resistência**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

COSTA, F.D. Políticas Públicas de Juventude no Brasil no Período de 1999 – 2007. **Revista de educação do IDEAU**. v.4, n.8, jan/jun, 2009.

COSTA, W.T. **Para Além Da Tinta E Da Madeira: Juventude Rural e Preservação Patrimonial em Pedra do Anta-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, MG, julho 2010.

COSTA , F.D. Políticas Públicas de Juventude no Brasil no Período De 1999 – 2007. **Revista de educação do IDEAU**. V.4,n.8, junho 2009.

COSTA, J.B.A. As formações quilombolas em Minas Gerais. In: _____ **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc.XXI**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.25-28.

COSTA MATOSO, Caetano da. **Código Costa Matoso**: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, V.2, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru-SP, EDUSP, 2002.

CUPERTINO, M.C.; PINTO, N.M.A.; FIÚZA, A.L.C.; MAGNO, L.; DELESPOSTE, A. G. **Território e Cultura: A construção das identidades negras em uma comunidade rural da Zona da Mata Mineira**. Relatório final de projeto de pesquisa, Iniciação Científica, Universidade Federal de Viçosa, 2009.

DOULA, Sheila Maria; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; COSTA, Wander Torres; SANTOS, Alexandra. A extensão rural brasileira pós-paradigma do desenvolvimento agrário. **Seminário La extensión rural en la región sur: diálogo de saberes**. Instituto interamericano de cooperación agrícola. Buenos Aires, noviembre de 2009.

FEIXA, C. LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**. v.25, n.2, p.185-204, maio/agos.2010.
FIGUEIREDO, A.V. **O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento ético**. Curitiba: Appris. 211p.

FIABANI, A. **Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]**. Tese (doutorado em História), Universidade do vale dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2008.

FONTELES, L.V. **A Identidade Do Negro Sertanejo E A “Invenção” Dos Remanescentes De Quilombos**. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em

Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. 28 a 30 de maio, 2008.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo. Editora Pioneira, 1972. 172 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas. 2002.

GUIMARAES, C.M. Mineração, Quilombos e Palmares Minas Gerais no Século XVIII. In:_____ **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.139-163.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2006, 102 p.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T.; HALL, S. & WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes. 2000, 132 p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, UFMG, 2009, 410p.

JAIDE, W.; DAVIS, A.; GOTTLIEB, D.; REEVES, J.; GUIGOU, J.; KEIL, E.T.; RIDDELL, D.S; GREEN, S.R.; HABERMAS, J.; VON FRIDEBURG, L.; OEHLER, CH.; WEITZ, F.; & LIPSET, S.M. **Sociologia da juventude, II: para uma sociologia diferencial**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968. p.133.

JODELET, D. **Representações sociais um domínio em expansão**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2001.

LEITE, I.B. O Projeto Político Quilombola: desafios e impasses atuais. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.3, p.965-977, set/dez.2008.

LEITE, I.B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**. v.4, n.2, p.333-354, 2000.

KERBAUY, M.T.M. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia, Araraquara, 2005.p.193-203.

LIMA, R.C. **Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações**. Campinas. Editora Alínea, 2008.

LUNA, F.V. **Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)**. São Paulo,

MAGNO, L.; DOULA, S.M. & PINTO, N.M.A. “Todo mundo conhece a gente agora”: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**. v.9, n.1, p.305-319, 2011.

MANNHEIM, K. **Sociologia**. São Paulo. Editora Ática, 1982.

MARQUES, C.E. De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**. São Paulo USP, v.52, n.1, p.339-367, 2009.

MATTOS, R.A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2009. 217p.

MUNANGA, K.; GOMES, N.L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. 224p.

NOVAIS, R. Nada será como antes: notícias das juventudes Sul-americanas. **Observatório da Cidadania**, 2007, p.99-107.

_____ Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas.

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. **Revista Análise Social**. v.25, 1990, p.139-165

REIS, Alexandro. **As comunidades quilombolas no governo Lula**.

ROCHA; L. M. M.; MACIEL, M. C. R.; REZENDE, R. S. de; WILLIE, L.; SILVA, L. C. da; BERNARDO, E. V.; SANTOS, M. S. T.. **Juventude Rural e a influência da internet no cotidiano doméstico e escolar: um estudo de caso no município de São João -Pe**. In: X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, JEPEX , UFRPE, Recife, 18 a 22 de outubro, 2010.

RODRIGUES; J.A.M. **Análise de redes de políticas de juventude**. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências políticas da universidade de Brasília. Brasília. Abril, 2008.

RUA, M.G. **Análises de Políticas Públicas: conceitos básicos**.Disponível em: http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/.../pol_publicas.PDF. Acessado em: 20/05/2011.

RUSSCZYK, J. Dilemas e desafios do fazer antropológico: considerações sobre uma experiência particular. In: In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P.; FONSECA, C. (orgs). **Antropólogos em ação: Experimentos de pesquisa em Direitos Humanos**. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

SALOMÃO, J.F. A Construção Identitária de Grupos Remanescentes de Quilombos e em um Contexto de Migração Urbana no Espírito Santo, Brasil,

SAMPAIO, J.A.L. Terras de quilombo: direito territorial etnicamente diferenciado, reparação histórica e reforma agrária. In: _____ **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.17-24.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador. Edufba, 2007. p.335.

SANTOS, A. **Entre a colher e a enxada, interfaces entre a alimentação e a cultura dos quilombos de Piranga-MG**. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2009.

SANTOS, A.; DOULA, S.M. Políticas Públicas E Quilombolas: Questões Para Debate e Desafios À Prática Extensionista. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGExR – CCR – UFSM, Ano XV, nº 16, Jul – Dez de 2008

SANTOS, A.; DOULA, S.M. Conquista territorial quilombola e extensão rural: novas perspectivas, novos desafios. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...**Porto de Galinhas, 2010.

SCHMITI, A.; TURATTI, M.C.M. & CARVALHO, M.C.P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente & Sociedade**. v.5, n.10, p.1-8, 2002.

SILVA, G. A.N. **A demografia escrava em Piranga (1840-1888): apontamentos para o Estudo da família escrava**. In: Anais do III Simpósio impérios e lugares no Brasil (ILB): Itinerários da pesquisa Histórica: Métodos, fontes e campos Temáticos. UFOP. 12-14 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/anaisilb.htm>> Acessado: 04/03/2012

SILVA, T.T.; A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T.; HALL, S.; & WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes. 2000, 132 p.

SILVA, T.T.; HALL, S. & WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes. 2000, 132 p.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: _____ Juventude e contemporaneidade. Brasília UNESCO, Anpecc, 2007, 243p.

SOUSA, L.A. De “moreno” a “quilombola”: O antropólogo nas comunidades de remanescentes de quilombo. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. In: FONSECA, C.(orgs). **Antropólogos em ação: Experimentos de pesquisa em Direitos Humanos**. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

SOUZA FILHO, B. A Identidade Quilombola. **Ciências Humanas em Revista**. São Luis, v.5, n. especial, p.149-158, junho.2007.

SOUZA, J.R.M. Quilombos (palenques), terras de pretos: identidades em construção. **Revista Brasileira do Caribe**. São Luis, v.11, n.22, p.33-57, jan./jun.2011.

SWEET, J.H. **Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa, 350p.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.17, n.34, 1997.

Fonte: <http://www.scielo.br>

Acessado em: 08/07/2012

WANDERLEY, M.N.B. **jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007, p.21-33.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência do Brasil 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, Brasília, Ministério da Justiça, 2011.

WEISHEIMER, N. **Juventude rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, 76p.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. v.25, n.2, p.205-224, maio/agos.2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.; HALL, S. & WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes. 2000, 132 p.

Sítios

WWW.CEDEFES.org.br

WWW.Incra.gov.br

WWW.Ibge.gov.br

WWW.seppir.gov.br

WWW.mda.gov.br

WWW.palmares.gov.br

WWW.piranga.com.br

Documentos:

Arquivo do conhecimento Claudio Manuel da Costa

Gomes, Marco Antônio. A comarca do grande País de Guarapyranga. In: **Piranga da guerra e na paz.**

Gomes, Marco Antônio. **Palavras negras em Lavras Novas e o legado da resistência negra no País de Guarapyranga**

Apêndices

Entrevista com a coordenadora do Projovem- Adolescente

Nome:

Instituição no qual trabalha:

cargo/Função:

- 1- Quais são as comunidades que tem o Projovem ?
- 2- Número de jovens atendidos:
- 3- Faixa etária:
- 4- Trabalhos desenvolvidos:
- 5- Desafios de se trabalhar com a juventude:
- 6- O que melhorou na vida dos jovens:
- 7- Como são os jovens de Guiné:
- 8- Quantos jovens participam do Projovem em Guiné:
- 9- Quais são as demandas dos jovens em Guiné:
- 10- Demanda dos jovens (em termos de município):
- 11- As demandas dos jovens urbanos são as mesmas dos rurais? As demandas desses jovens são as mesmas dos pertencentes a comunidades quilombolas, ou existe diferença? Quais são essas diferenças?
- 12- Diante da realidade do município, a faixa etária estipulada pelo Projovem- Adolescente dá conta das necessidades dos jovens?
- 13- No município existe o projovem?
- 14- Comunidades quilombolas: existe algum programa direcionado aos quilombolas?

Entrevista com Extensionista da Emater/Piranga

Nome:	Formação:
Cargo :	

1. Quais são os programas que a Emater/Piranga oferece para as comunidades rurais?
2. A Emater presta assistência técnica às comunidades quilombolas? Atualmente quais são os trabalhos desenvolvidos junto a essas comunidades?
3. Quantas famílias são atendidas pela instituição? Existe algum tipo de dificuldade para os quilombolas acessarem os programas? Quais são essas dificuldades?
4. Qual(is) são os principais desafios de se trabalhar com comunidades quilombolas
5. Você se sente capacitada para trabalhar com este público? Por quê?
6. A Emater está preparada para trabalhar com essas comunidades?
7. Em sua opinião quem são os responsáveis pelo trabalho de resgate cultural nessas comunidades? Por quê? Qual seria o papel da Emater?
8. Como são os jovens das comunidades de Guiné e de Santo Antônio de Pinheiros Altos?
9. Qual é a principal demanda desses jovens?
10. A Emater possui algum tipo de assistência ou programa específico para os jovens quilombolas?
11. Quantos jovens já foram atendidos por esses programas? Quantos deles são quilombolas?
12. Existe articulação entre Emater e outras instituições para atendimento aos jovens rurais? Quais são? E para atendimento das comunidades quilombolas?

Entrevista com os jovens

Nome:

Idade:

sexo:

Local onde mora:

Escolaridade:

Bloco 1: O jovem e sua família

- 1- Atualmente quantas pessoas moram em sua casa incluindo você?
- 2- Quem são essas pessoas?
- 3- Quantas pessoas trabalham e qual a principal ocupação deles?
- 4- Qual é a renda mensal de sua família?
- 5- Sua família recebe algum benefício governamental (o bolsa família)?
Quais? Sua família recebe ajuda de outras instituições? Qual(is)?
- 6- Você tem algum parente morando em outra cidade? Quem é esse parente?
Qual cidade? Este parente ajuda sua família? Como é essa ajuda?
- 7- Como é feito a transmissão da terra em sua família?
- 8- Sua família cultiva a terra? O que plantam?
- 9- Sua família tem criação de animais? Quais?
- 10- Você ajuda seus pais em algumas dessas atividades? Quais?
- 11- Como é a sua relação com seus pais? Existem conflitos? Que tipo?

Bloco 2: Trabalho

- 1- **Você trabalha?** Sim____ Não____

(Para quem respondeu não na pergunta numero 1) **você já trabalhou?** Sim____
Não ____

(Para quem respondeu sim na número 2) **Por que parou de trabalhar?**

- 2- Que tipo de trabalho você desenvolve?
- 3- Quantas horas por semana você gasta em cada atividade?

- 4- Qual a sua renda mensal juntando todas as atividades?
- 5- Em termos de trabalho, como você se imagina daqui a dez anos?
- 6- Quais os meios de comunicação você tem acesso
- 7- Quem financiou esses aparelhos?
- 8- Você acha que daqui a dez anos será capaz de arcar com os gastos com esses aparelhos? Por quê?

Bloco 3: Cotidiano na comunidade

1. Você frequenta algum culto religioso? Qual? Com que frequência?
2. O que você mais gosta na comunidade? o que você não gosta?

Bloco 4: Políticas Públicas

- 1- Você sabia que a comunidade Guiné/Santo Antônio foi reconhecida como sendo remanescente de quilombo? Sim_____ Não_____
- 2- Você tem conhecimento das exigências contidas na política de reconhecimento e demarcação de terras quilombola?
- 3- Qual é sua opinião sobre essas exigências?
- 4- Elas vão de encontro às necessidades da comunidade? E com as necessidades dos jovens?
- 5- Você conhece as políticas públicas existentes para os jovens rurais?
- 6- Você conhece alguma instituição governamental ou não (igreja, ONGs, sindicatos, associações) que aplica as políticas públicas na sua comunidade? Qual(is)?
- 7- Quais as ações promovidas por elas?
- 8- Essas políticas públicas vão de encontro às necessidades dos jovens da comunidade? Por quê?
- 9- Você se identifica com as atividades agrícolas? Gostaria de obter mais incentivos para permanecer no meio rural e na atividade agrícola?
- 10- Em sua opinião, em qual área(s) você gostaria de um maior investimento das políticas públicas? Por quê?

Bloco 5: Projeto de vida

1- Como você se imagina no futuro em relação à:

		Local
Escolaridade		
Profissão		
Estado civil		
Local de moradia		

- 2- Você deseja sair da comunidade onde mora? Por quê?
- 3- O que contribuiria para sua permanência no meio rural?
- 4- Os meios de comunicação exercem influência na formulação do seu projeto de vida? Como?
- 5- A política de reconhecimento quilombola influencia? Como?
- 6- As políticas públicas para os jovens e para as comunidades rurais influenciam? Como?
- 7- O que influencia a formulação de seu projeto de vida?

Bloco 6: identidade

1. Você se define para os de fora como sendo quilombola? Por quê?
2. Quais objetos da modernidade você mais gosta e quais você gostaria de possuir?

3. O que você considera como sendo próprio da cultura afrodescendente? Quais elementos culturais a comunidade preserva até hoje? Os jovens da comunidade onde você mora preservam essa cultura?
4. Você se identifica com quais elementos da cultura de seus antepassados? O que vc preserva?
5. Qual estilo musical você mais gosta?
6. Como você gosta de se vestir? Qual seu estilo?
7. Você considera seu gosto musical, modo de vestir e formas de lazer diferente dos jovens urbanos?
8. Existe diferença entre o jovem urbano e o jovem rural? Qual é a diferença? E entre o jovem quilombola e o não quilombola?
9. Você faz parte de algum movimento social, grupos? Quais?
10. Qual sua opinião sobre os jovens da comunidade onde mora? Como eles são? Como são os outros jovens rurais? Como são os jovens urbanos?
11. Que sentimentos você tem em relação à comunidade?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
extensionista da EMATER-Piranga, li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Autorizo a divulgação das imagens fotográficas de posse da Emater-Piranga na dissertação de mestrado.

Voluntário (Entrevistado) _____

Equipe:

Sheila Maria Doula

Maria Cristina Cupertino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, presidente da associação de moradores da comunidade de remanescentes de quilombo _____, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual a comunidade participará. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que somos livres para interromper nossa participação a qualquer momento, sem justificar nossa decisão. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação da mesma, assim como das imagens fotográficas, na dissertação de mestrado. Sei que nosso nome não será divulgado, que não teremos despesas e não receberemos dinheiro por participar do estudo.

Voluntário (Entrevistado) _____

Equipe:

Sheila Maria Doula

Maria Cristina Cupertino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, entrevistado abaixo relacionado, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Voluntário entrevistado	Autorização

Equipe:

Sheila Maria Doula

Maria Cristina Cupertino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Autorizo a divulgação das imagens _____ fotográficas _____ de _____ posse da _____ na dissertação de mestrado.

Voluntário

(Entrevistado) _____

Equipe:

Sheila Maria Doula

Maria Cristina Cupertino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, responsável pelo menor abaixo relacionado, li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual o menor participará. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Entendi que somos livres para interromper a participação do menor a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que não teremos despesas e não receberemos dinheiro por participar do estudo.

Menor	Autorização do responsável pelo menor

Equipe:

Sheila Maria Doula

Maria Cristina Cupertino

Anexos

Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Guiné

CNPJ n.º 22.892.004/0001-42

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 9958-9553

Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC
Dr. Edvaldo Mendes Araújo

Nós da *Comunidade do Quilombo de Santo Antônio do Guiné*, situada nas áreas da Comunidade de Santo Antônio do Guiné, no Município de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos *AUTODEFINIMOS*, como *GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO*.

Portanto, conforme Decreto da Presidência da República de n. 4887 de 20 de Novembro de 2003, pedimos e requeremos que sejamos reconhecidos como tal, a expedição da competente certificação pela Fundação Cultural Palmares, bem como a delimitação, demarcação e titulação de nossas terras.

Nosso breve histórico é o seguinte:

A comunidade de Santo Antônio do Guiné, localizada na região rural do município de Piranga dista aproximadamente 16 km da sede do município. Tendo como núcleo populacional mais próximo os povoados de Coelho, Catanha, Palmeiras, Passarinheiro, que durante o período de chuva, o acesso se torna difícil. A história de Santo Antônio do Guiné está associada à figura do Coronel João Amaro Maciel Parente, grande proprietário de terras na região, que após sua morte, em 1721, deixou terras em legado e deu alforria aos seus escravos. A posse dessas terras foi marcada com o plantio de um jequitibá que existe até hoje. Essa árvore tem uma importância simbólica tão grande para a comunidade que recebeu a denominação de "Jequitibá dos Palmares". Hoje, com mais de 300 anos e 6,30 m de diâmetro, é protegido por lei do Município de Piranga.

As famílias, apresentam elevado grau de parentesco com os antepassados, onde quase todos os moradores mais antigos nasceram e cresceram na própria comunidade constituindo, propriamente uma única família.

Em Santo Antônio do Guiné, há 15 residências e um número aproximado de 150 pessoas, onde as casas atualmente encontram-se cercadas de sitiantes não oriundos de Guiné. As residências são feitas, em sua maioria de adobe e alvenaria, existindo iluminação pública, e antenas de TV. As águas para uso familiar são canalizadas de nascentes ou retiradas de cisternas, o qual as vezes causa problemas com entupimentos da canalização por lodo. Existe uma escola de ensino primário e os alunos que atingem esta fase passam a estudar na sede municipal utilizando o transporte escolar. Para garantir o sustento familiar muitos moradores buscam o trabalho fora da comunidade, migrando as vezes para fora do Estado. Também muitas famílias recebem os benefícios governamentais como Bolsa família, Minas Sem Fome, aposentadorias etc. Algumas famílias ainda trabalham os seus costumes antigos como produção artesanal de rapadura, plantam em sistema de mezeiro, mas muitos moradores possuem o título de propriedade, individuais.

A prática de benzeção e o uso de chás caseiros ainda é realizada na comunidade como: espinhela caída, ventre virado e menino aguado.

Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Guiné

CNPJ n.º 22.892.004/0001-42

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 9958-9553

A comunidade é 100 % católica e tem como marco a festa de Nossa Senhora do Rosário, no mês de Outubro, com tradicional guarda de congo, que conta com pessoas adultas e crianças da comunidade; também a coroação de Nossa Senhora dos ramédios é outra comemoração local. Existe também, uma história muito curiosa da imagem do Santo Antônio ali deixada por um forasteiro a muitos anos atrás. Fala-se que esta imagem veio do Guiné região da África, o qual chegou na comunidade enrolada em um pano e dada pelas mãos deste forasteiro, dizendo que algum dia voltaria para busca-la e até hoje está a imagem se encontra no altar da igreja e na religiosidade da comunidade.

Motivo pelo qual, abaixo assinamos reiterando nossa auto declaração somos **GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**, pedido e requerimento de expedição de registro no livro de cadastro e certificação por parte da **Fundação Cultural Palmares**, delimitação, demarcação e titulação de nosso território por parte do órgão competente.

Termos em que

P.E.Deferimento

Comunidade Quilombo Santo Antônio do Guiné – Piranga/ MG

12 de Fevereiro 2009.

Geraldo Rodrigues Peixoto

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio de Pinheiros Altos

CNPJ :22.589.204/0001-42

CPF: 437.304.266-72

Sua Senhoria o Senhor

Edvaldo Mendes Araújo

MD. Presidente da Fundação Cultural Palmares

A/C

Dr^a. Maria Bernadete Lopes da Silva

MD. Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

SBN – Q 2 – 1º subsolo – Edifício Central Brasília

BRASÍLIA-DF

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS

CNPJ n.º 23965445/0001-01

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 8624642

Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC
Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo

Nós da *Comunidade do Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos*, situada nas áreas da Comunidade de Santo Antônio de Pinheiros Altos, no Município de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos *AUTODEFINIMOS*, como *GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO*.

Portanto, conforme Decreto da Presidência da República de n. 4887 de 20 de Novembro de 2003, pedimos e requeremos que sejamos reconhecidos como tal, a expedição da competente certificação pela Fundação Cultural Palmares, bem como a delimitação, demarcação e titulação de nossas terras.

Nosso breve histórico é o seguinte:

A comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos dista aproximadamente trinta quilômetros da sede do município. Durante o período de chuva, o acesso se torna difícil. Segundo os moradores locais, vivem atualmente aproximadamente oitenta famílias. As famílias possuem uma relação de parentesco e compadrio. As famílias Acácio e Nicácio são os principais e mais antigos troncos familiares entre os moradores. A vegetação da região está parcialmente alterada pela ação antrópica da agricultura e da pecuária. No entorno da comunidade ainda há resquícios de Mata Atlântica.

É observado capoeiras – vegetação de uma área devastada – e presença da imbaúba, árvore de folhas prateadas que cresce nos locais onde houve o desmatamento. Segundo moradores, ainda podem ser observados alguns animais, como o jacu, tatu e mais raramente, o lobo guará. O solo do entorno de Santo Antônio dos Pinheiros Altos altera entre latossolo vermelho e amarelo. Não há grandes proprietários latifundiários na região do quilombo.

Segundo os moradores, o maior produtor agropecuário da região se chama José Romão. Há no entorno plantações de eucalipto. A região de Piranga foi ocupada pela população indígena no início do século XVIII, como foi descrito acima, e há diversos sítios arqueológicos e construções coloniais no entorno e na própria comunidade.

Há também um documento de doação das terras pelos antigos donos da fazenda para um casal de negros forros. Segundo a moradora, dona Inês, de setenta anos, a sua avó, chamada Chica, foi escrava de um fazendeiro chamado Fernandes – dona de uma fazenda no atual município de Guaraciaba – que a vendeu para Inácio, então dono da fazenda. Há bastantes evidências sobre um intenso trabalho de garimpo no local. Existe um canal construído pelos escravos para lavar o cascalho e separar o ouro. Este canal fica a aproximadamente quatro quilômetros do povoado. Em frente a casa da moradora Dona Inês, há dois monturos de cascalho. (amontoados de pedras) que foram feitos por escravos no trabalho do garimpo, ela também guarda alguns cachimbos de cerâmica confeccionados por escravos.

A geração de renda entre as famílias gira em torno de atividades agrícolas nas fazendas do entorno, de aposentadorias, de programa governamental de transferência de renda e de recursos enviados por moradores que vão trabalhar em São Paulo, sobretudo no mercado da construção civil. As famílias plantam hortaliças, milho, feijão e café para consumo próprio. Todos eles criam semoventes, principalmente suínos e aves. Alguns possuem gado leiteiro. Segundo os moradores, a comunidade não tem problemas com a terra, o território tradicional, segundo os moradores, sempre foi o mesmo. Alguns moradores produzem peneiras para o uso comunitário. Há um moinho de beneficiamento de farinha usada por todos os moradores. Há uma escola na comunidade que atende até a quarta-série. E a noite, funciona o EJA – Ensino de jovens e adultos. A partir da quinta-série, os alunos vão estudar em Piranga. Há ônibus da prefeitura que

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS ALTOS

CNPJ n.º 23965445/0001-01

Município de Piranga – Estado de Minas Gerais

Fone contato: 31 8624642

Os moradores se identificam como uma comunidade quilombola, mas ainda não fizeram nenhum encaminhamento à Fundação Cultural Palmares.

Os antigos escravos que trabalharam na fazenda Taquaraçu, provavelmente a mais antiga do local, distante cinco quilômetros do quilombo, segundo a memória da população local, deram origem à formação do quilombo. Os primeiros moradores de Santo Antônio foram forros oriundos desta fazenda, daí ficou conhecida como Comunidade de Santo Antônio dos Crioulos.

A comunidade naquela época e até hoje é habitada por negros e negras descendentes de escravos, possui energia elétrica, falta saneamento básico, água tratada, calçamento etc. A comunicação está chegando agora com a telefonia celular, também hoje já temos um posto de saúde.

Mesmo com estas dificuldades, preservamos ligação com nossas raízes históricas, mantendo nossas tradições, culturais, medicinais, religiosas, que nos foi e nos é passada pelos nossos ancestrais e pessoas mais velhas da comunidade.

Motivo pelo qual, abaixo assinamos reiterando nossa auto declaração somos **GRUPO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**, pedido e requerimento de expedição de registro no livro de cadastro e certificação por parte da **Fundação Cultural Palmares**, delimitação, demarcação e titulação de nosso território por parte do órgão competente.

Termos em que

P.E.Deferimento

Comunidade Quilombo Santo Antônio de Pinheiros Altos – Piranga/ MG
20 de novembro de Novembro de 2007.

Sebastião Catarino

Presidente da Associação

CNPJ:

CPF:

Sua Senhoria o Senhor

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo

MD. Presidente da Fundação Cultural Palmares

A/C

Drª. Maria Bernadete Lopes da Silva

MD. Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

SBN – Q 2 – 1º subsolo – Edifício Central Brasília

BRASÍLIA-DF

CEP 70040-904

Quando mandar os originais pelo correio

Anexar: Estatuto da associação que representa a comunidade. E CNPJ, Se houver

ATA da eleição da Diretoria da Associação

Se não houver associação Q5 assinaturas das pessoas representativas da comunidade

Fotocópias



EMATER-MG

Piranga Emater-MG <piranga@emater.mg.gov.br>

Santo Antônio dos Pinheiros Altos e Castro

1 mensagem

pablo@cedefes.org.br <pablo@cedefes.org.br>

4 de outubro de 2007 13:57

Para: piranga@emater.mg.gov.br

Cc: castroestivam@hotmail.com

✉ Santo Antônio dos Pinheiros Altos
Comunidade quilombola de Santo Antônio dos Pinheiros
1 de outubro de 2007

A comunidade quilombola de Santo Antônio dos Pinheiros Altos se localiza no município de Piranga, região da Zona da Mata Mineira. O povoado também é conhecido como Santo Antônio dos Crioulos.

Piranga chamou-se primeiramente Guarapiranga. Em geral os historiadores dão como primeiro explorador o taubateano João Siqueira Afonso, em 1704.

Entretanto, lê-se no códice Matoso que, em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manuel Pires Rodovalho exploraram a região do Guarapiranga.

Descendo a Serra de Itaverava, em 1691 a bandeira oriunda de Taubaté-SP,

mandada pelos capitães Francisco Rodrigues de Siqueira, mais conhecidos

como Capitão Seriguêia e Manuel Pires Rodovalho, atingiram a Serra de Itaverava e chegaram a região do Guarapiranga e chegaram às margens de um ribeirão que dá barra com o Rio Piranga (o Ribeirão Pirapetinga) e descendo léguas abaixo, encontraram uma aldeia dos índios da família dos Botocudos e deram a este local o nome de Seriguêia, em homenagem ao Capitão Francisco Rodrigues. Devido a uma briga interna, mataram o Capitão Seriguêia e seu filho. A Bandeira retornou para a sua origem deixando uma base para futuras explorações.

Depois desta Bandeira e no ano de 1692, a Coroa Portuguesa, ordenou o Coronel João Amaro Maciel Parente, filho do Mestre de Campo Estevão Ribeiro Baião, Governador das Armas da Conquista da Bahia, para estabelecer uma base de operação oficial de colonização da região e das Minas Gerais. A região de Guarapiranga foi um dos primeiros sítios ocupados por não-indígenas de Minas Gerais, devido que a vinda do coronel João Amaro Maciel Parente, um membro da Ordem de Cristo, um oficial experiente da coroa, que antes de sua vinda para estas bandas, tinha sido derrotado pelos guerreiros de Zumbi dos Palmares.

Chegando nestas paragens, com "onze escravos da Guiné e mais sete peças de Carijós", com sua esposa Maria Furquim, e com seu filho adotivo Feliciano,

um mameluco que se tornou seu braço direito, estabeleceram-se na região do

do Miguel, às margens do Rio Piranga, pouco abaixo do Arraial, uma fazenda e um engenho e, ali começou a sua base de operação e o início da fundação do Arraial. Foram erguidas várias construções, uma grande fazenda com engenho de moenda, um canal de 4 a 5 alqueires, grandes roças de milho, e outros cereais, arvoredos, benfeitorias, em ambas margens do Rio Piranga.

Em 1694, numa planície elevada, começaram a edificação de uma capela com invocação à Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 08 de dezembro de 1695.

Informa-se ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório, com a invocação de N. Sra da Conceição, edificada em 1694.

Nos idos de 1704, o Bandeirante, sobrinho e neto do Capitão, João Siqueira Afonso, seguindo o rastro de seus parentes, descobre as minas de Guarapiranga, uma lavra a céu aberto no ribeirão que denominaram Córrego das Almas, em homenagem aos seus parentes mortos.

E assim o Arraial foi crescendo às margens do Córrego das Almas e ao redor da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Por decreto do Rei Dom João V, no dia 16 de Fevereiro de 1718, foi instituída as cinco primeiras paróquias das Minas Gerais e, a Paróquia de Guarapiranga, estava entre elas, apesar de que desde 1704, oficialmente já funcionava como uma verdadeira paróquia, pertencendo ao Bispado do Rio de Janeiro, sendo que desde o ano de 1704, já funcionava o cartório paroquial no arraial.

Fato histórico importante na região foi o combate decisivo da Guerra dos Emboabas entre 1708-1709 tendo como capitão-mor Rafael da Silva e Souza, que agiu com tal prudência, que Diogo de Vasconcelos dá-o como adversário dos emboabas, aos quais teria infringido total derrota, quando atacaram o arraial. Francisco de Assis Gonçalves cartista e historiador mineiro.

MG - Santo Antônio dos Pinheiros Altos e Castro e Souza, português, evitou que os paulistas causassem algum mal a Piranga e, da mesma forma, conseguiu que não fosse o arraial destruído, enviando o combate para a região do Bacalhau, evitando que o Arraial fosse arrasado pelo combate que ocorreu entre as forças paulistas e dos Emboabas, na região da fazenda da Cutia, hoje Santo Antônio do Pirapetinga. A partir deste combate, os ânimos foram esfriando, tendo a intervenção do Governador Federal e a criação das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Com a decadência da exploração das jazidas minerais, a partir de 1750, a região de Guarapiranga transformou-se numa região agrícola, abastecendo as demais regiões auríferas. A região do Guarapiranga foi mais intensamente povoada, nos anos de 1753, 1754, 1755 e 1756. Em 1758, a Matriz atingiu a sua forma atual, até ser demolida em 1966.

Em 1841, exatamente no dia 1º de Abril, pela lei de 202, o Governo instalado em Ouro Preto, eleva-se o Arraial à categoria de vila e município. Naquela época a Freguesia do Guarapiranga possuía 12 distritos. Piranga foi suprimido o município em 1865, com a lei Nº 1249, de 17 de novembro, mas foi restaurado pouco depois, com a lei de Nº 1729, de 5 de outubro, elevou Piranga à categoria de cidade. Nas divisões administrativas do Estado, o distrito sede do município figurava com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Piranga; assim a lei de Nº 843 de 7 de setembro de 1923, mudou o nome do Distrito para Piranga.

A comunidade de Santo Antônio dos Pinheiros Altos dista aproximadamente trinta quilômetros da sede do município. Durante o período de chuva, o acesso se torna difícil. Segundo os moradores locais, vivem atualmente aproximadamente oitenta famílias. As famílias possuem uma relação de parentesco e compadrio. As famílias Acácio e Nicácio são os principais e mais antigos troncos familiares entre os moradores.

A vegetação da região está parcialmente alterada pela ação antrópica da agricultura e da pecuária. No entorno da comunidade ainda há resquícios de Mata Atlântica. É observado capoeiras – vegetação de uma área devastada - e presença da imbaúba, árvore de folhas prateadas que cresce nos locais onde houve o desmatamento. Segundo moradores, ainda podem ser observados alguns animais, como o jacu, tatu e mais raramente, o lobo guará.

O solo do entorno de Santo Antônio dos Pinheiros Altos altera entre latossolo vermelho e amarelo.

Não há grandes proprietários latifundiários na região do quilombo. Segundo os moradores, o maior produtor agropecuário da região se chama José Romão. Há no entorno plantações de eucalipto.

A região de Piranga foi ocupada pela população indígena no início do século XVIII, como foi descrito acima, e há diversos sítios arqueológicos e construções coloniais no entorno e na própria comunidade. Há a fazenda Taquaraçu, provavelmente a mais antiga do local, distante cinco quilômetros do quilombo.

Segundo a memória da população local, os descendentes dos escravos que trabalhavam na fazenda deram origem à formação do quilombo. Os primeiros moradores de Santo Antônio foram forros oriundos desta fazenda. Há também um documento de doação das terras pelos antigos donos da fazenda para um casal de negros forros.

Segundo a moradora, dona Inês, de setenta anos, a sua avó, chamada Chica, foi escrava de um fazendeiro chamado Fernandes – dona de uma fazenda no atual município de Guaraciaba -, que a vendeu para Inácio, então dono da fazenda.

Há bastantes evidências sobre um intenso trabalho de garimpo no local. Existe um canal construído pelos escravos para lavar o cascalho e separar o ouro. Este canal fica a aproximadamente quatro quilômetros do povoado. Em frente a casa da moradora Dona Inês, há dois monturos de cascalho. Estes amontoados de pedras foram feitos por escravos no trabalho do garimpo. A moradora da casa, Inês, guarda alguns cachimbos de cerâmica confeccionados por escravos.

A geração de renda entre as famílias gira em torno de atividades agrícolas nas fazendas do entorno, de aposentadorias, de programa governamental de transferência de renda e de recursos enviados por moradores que vão trabalhar em São Paulo, sobretudo no mercado da construção civil.

As famílias plantam hortaliças, milho, feijão e café para consumo próprio. Todos eles criam semoventes, principalmente suínos e aves. Alguns possuem gado leiteiro.

Segundo os moradores, a comunidade não tem problemas com a terra. O território tradicional, segundo os moradores, sempre foi o mesmo. Alguns moradores produzem peneiras para o uso comunitário. Há um moinho de beneficiamento de farinha usada por todos os moradores.

MG - Santo Antônio dos Pinheiros Altos e Castro
vão estudar em Piranga. Há ônibus da prefeitura que fornece o
porte diariamente.
há saneamento básico na comunidade. A água consumida pelos moradores é
vinda de minas, poços e cisterna. Não há rede de esgoto no quilombo.
há um posto de saúde e atendimento médico. Também existe atendimento do
programa saúde família. As principais enfermidades identificadas pelos
moradores são a pressão alta e a diabetes.
A prática da benzeção é muito comum na comunidade. Existe várias benzedadeiras
no quilombo. A grande maioria dos moradores professa a religião católica,
sendo o padroeiro Santo Antônio. Apenas vinte pessoas são adeptas ao
protestantismo.
Os moradores se identificam como uma comunidade quilombola, mas ainda não
fizeram nenhum encaminhamento à Fundação Cultural Palmares.

- ⊗ Comunidade quilombola de Castro
Comunidade quilombola de Castro - Município de Piranga
1 de outubro de 2007

A comunidade quilombola de Castro se localiza no município de Piranga,
região da Zona da Mata mineira. A comunidade se encontra no entorno do
distrito de Bacalhau.
Piranga chamou-se primeiramente Guarapiranga. Em geral os historiadores dão
como primeiro explorador o taubateano João Siqueira Afonso, em 1704.
Entretanto, lê-se no código Matoso que, em 1691, Francisco Rodrigues de
Siqueira e Manuel Pires Rodovalho exploraram a região do Guarapiranga.
Descendo a Serra de Itaverava, em 1691 a bandeira oriunda de Taubaté-SP,
comandada pelos capitães Francisco Rodrigues de Siqueira, mais conhecidos
como Capitão Seriguêia e Manuel Pires Rodovalho, atingiram a Serra de
Itaverava e chegaram a região do Guarapiranga e chegaram às margens de um
ribeirão que dá barra com o Rio Piranga (o Ribeirão Pirapetinga) e descendo
léguas abaixo, encontraram uma aldeia dos índios da família dos Botocudos e
deram a este local o nome de Seriguêia, em homenagem ao Capitão Francisco
Rodrigues. Devido a uma briga interna, mataram o Capitão Seriguêia e seu
filho. A Bandeira retornou para a sua origem deixando uma base para futuras
explorações.
Depois desta Bandeira e no ano de 1692, a Coroa Portuguesa, ordenou o
Coronel João Amaro Maciel Parente, filho do Mestre de Campo Estevão Ribeiro
Baião, Governador das Armas da Conquista da Bahia, para estabelecer uma base
de operação oficial de colonização da região e das Minas Gerais. A região de
Guarapiranga foi um dos primeiros sítios ocupados por não-indígenas de Minas
Gerais, devido que a vinda do coronel João Amaro Maciel Parente, um membro
da Ordem de Cristo, um oficial experiente da coroa, que antes de sua vinda
para estas bandas, tinha sido derrotado pelos guerreiros de Zumbi dos
Palmares.
Chegando nestas paragens, com "onze escravos da Guiné e mais sete peças de
armas", com sua esposa Maria Furquim, e com seu filho adotivo Feliciano,
um mameluco que se tornou seu braço direito, estabeleceram-se na região do
São Miguel, às margens do Rio Piranga, pouco abaixo do Arraial, uma fazenda
e um engenho e, ali começou a sua base de operação e o início da fundação do
Arraial. Foram erguidas várias construções, uma grande fazenda com engenho
de moenda, um canal de 4 a 5 alqueires, grandes roças de milho, e outros
cereais, arvoredos, benfeitorias, em ambas margens do Rio Piranga.
Em 1694, numa planície elevada, começaram a edificação de uma capela com
evocação à Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 08 de dezembro de 1695.
Informa-se ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório, com a
invocação de N. Sra da Conceição, edificada em 1694.
Nos idos de 1704, o Bandeirante, sobrinho e neto do Capitão, João Siqueira
Afonso, seguindo o rastro de seus parentes, descobre as minas de
Guarapiranga, uma lavra a céu aberto no ribeirão que denominaram Córrego das
Almas, em homenagem aos seus parentes mortos.
E assim o Arraial foi crescendo às margens do Córrego das Almas e ao redor
da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Por decreto do Rei Dom João V, no
dia 16 de Fevereiro de 1718, foi instituída as cinco primeiras paróquias
das Minas Gerais e, a Paróquia de Guarapiranga, estava entre elas, apesar de
que desde 1704, oficialmente já funcionava como uma verdadeira paróquia,
pertencendo ao Bispado do Rio de Janeiro, sendo que desde o ano de 1704, já
funcionava o cartório paroquial no arraial.
Fato histórico importante na região foi o combate decisivo da Guerra dos
Emboabas entre 1708-1709 tendo como capitão-mor Rafael da Silva e Souza, que
agiu com tal prudência, que Diogo de Vasconcelos dá-o como adversário dos

MG - Santo Antônio dos Pinheiros Altos e Castro
 ando provar que a verdade que ele foi dos principais emboabas. Rafael
 va e Souza, português, evitou que os paulistas causassem algum mal a
 rapiranga e, da mesma forma, conseguiu que não fosse o arraial destruído,
 sviando o combate para a região do Bacalhau, evitando que o Arraial fosse
 arrasado pelo combate que ocorreu entre as forças paulistas e dos Emboabas,
 na região da fazenda da Cutia, hoje Santo Antônio do Pirapetinga. A partir
 deste combate, os ânimos foram esfriando, tendo a intervenção do Governador
 Federal e a criação das Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Com a decadência da exploração das jazidas minerais, a partir de 1750, a
 região de Guarapiranga transformou-se numa região agrícola, abastecendo as
 demais regiões auríferas. A região do Guarapiranga foi mais intensamente
 povoada, nos anos de 1753, 1754, 1755 e 1756. Em 1758, a Matriz atingiu a
 sua forma atual, até ser demolida em 1966.

Em 1841, exatamente no dia 1º de Abril, pela lei de 202, o Governo instalado
 em Ouro Preto, eleva-se o Arraial à categoria de vila e município. Naquela
 época a Freguesia do Guarapiranga possuía 12 distritos. Piranga foi
 suprimido o município em 1865, com a lei Nº 1249, de 17 de novembro, mas foi
 restaurado pouco depois, com a lei de Nº 1729, de 5 de outubro, elevou
 Piranga à categoria de cidade. Nas divisões administrativas do Estado, o
 distrito sede do município figurava com a denominação de Nossa Senhora da
 Conceição do Piranga; assim a lei de Nº 843 de 7 de setembro de 1923, mudou
 o nome do Distrito para Piranga.

A comunidade de Castro dista aproximadamente 15 quilômetros de Piranga e 08
 de Bacalhau. Segundo o livro Piranga: Na Guerra e na Paz – A última batalha
 dos Emboabas, de Marco Antônio Gomes, e relatos da população local, o nome
 Bacalhau possui três origens. São elas: A designação pode ter vindo do
 sobrenome do português José Gonçalves Bacalhau, que possuía terras na
 região. Bacalhau era também a designação de certo tipo de chicote feito de
 couro de bacalhau. A última versão é que o bacalhau era muito comercializado
 no local em decorrência da grande presença de "cristãos novos", que se
 alimentavam deste tipo de peixe.

O povoado de Bacalhau se formou no início do século XVIII. Há construções
 muito antigas, como as ruínas da igreja do Rosário, a igreja de Santo
 Antônio e as ruínas de uma antiga fazenda.

Aconteceu em 1709 nesta região umas das principais batalhas entre os
 portugueses e paulistas na Guerra dos Emboabas.

A região está bastante alterada em decorrência das atividades antrópicas. O
 desmatamento para uso da madeira em carvoarias, o plantio do eucalipto e as
 pastagens são as atividades que mais agredem o meio ambiente local.

No entorno da comunidade há outras comunidades que provavelmente são
 quilombolas. Estas comunidades são: Bordões e Manja.

Vivem em Castro aproximadamente dez famílias. Os moradores vivem de
 trabalhos nas fazendas vizinhas e na produção de carvão. O plantio de
 eucalipto, junto com as aposentadorias e a bolsa família, são as maiores
 fontes de renda da comunidade. Muitos moradores migram para a região de
 Monte Nova para trabalhar no corte de cana-de-açúcar.

Os moradores plantam para consumo o milho, o feijão, a banana e a
 cana-de-açúcar.

Segundo a memória dos moradores, a comunidade surgiu provavelmente nos fins
 do século XVIII e início do XX. Possivelmente o terreno foi doado ou
 comprado por escravos forros. A origem da comunidade se deu de um mesmo
 tronco familiar. Todos os moradores são parentes e compadrios.

Segundo os moradores, eles não têm problemas com a terra, mas ninguém de
 Castro possui documentação a respeito da posse da mesma.

Segundo o morador Antônio, de setenta e oito anos, antigamente as pessoas
 mais velhas da comunidade contavam histórias sobre os castigos na época do
 "cativeiro" e que os negros só ganhavam roupas e "raiz de cipó" pelos
 trabalhos. O senhor Antônio conta que enterravam os mortos pelo mato, não
 havia um cemitério. O morador conta também que antigamente comiam mandioca e
 bicho do mato.

A comunidade de Castro possui apenas luz elétrica, que chegou a pouco tempo
 através do programa governamental "Luz Para Todos". Não há escola e nem
 posto de saúde. Os moradores precisam ir até o distrito de Bacalhau. No
 período de chuva, este trânsito fica muito difícil.

A comunidade não se dispõe de saneamento básico. A água usada vem das
 nascentes no entorno através de manilha. Os moradores usam a fossa e o lixo
 é queimado.

Os moradores afirmaram que antigamente havia festas e muita reza, mas hoje,
 quase não acontece mais estes festejos e rezas.

Matos Camargo - CEDEFES

CEDEFES(Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva)
Rua Padre Marinho nº 455/ Santa Efigênia
Belo Horizonte/ MG
CEP-30.140.040 telefax: 31-32247659
CNPJ- 196961600001-45

Task.Blog

Um espaço para comunicação entre a Task e seus clientes.

Visite: <http://blog.task.com.br>
